

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PROPADM)
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Dias Cardoso e Silva

**O DISCURSO DE ORGANIZAÇÕES SUPRANACIONAIS
SOBRE A ECONOMIA INFORMAL**

São Cristóvão, SE

2018

ALEXANDRE DIAS CARDOSO E SILVA

**O DISCURSO DE ORGANIZAÇÕES SUPRANACIONAIS
SOBRE A ECONOMIA INFORMAL**

Dissertação de mestrado apresentada com requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Sergipe.

Presidente: Profa. Dra. Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas

Membro Interno: Profa. Dra. Manuela Ramos da Silva

Membro externo: Prof. Dr. Tácito Augusto Farias

**São Cristóvão, SE
2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586d Silva, Alexandre Dias Cardoso e
O discurso de organizações supranacionais sobre a economia informal / Alexandre Dias Cardoso e Silva; orientadora Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas. – São Cristóvão, 2018.
126 f.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Administração de empresas. 2. Setor informal (Economia). 3. Análise crítica do discurso. 4. Organização Mundial do Comércio. 5. Organização Internacional do Trabalho. 6. Banco Mundial. I. Freitas, Florence Cavalcanti Heber Pedreira de, orient. II. Título.

CDU: 658:338.4

ALEXANDRE DIAS CARDOSO E SILVA

**O DISCURSO DE ORGANIZAÇÕES SUPRANACIONAIS
SOBRE A ECONOMIA INFORMAL**

Dissertação de mestrado apresentada com requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 25 de maio de 2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas – UFS

Profa. Dra. Manuela Ramos da Silva – UFS

Prof. Dr. Tácito Augusto Farias – UFS

À minha família, razão maior para tudo o que
faço ou deixei de fazer em minha vida. Sem
vocês não sou nada, mas por vocês sou e posso
tudo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a minha amada família por me dar o privilégio de conhecer o que é a felicidade diariamente, algo que me faz aproveitar este espaço para reafirmar meu amor incondicional e ilimitado, sob todos os aspectos, aos meus entes mais caros que são meu querido filho e minha amada esposa.

Nunca é demais lembrar meu falecido pai que, pelos infortúnios desta vida, não pode me ver concluir mais esta etapa e, também, lembrar minha mãe que é, e sempre será, uma mulher forte, que mesmo na enfermidade, continuou repleta de ternura no desempenho do papel de pai e de mãe que sempre teve de cumprir para guiar os passos deste “cabeça-dura” que sempre fui.

Agradeço a todos os docentes do curso de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Sergipe, aos professores, amigos e amigas que, de uma forma ou de outra, contribuíram em minha jornada desde os tempos em que “desenhava” minhas primeiras letras até este momento no qual alcanço um degrau mais alto em minha jornada pela busca de conhecimento.

Agradeço aos colegas do curso de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe que se mantiveram parceiros incondicionais nesta jornada.

Gostaria de fazer uma menção ao Prof. Dr. Carlos Magno Santos Gomes, docente do departamento de Letras-Libras, por me acolher de braços abertos em uma de suas turmas da pós-graduação para cursar a disciplina de Metodologia de Pesquisa.

Gostaria de agradecer por último, porém não menos importante, à Profa. Dra. Florence Cavalcanti Heber Pedreira de Freitas que assumiu a posição de orientação do meu trabalho, e que sempre se manteve como um farol motivador a me indicar o caminho. Até quando deixei a dúvida pairar sobre mim mesmo quanto a minha capacidade de transpor os obstáculos que a vida teima em nos impor de maneira sorrateira, o farol permaneceu lá, imóvel, perseverante e irradiando sua luz brilhante a, continuamente, me mostrar o caminho.

Vi, vim e venci mais uma etapa de minha vida, mas sem a colaboração de todas estas pessoas que citei, não teria a mínima chance de vencer absolutamente nada. Obrigado a todos.

“É possível repousar sobre qualquer dor de qualquer desventura, menos sobre o arrependimento. No arrependimento não há descanso nem paz, e por isso é a maior ou a mais amarga de todas as desgraças”.

Giacomo Leopardi

Resumo

A economia informal representa grande parte do movimento econômico mundial sendo que, segundo alguns estudos como o de Schneider e Williams (2013) e Williams (2015), poderia atingir cerca de 40% de todo o movimento econômico mundial. Considerando o contexto atual e histórico da economia informal, suas múltiplas causalidades e manifestações, fatores que impactam e incrementam a informalidade, a problemática da pesquisa se situa na perspectiva de desvendar os discursos que circunscrevem o campo de estudo definido pela economia informal. Nesse estudo, interessa desvendar as concepções de estruturas discursivas supranacionais e globais (a Organização Mundial do Comércio/OMC, Organização Internacional do Trabalho/OIT e o Banco Mundial) sobre economia informal e como essas se articulam, se complementam e convergem em relação ao tema da informalidade. Para tanto, foi utilizada a abordagem crítica do discurso na tentativa de desvendar contradições, similaridades e diferenciações que o discurso dessas organizações carregam sobre o tema. A investigação será baseada no instrumental metodológico proporcionado pela Análise Crítica do Discurso - ACD, de matriz inglesa, proposta por Norman Fairclough (2001). Este estudo é de natureza qualitativa, baseado em pesquisa documental sobre publicações, relatórios e manifestos das organizações supranacionais OMC, OIT e Banco Mundial. A análise de dados seguiu a estratégia da ACD de Fairclough (2001) partindo das dimensões e categorias de análise propostas pelo método de ACD. Os resultados da pesquisa sinalizam para uma situação complementaridade e articulação entre discursos que convergem em relação ao fenômeno da informalidade no mundo, bem como indica construções discursivas sob uma mesma base ideológica para todas as organizações.

Palavras chave: Economia Informal, Análise Crítica do Discurso, Organizações supranacionais.

Resume

The informal economy accounts for a large part of the global economic movement, and according to some studies such as Schneider and Williams (2013) and Williams (2015), could account for about 40% of the global economic movement. Considering the current and historical context of the informal economy, its multiple causalities and manifestations, factors that impact and increase informality, the research problematic lies in the perspective of unveiling the discourses that circumscribe the field of study defined by the informal economy. In this study, it is important to unveil the conceptions of supranational and global discursive structures (the World Trade Organization / WTO, International Labor Organization / ILO and the World Bank) on the informal economy and how they articulate, contradict, converge and diverge to the issue of informality. To do so, the critical discourse approach will be used in an attempt to unravel contradictions and distortions that the discourse of these organizations carry on the theme. The research will be based on the methodological tools provided by the Critical Discourse Analysis – CDA, of English matrix, proposed by Fairclough (2001). This study is qualitative in nature, based on documentary research in publications, specific reports and manifestations of supranational organizations WTO, ILO and World Bank. Data analysis will follow the Fairclough CDA strategy (2001) from the dimensions and categories of analysis proposed by the method CDA. The results of the research point to a situation of complementarity and articulation between discourses that converge in relation to the phenomenon of informality in the world, as well as indicates discursive constructions under the same ideological basis for all organizations.

Keywords: Informal Economy, Discourse Analysis, Supranational Organizations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Concepção tridimensional do discurso	39
Figura 2: Direcionador e entraves ao desenvolvimento no discurso do BM.....	64
Figura 3: Sistema de crenças do BM e sua relação com economia informal.....	70
Figura 4: Sistema de crenças da OMC e sua relação com a economia informal.	88
Figura 5: Sistema de crenças da OIT e sua relação com a economia informal.....	100
Figura 6: Conexões, convergências e complementaridades discursivas.	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias de análise do discurso do método ACD.	41
Quadro 2: Origem dos textos que compõe o <i>corpus</i>	48
Quadro 3: Definições de análise referentes ao objetivo 1.	51
Quadro 4: Correspondência com as categorias da ACD no objetivo 1.	52
Quadro 5: Definições de análise referente ao objetivo 2.	52
Quadro 6: Correspondência com as categorias da ACD no objetivo 2.	53
Quadro 7: Definições de análise referente ao objetivo 3.	54
Quadro 8: Correspondência com as categorias da ACD no objetivo 3.	54

LISTA DE SIGLAS

ACD	– Análise Crítica do Discurso
AID	– Associação Internacional do Desenvolvimento
AD	– Análise do discurso
AMGI	– Agência Multilateral para Garantia de Investimentos
BIRD	– Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	– Banco Mundial
CIADI	– Centro Internacional para a Arbitragem sobre Disputas de Investimentos
CFI	– Corporação Financeira Internacional
EIFC	– Estrutura de Identificação e Facilitação do Crescimento
EIFC	– Corporação Financeira Internacional
GATT	– General Agreement on Tariffs and Trade
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE-FGV	– Instituto Brasileiro de Economia – Fundação Getúlio Vargas
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
OMC	– Organização Mundial do Comércio
OS	– Organizações Supranacionais
PIB	– Produto Interno Bruto
SIT	– Secretaria Internacional do Trabalho
WIEGO	– Women in Informal Employment – Globalizing and Organizing

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	O problema da pesquisa	18
1.2	Objetivo geral e específicos	19
1.3	Justificativa.....	20
2	REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1	Economia Informal.....	22
2.1.1	Definições e características da economia informal	24
2.1.2	Convergências e controvérsias sobre a economia informal.....	26
2.1.3	O esforço de pesquisa em economia informal e suas contribuições.....	28
2.1.4	A construção teórica relacionada a Economia Informal.....	29
2.2	O discurso.....	34
2.2.1	Relações entre discurso, ideologia e poder.....	36
2.2.2	A análise do discurso	38
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	43
3.1	Caracterização da pesquisa.....	43
3.2	A escolha do método de análise do discurso.....	44
3.3	Definições do <i>Corpus</i> (Seleção de dados).....	46
3.4	Coleta de dados	47
3.5	Procedimentos adotados para Análise do <i>corpus</i>	49
3.5.1	Procedimento de análise aplicado ao <i>corpus</i>	50
4	Análise do <i>corpus</i>	55
4.1	Análise do discurso do Banco Mundial	55
4.1.1	Matriz do discurso do Banco Mundial sobre Economia Informal.....	55
4.1.2	Ordem do discurso do BM e a relação com a economia informal.....	58
4.2	Análise do discurso da Organização Mundial do Comércio (OMC)	72
4.2.1	Matriz do discurso da OMC sobre Economia Informal.....	72

4.2.2	Ordem do discurso da OMC e a relação com a economia informal.....	77
4.3	Análise do discurso da Organização Mundial do Trabalho (OIT).....	88
4.3.1	Matriz do discurso da OIT sobre Economia Informal.....	88
4.3.2	Ordem do discurso da OIT e a relação com a economia informal	93
4.4	Intertextualidade manifesta entre os discursos das organizações.....	102
5	Considerações Finais	114
6	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A economia informal representa grande parte do movimento econômico mundial sendo que, segundo alguns estudos como o de Schneider e Williams (2013) e Williams (2015), poderia atingir cerca de 40% de todo este movimento. Apesar dos números impressionantes de recursos que a economia informal movimenta, a atividade informal partiu de uma concepção voltada para a necessidade de busca por subsistência, conforme estudos realizados por Hart (1970 e 1973), solidificando a perspectiva econômica e social descrita por Todaro (1969). Para Todaro (1969), a crescente oferta de mão de obra propiciada pela migração campo-cidade, durante a primeira metade do século XX, gerou distorções sociais pelo advento de um número expressivo de indivíduos sem acesso ao emprego pela falta de postos de trabalho urbanos suficientes para suprir tal oferta. Esta situação, com indivíduos sem emprego e frente à necessidade de busca por condições de subsistência na cidade, deu cores à um movimento econômico composto por pessoas que atuavam no mercado por meio do chamado auto emprego que, segundo Mirus e Smith (1996), McManus (2000) e Schuetze (2002), se constituía como “empreendedorismo de subsistência”. Nesse contexto, a economia informal, teve como origem uma movimentação econômica constituída de esforços comerciais praticados com o objetivo de atingir subsistência social.

Entretanto, ao longo do tempo e com os desdobramentos sociais, jurídicos e econômicos verificados até então, atividades econômicas informais, também, passaram a se constituir como uma busca objetiva por um escape aos pesados impostos que a regulamentação vigente impõe às pessoas e empresas. Tal escape, se constitui uma como prática de evasão fiscal de impostos que incidiriam em de uma atuação enquanto empreendedor formal. Segundo Moreira (2003), o escape tributário formal se apresenta através da utilização de meios ilícitos como fraude, sonegação e simulação para escapar dos impostos. Para o empreendedor informal a não formalização tem o mesmo efeito, mas não há a prática dos ilícitos descritos por Moreira (2003), no entanto, o objetivo de fuga à tributação é similar ao presente na formalidade. Todavia, tal objetivo se apresenta sob uma outra forma, pois o que denota à prática informal de uma atividade a sua condição de ilegalidade é a sua atuação à margem da lei e de todos os deveres que uma atuação legal compreende. Portanto é uma atuação ilícita por não ser regularizada e não por fraudar, sonegar ou simular situações para fugir do tributo.

Se por um lado, segundo Silva e Piedade (2003), o tributo se constitui como uma necessidade estruturante social justificada com início na Grécia em 477 a.C. e persistindo até os dias de hoje, por outro lado, para muitos, o que deveria ser uma contrapartida entregue para que o estado e a sociedade pudessem se organizar e se sustentar, enquanto estrutura social, acabou por se transformar em um fardo que impulsiona a busca por subterfúgios para obtenção de alívio econômico. Segundo Williams (2015), a economia informal é definida como uma economia que não paga impostos e que escapa de uma contabilização financeira enquanto atividade econômica. Como tal, é um escape em busca de alívio econômico e tributário. Desta forma, os estudos sobre o tema economia informal trazem reflexões sobre as motivações das pessoas e das empresas que optam por atuarem fora do radar regulatório e, consequentemente, fora dos limites legais e regulamentados dentro de um mercado. Se por um lado, pode ser afirmado que a economia informal é um movimento de contestação ao que é vigente dentro de um mercado, por outro lado pode ser encarado como uma tentativa de manutenção de sua própria condição de competição dentro deste mesmo mercado.

Ademais, as ligações entre o que é atividade econômica formal regulamentada ou informal não possui delimitações claras, mas nebulosas, já que no mercado existem situações em que empresas informais compram e vendem produtos e serviços para empresas formais e vice-versa. Como exemplificação da nebulosidade para distinguir o formal do informal, pode ser utilizado um dos argumentos de Godfrey (2011) que descreveu casos em que empresas são formais externamente, mas internamente possuem trabalhadores informais para fugir de suas obrigações de recolhimento de impostos e de encargos sociais. Ainda na descrição de Godfrey (2011), não há referências quanto aos motivos pelos quais a mão de obra se sujeita a operar de maneira informal em uma empresa formal. Todavia, pode-se apontar duas prováveis motivações para tal situação, sendo uma, o aceite desta condição de informal pelo desejo de manutenção do posto de trabalho em uma empresa formal e a outra, uma fuga da tributação incidente sobre o salário pago caso este fosse formalizado.

No cerne desta ambiguidade entre o formal e o informal reside a percepção de que a organização informal contesta a formalidade das estruturas do seu contexto econômico e de mercado ao atuar clandestinamente por escolha própria após pesar os prós e contras em uma visão voluntarista associada a informalidade (MALONEY, 2004). Todavia, ao mesmo tempo em que é uma organização clandestina, esta usufrui das relações formais presentes neste mercado quando lhe é conveniente, caracterizando uma dualidade de seu comportamento e de suas identidades utilizadas tendo em vista uma visão estruturalista relacionada a informalidade

(CASTELLS e PORTES, 1989). Neste sentido, segundo Foucault (2012), o ambiente social é estruturado pelo discurso com a interposição de ditos, não ditos e de interditos, nos quais há um claro interesse de interposição de poder que é utilizado como ferramenta de domínio e direcionamento da verdade. Desta maneira, se utilizando da visão de discurso de Foucault (2012), as relações de sustentação do poder se apresentam pela formalidade do mercado e pela regulamentação deste frente ao contexto dos negócios informais ao interpor, por meio do discurso, seus ditos, não ditos e seus interditos como uma expressão do desejo de manutenção do poder. Logo, o discurso da formalidade e da regulamentação tem como objetivo a proteção da estrutura que impulsiona e sustenta as posições de vantagem pré-estabelecidas.

Neste contexto, as organizações supranacionais, que são instituições com atuação global respaldadas por acordos entre centenas de nações que são signatárias de suas diretrizes, interpõem regras que regem e arbitram o mercado global de transações comerciais por intermédio de discursos voltados à manutenção da competição justa e acordada entre mercados de diferentes países, como, por exemplo a OMC (Organização Mundial do Comércio). Por outro lado, temos instituições como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que é um órgão multilateral ligada às Nações Unidas que visa “promover o trabalho digno para todos os trabalhadores, mulheres e homens” (OIT, 2006. p.8) independentemente do local onde estes executam suas atividades de trabalho. Temos ainda, instituições como o Banco Mundial, que proporcionam recursos financeiros e auxílio técnico para promoção do desenvolvimento econômico de nações pobres e em desenvolvimento em escala global. São instituições que representam o comércio, o trabalho e o sistema financeiro mundial e produzem discursos, em escala global, relacionados a economia informal na forma de políticas, programas, projetos, apoio técnico e financeiro. Ainda que sob a égide de boas e justas intenções quanto ao auxílio técnico, financeiro e de regulação proposto por instituições como a OMC, OIT e o Banco Mundial, a posição de dominância no discurso destas instituições pode representar o que se tornou o alvo central da contestação presente na atuação informal por opção e não por necessidade, ou seja, é uma contestação aos excessos regulatórios e tributários.

Neste sentido, se por um lado, o mercado regulado proporciona benesses, proteção e acessos diferenciados à recursos e a outros mercados consumidores, por outro regula e impõe severas restrições ao próprio mercado que, de uma forma ou de outra, acaba por limitar a própria intenção de uma atuação formalizada de um empreendimento informal. Tal movimentação à margem das regras do mercado se dá pela necessidade de subsistência e/ou de manutenção de sua viabilidade competitiva, algo que a própria OIT (2006) clama como originário de falhas

macroeconômicas de políticas governamentais. Não obstante, tais falhas podem facilmente se alinhar à própria condição necessária quanto à proteção do comércio, do trabalho e do capital presentes em condições macroeconômicas desfavoráveis, caso contrário não haveria informalidade com proporções maiores em países que passam por dificuldades econômicas, como já apontado por estudos como o de Schneider (2006), Schneider e Williams (2013) e Williams (2015). Desta forma, muito tem sido estudado sobre as características da economia informal (WILLIAMS, 2005), estimativas de seu tamanho (DIXON, 1999; SCHNEIDER e WILLIAMS, 2013; BARBOSA FILHO, 2015), estudos da ilegalidade e corrupção presente no empreendedorismo informal (FADAHUNSI e ROSA, 2002), empreendedorismo familiar informal (KHAVUL, BRUTON e WOOD, 2009) dentre outros tantos diferentes temas já foram abordados pela academia ou por organizações públicas ou privadas.

Apesar do interesse sobre o tema demonstrado pela academia, pouco ou nada foi realizado em termos da análise do discurso organizacional de instituições que desfrutam de uma profundidade e uma presença global em relação ao tema vinculado à economia informal. Desta forma, assumindo essa perspectiva pouco explorada, este estudo se propôs a apresentar uma análise que vai além da discussão, ainda controversa, sobre definições da economia informal, que nomenclaturas diferentes e características lhe são atribuídas, como poderia ser melhor mensurada, que causas e consequências lhes são atribuídas e, tampouco, tentou propor um modelo teórico explicativo para tal economia. Sendo assim, este estudo investigou como os discursos de organizações supranacionais (OMC, OIT e Banco Mundial), se articulam (ou não), se contradizem e convergem em relação à economia informal pelo ponto de vista que tais discursos apresentam e representam. Desta forma, a estratégia deste estudo foi desnudar uma diferente dimensão sobre o tema referente à economia informal pela lente da análise do discurso que, segundo Ballalai (1989), compreende um universo de segredos subentendidos, interesses implícitos e manifestações de poder regidos por uma trama de relações multifacetadas. Tal trama de relações relacionadas a economia informal foi destrinchada pela análise do discurso das organizações supranacionais pelo intermédio do instrumental metodológico de análise do discurso baseada na linha inglesa proposta por Fairclough (2001).

1.1 O problema da pesquisa

Levando em consideração o histórico da economia informal, sua relação com a necessidade de subsistência social urbana (TODARO, 1969; LOZANO e DIAZ, 2015), bem como, as causas regulatórias e tributárias apontadas por Maloney (2004) e Williams (2013)

como parte dos fatores que impactam e incrementam a informalidade, a problemática da pesquisa é situada na perspectiva de desvendar os discursos que circunscrevem o campo de estudo definido pela economia informal. Considerou-se que os discursos produzidos e relacionados à economia informal são propostos por atores presentes no ambiente social local, nacional e supranacional e, como todo o discurso é fonte de comunicação (FAIRCLOUGH, 2001), há impactos na prática social pelas movimentações de direcionamento e de dominação em busca de uma posição hegemônica. A ordem do discurso, desta maneira, se constitui como expressão de hegemonia e poder que visa garantir formas de tutela e de vantagens.

Quanto a isso, Alvesson e Deetz (1999), afirmam que um ponto central da abordagem crítica nos estudos organizacionais¹ é a distorção que o discurso de caráter universal carrega, mas que interessa à segmentos sociais específicos e não ao conjunto da sociedade como um todo, pois não é universal (THOMPSON, 2011). Segundo os autores, as abordagens críticas que desvendam o discurso hegemônico perseguem o entendimento e a “crítica da dominação e os modos pelos quais aqueles subjugados participam ativamente da própria subjugação” (ALVESSON e DEETZ, 1999. p. 232). Neste contexto, coube jogar luz nos discursos relacionados à economia informal para desnudar os interesses implícitos que os sustentam e evidenciar o modo como estes mesmos discursos interagem, se entrelaçam, se apoiam e se contradizem de maneira simultânea. Tomando a delimitação da economia informal como uma atuação ilegal, porém não ilícita do ponto de vista da contravenção, foi buscado um caminho que possibilitasse a verificação dos discursos das organizações supranacionais para revelar como estas se alinham, se impactam mutuamente, bem como, representam e manifestam poder por meio de ideologias socialmente constituídas com base na seguinte pergunta de pesquisa:

Como a OMC, OIT e o Banco Mundial articulam seus discursos em torno da economia informal e quais as divergências e convergências entre os mesmos?

1.2 Objetivo geral e específicos

O objetivo geral da pesquisa é verificar como a OMC, OIT e o Banco Mundial articulam seus discursos em torno da economia informal e quais as divergências e convergências entre os mesmos.

¹ Nesse caso os *critical management studies* e a análise crítica em estudos organizacionais, duas perspectivas da teoria crítica em estudos organizacionais tal como apresentado por Faria (2009)

Os dois objetivos específicos iniciais tiveram a missão de construir condições para que fosse possível a verificação de intertextualidade nos discursos das organizações supranacionais. Neste sentido, a intertextualidade manifesta entre os discursos das organizações supranacionais se constituiu como o terceiro objetivo específico para ser atingida uma solução para a pergunta de pesquisa deste estudo. Desta maneira, os objetivos específicos são:

1. Identificar a matriz do discurso das organizações supranacionais relacionado a economia informal.
2. Analisar a ordem do discurso das organizações supranacionais em relação a economia informal.
3. Identificar a intertextualidade entre os discursos das organizações supranacionais sobre economia informal.

1.3 Justificativa

A economia informal tem impacto econômico considerável no mundo e, ainda, apresenta importantes lacunas a serem preenchidas em termos de conhecimento. Em uma estimativa recente da economia informal no Brasil, Barbosa Filho (2013) afirma que tal economia chega a representar cerca de 17% do movimento econômico do mercado brasileiro. Para Schneider e Williams (2013) e Williams (2015), ao realizarem estudos sobre a dimensão da economia informal, admitem que esta poderia facilmente se aproximar de cerca de 40% de toda economia mundial atual existente. Desta forma, estudos sobre a economia informal se tornam importantes pela abrangência dos impactos que tal economia denota em toda a cadeia produtiva e na própria sociedade. Logo, uma justificativa para este estudo se constitui como uma constatação de que negligenciar a importância da economia informal seria como fechar os olhos ao estudo de uma parcela representativa de toda a economia mundial e que apresenta impactos importantes em todo o tecido social que compõe a nossa sociedade.

Por outro lado, segundo estudo realizado pela OIT (2006), há uma demonstração clara e direta de que políticas macroeconômicas falhas são adotadas por órgãos governamentais e que acabam por compor números expressivos de trabalho informal como o descrito na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2003. Desta forma, há necessidade de uma busca por novos caminhos de análises e de estudos quanto ao tema que venham elucidar e esclarecer formas de atuação destes órgãos governamentais. Levando isto em consideração, essa pesquisa admite que há possibilidades de que, através de

uma perspectiva diferenciada de abordagem do tema proporcionada pela análise do discurso, possa ser desvendada uma realidade que vai além da descrição, classificação ou mensuração do referido tema, e com um potencial analítico que poderá adicionar novos subsídios apontando elementos que poderão servir, eventualmente, para reflexão, refino e ajuste das atuações dos órgãos governamentais frente às organizações supranacionais.

Ainda que a economia informal seja alvo de controvérsias nas discussões da academia, reconhecidamente, este tema já se encontra sob os holofotes da mesma. Com o aumento do interesse pela economia informal pela inclusão do empreendedor informal como parte importante que integra a agenda de pesquisas do tema proposta por Bruton, Ireland e Ketchen (2012) e ao se constituir como o assunto central do Encontro da Academy of Management de 2012. Com tal importância e reconhecimento, parece que a economia informal ainda necessita de maior atenção das áreas de pesquisa e das teorias produzidas até então para que modelos explicativos de suas operações compreendam a informalidade como um fator de impacto econômico sob diferentes óticas e aspectos. Neste quesito, cabe incluir perspectivas teóricas, mas, principalmente, cabe ampliar o leque de opções inserindo características de mudança e de ruptura social com a ordem e o poder vigente, algo que pode ser visto e analisado através de um esforço multidisciplinar. Neste contexto multidisciplinar, pode ser incluído o estudo da linguagem e suas significações sobre os discursos baseando-se na análise do discurso como algo que pode propiciar um auxílio de grande valia quanto ao estudo da economia informal. Sobre este auxílio, pode ser dito que o uso deste tipo de análise já se apresenta como corrente nos estudos organizacionais, com a percepção da importância do discurso nas relações sociais que, segundo (VAN DIJK, 2004) é definida como uma virada discursiva nos estudos sociais devido ao reconhecimento do papel importante dos discursos na construção social da realidade.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPADM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), esse estudo pode ser uma contribuição relevante tendo em vista que o PROPADM tem como área de concentração a Gestão de Negócios. Nessa perspectiva, a pesquisa pode proporcionar um olhar inovador sobre negócios na medida em que se propõe a investigar o “lado pouco explorado” das atividades e negócios à margem do sistema regulatório e formalizado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para a construção deste estudo é necessário ter em vista dois aspectos fundamentais que serão utilizados na condução do mesmo. O primeiro aspecto diz respeito à busca histórico-teórica, bem como os aspectos empíricos já desenvolvidos ou estudados, respectivamente, por outros autores em relação à economia informal, visto que este é o tema central da pesquisa. O segundo aspecto se refere a base teórica relacionada ao discurso para que a análise deste possa ser corroborada como um contexto constituído de referências e de embasamento teórico para que o método proposto por Fairclough (2001) seja empregado neste estudo. Ambos aspectos serão tratados nas seções a seguir.

2.1 Economia Informal

A construção e desenvolvimento do conceito de economia informal e das suas formas de organização são tarefas ainda raras na academia. Todavia, a concepção de pertencimento e da importância da informalidade dentro de uma economia consolidada vem sendo considerado como um crucial e impactante fator ligado aos movimentos econômicos. Tal impacto, deteriora a constituição de regras que determinam uma orientação mercadológica regulamentada na qual todos os indivíduos buscam aceitação e subsistência baseando-se em regras dentro de um mercado. Neste contexto econômico, a necessidade de inserção dos indivíduos, que não conseguem sua própria subsistência através do emprego, acaba por moldar uma condição de empreendedorismo com base no auto emprego. Segundo Gohmann e Fernandez (2014), é um empreendedorismo decorrente da escassa oferta de emprego e alheia aos regramentos presentes e um mercado. Outros autores, como Mirus e Smith (1996), McManus (2000) e Schuetze (2002), associaram o auto emprego à informalidade como uma forma de subsistência. Todavia, muito antes disto, Hart (1970) verificou, em seu estudo sobre a atividade econômica de famílias africanas sem acesso ao emprego, que uma economia se movimentava com base no auto emprego como forma de busca à subsistência em um contexto de acesso à pobres recursos e com escassas possibilidades de emprego formal.

Historicamente, a economia informal tem sua origem da migração do campo para o espaço urbano, algo que para Todaro (1969), ainda que não manifesto diretamente em seu texto escrito, dá o embasamento causal de que a atividade econômica informal poderia ser conjugada como uma consequência do movimento migratório de indivíduos do campo para as cidades,

pela concentração de capital na mão de alguns indivíduos, pela desapropriação dos meios de subsistência do indivíduo que são decorrentes do capitalismo e, também, pela falta de competitividade produtiva que a máquina impingia aos trabalhadores do campo com o advento da revolução industrial. Esta combinação de fatores resultou em um inchaço das cidades com um paulatino esvaziamento do campo fazendo emergir, o que Strathern (2003) definiu como, um exército de pobres urbanos que não possuíam trabalho e, tampouco, perspectiva de subsistência futura devido a sua baixa qualificação enquanto mão de obra disponível. Para Todaro (1969), esta condição de mão de obra ofertada e proveniente da migração campo-cidade se tornou relacionada e, matematicamente comprovada, com uma das causas do processo de aumento do desemprego urbano. Para o mesmo autor, havia uma probabilidade mínima de acesso a um posto de trabalho para os indivíduos vindos do campo, pois estes compunham uma mão de obra excedente e sem qualificação. Esta situação se apresentava com maior impacto em economias frágeis ou em desenvolvimento, de tal forma que o paradoxo do contínuo aumento do processo migratório se chocava com a falta de emprego na cidade, mas que, ao mesmo tempo, também não proporcionava uma estadia no campo pelo advento da mecanização dos processos produtivos rurais.

Conforme verificado por Hart (1970) e (1973), nas primeiras menções diretas à informalidade em textos acadêmicos como resultado de suas pesquisas realizadas na África, foram percebidas atividades econômicas à margem da economia formal regulamentada para busca de subsistência e alívio à pobreza. Efetivamente, a sustentação do paradoxo migratório verificado entre o campo e a cidade em relação ao emprego, levou várias famílias ao desempenho de atividades não formais para extrair sua própria condição de sobrevivência como forma de alívio à pobreza. Para a família que necessita subsistência, a busca por exercer suas atividades em um mercado informal, é um somatório entre o que é necessário realizar para conviver socialmente regido por estruturas formais e, ao mesmo tempo, necessário desenvolver para competir neste mesmo meio social com o objetivo final, que segundo Hart (1973) era o de lograr sua própria forma de subsistência econômica. Todavia, para Castells e Portes (1989), a necessidade de subsistência e a informalidade não são atividades realizadas apenas por pessoas destituídas e à margem da sociedade, pois há empreendedores informais com altos ganhos, alguns com ganhos maiores do que se estivessem inseridos na economia formal. Desta forma, “... economia informal não é um eufemismo para a pobreza. É uma forma específica de relações de produção, enquanto pobreza é um atributo ligado a processos de distribuição” (CASTELLS e PORTES, 1989, p. 12). Economicamente, para Gibson e Kelley (1994), o surgimento de

economia informal se dá pela escassez natural de capital em uma economia, pois do contrário, toda as atividades seriam formais. Segundo estes autores, a informalidade é uma economia que se mantém pela tendência de atuar como um buffer de equilíbrio de longo prazo quanto aos lucros dentro de um mercado formal. A explicação disto é que se há refinamento de processos produtivos que denotam menor necessidade de mão de obra na empresa formal, o excedente de trabalhadores sem remuneração causará uma queda na demanda geral. Para Gibson e Kelly (1994), a consequência natural do decréscimo da demanda é a queda dos lucros das empresas formais, algo que é sanado pela atividade informal que reinsere consumidores que estariam inativos sem o trabalho formal.

2.1.1 Definições e características da economia informal

De uma partida caracterizada pela falta de acesso ao trabalho por parte dos indivíduos verificada por Todaro (1969), que levava a situação do auto emprego de acordo com Hart (1970 e 1973), a economia informal convergiu para um outro estado de compreensão que tinha a finalidade de evitar excessos regulatórios e a alta tributação promovida pela estrutura formal do estado, algo primeiramente verificado por De Soto (1989) e que, segundo Godfrey (2011), é algo presente, até mesmo, em organizações formais que contam com empregados informais internamente.

O termo "economia informal" cunhado inicialmente por Hart (1970), posteriormente recebeu diversas variantes de nomenclatura, no entanto, todas estas variantes se apresentam como sinônimos do termo proposto pelo autor. Dentre os exemplos destas variantes temos a definição da economia informal como sendo uma "Economia das Sombras" segundo Schneider e Williams (2013), "Economia não oficial" (LA PORTA e SHLEIFER, 2008), "Economia escondida" (DIXON, 1999) e "Economia subterrânea" de acordo com Smith P. (1994).

Todavia, independente da definição usada como referência à economia informal, a mesma se apresenta, apesar de controvérsias e da falta de um consenso, sempre nos mesmos moldes, ou seja: é uma economia que situa à margem da legalidade (WILLIAMS, 2005; SCHNEIDER & WILLIAMS, 2013); composta por pessoas que buscam renda em razão das dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho (BRUTON & IRELAND, 2013; LOZANO & DÍAZ, 2015) e sendo uma economia de difícil e controversa mensuração (SMITH P., 1994; DIXON, 1999; SCHNEIDER, 2006; JOASSART, 2010; BARBOSA FILHO, 2013).

Por um outro lado, a economia informal se mostra como consequência de problemas sociais (HART, 1973), se solidifica, enquanto movimento econômico, pelos excessos ou falhas

da regulamentação e da fiscalização, pela corrupção e pela burocracia proposta pelas estruturas públicas (GODFREY, 2011), que fazem da informalidade, também, uma demonstração clara e direta de que políticas macroeconômicas falhas foram ou são adotadas por órgãos governamentais, conforme a OIT (2006).

Em uma descrição da economia informal, Williams (2015) apresenta, a mesma, como uma movimentação econômica que não paga impostos e foge de uma perfeita contabilização por parte dos institutos de avaliação da atividade econômica, pelo fato de tais iniciativas privadas se caracterizarem como de difícil mensuração devido a sua própria natureza informal de atuação. O autor acrescenta que a economia informal representa uma grande parcela de todo o movimento de capital e de consumo verificado no comércio global. Quanto ao emprego gerado pela economia informal, foi verificado por Schneider e Williams (2013) que há uma presença de um efetivo de cerca de 30 milhões de pessoas na União Europeia que trabalham na economia informal, que, conforme foi dito por Strathern (2003), poderiam compor um exército de pobres urbanos se não houvesse o labor informal.

No Brasil, o exército de possíveis pobres urbanos, usando a definição de Strathern (2003), registrava 13,86 milhões de trabalhadores informais de acordo com a última divulgação de dados consolidados sobre os números de empregos informais, segundo relatório sobre a Economia Informal Urbana (IBGE, 2003). Ainda sobre o Brasil, o estudo realizado por (BARBOSA FILHO, 2013) e publicado pelo IBRE-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), estimava que o mercado informal movimentou cerca de R\$ 695,76 bilhões no ano de 2011, valor este que representa 16,8% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, ou seja, tal número, em tamanho, se comparava ao PIB de um país como a Argentina naquele ano. Todavia, devido a controvérsias quanto à mensuração da economia informal, a estimativa de Barbosa Filho (2013) para o mercado brasileiro pode estar subestimada, pois segundo outros autores, como Schneider e Williams (2013) e Williams (2015), uma estimativa da dimensão de uma economia informal poderia, facilmente, se aproximar de cerca de 40% de toda economia existente.

Do ponto de vista econômico, a importância do setor informal, bem como seus impactos, se tornaram evidentes e presentes nas mais variadas economias ao redor do mundo, atraindo muitos pesquisadores que passaram a se debruçar sobre o tema para elaborar teorias e para formular conceitos em uma tentativa de explicar estes fenômenos de mercado sob o ponto de vista do capital, do trabalho e da produção, que são os fatores definidos como os pilares de

sustentação de uma economia que promovem e impulsionam o bem-estar e a riqueza das nações, de acordo com os preceitos estabelecidos por Adam Smith ([1776]1996).

2.1.2 Convergências e controvérsias sobre a economia informal

Um ponto em comum que une o contexto da economia informal em meio à toda controvérsia que envolve o tema em relação à nomenclatura e, especialmente, quanto a sua mensuração, é a presença constante da informalidade nos mais diversos países ao redor do mundo, independente do grau de desenvolvimento de sua economia, conforme Schneider (2006). Para este autor, a mesma varia apenas a sua extensão em função do grau de desenvolvimento da economia analisada com tal evidência se mostrando clara quando de sua pesquisa desenvolvida em relação à presença da economia informal em 145 países. Desta forma a variação do tamanho da economia informal em relação ao grau de desenvolvimento de uma economia na qual atua é inversamente proporcional, ou seja, se um país possui uma economia com maior desenvolvimento, menor será a informalidade presente nesta economia analisada, (WILLIAMS, 2015; LA PORTA & SHLEIFER, 2008).

Por outro prisma de observação, Gerxhani (1999) concluiu que a informalidade em países com economia mais desenvolvida em contraste à outras menos desenvolvidas, não apresentava discrepâncias quanto à motivação para atuar na informalidade ou quanto as suas características informais. Para a autora, em ambas economias, era característico na informalidade, a ilegalidade com a finalidade de evasão de impostos por meio de trabalho não declarado ou, ainda por empresas não registradas. Todavia, para Gerxhani (1999), havia um diferencial importante verificado entre economias mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, pois na primeira havia a possibilidade de crescimento e geração de riqueza com eventual formalização e na segunda se apresentava mais como um aspecto de subsistência do indivíduo.

Além das referências controversas quanto ao nome e a mensuração da economia informal, de acordo com Smith P. (1994), Godfrey (2011) e Schneider e Williams (2013), não há uma fronteira clara ou um consenso que delimite a economia informal e a formal de maneira efetiva. Fato este que denota controvérsias sobre exatamente o que é economia informal e, principalmente, aprofunda as controvérsias sobre como mensurar o tamanho e o impacto destas atividades na economia formal (DIXON, 1999). Quanto a controvérsia da mensuração da economia informal, Joassart (2010) demonstrou, em sua revisão dos métodos de mensuração até então propostos, que havia muito espaço para a adivinhação nas estimativas de mensuração. Em uma tradução livre das palavras de Joassart (2010, p. 41) a autora afirma que, “se nós

queremos mais do que uma adivinhação estimada sobre o tamanho total da economia informal [...], nós precisamos desenvolver medidas de compreensão da economia informal”. Apesar das imperfeições quanto à mensuração, para Alderslade, Talmage e Freeman (2006), mensurar a economia informal é de suma importância para possibilitar ao governo a percepção de quanta tributação deixa de ser coletada. Além disto, proporciona uma apuração mais realista do PIB em um determinado período, promove desenvolvimento pela atração de possíveis investimentos e, ainda, pode apontar políticas objetivas de atração destas empresas informais à formalização de suas atividades tendo como consequência o incremento da arrecadação tributária.

A economia informal também pode se apresentar como parte integrante de contextos formais, visto que a proteção dos direitos do trabalhador pode se apresentar como falha nos casos em que ocorrem abusos nas relações entre capital e trabalho, como descrito por Godfrey (2011) ao exemplificar o uso de trabalhadores que atuam dentro de uma empresa formal, mas que são informais enquanto mão de obra. Por um outro lado, a economia informal que se estrutura, se movimenta e se beneficia da comercialização de drogas, prostituição e de outros ilícitos, também faz parte do que está à margem da regulamentação do estado. Como tal, o comércio de ilícitos poderia ser enquadrado como parte integrante da economia informal em conformidade com a caracterização da informalidade como algo fora da legalidade e à margem da regulamentação do estado como descrito por Smith P. (1994), Dixon (1999), Azuma e Grossman (2002), Williams (2005), Schneider (2006), Llanes e Barbour (2008) e Godfrey (2011). Quanto a legalidade do ilícito e a ilegalidade da contravenção, Webb *et al* (2009), descreve claramente que o ilícito passível de legalização constitui o que é informal, mas atividades econômicas que não são passíveis de legalização, apesar de informais, são atividades descritas pelos autores como renegadas pela legislação vigente, de tal forma que impossibilita qualquer iniciativa de legalização para se tornarem formais.

Deste conjunto de relações, faz-se uma inegável e evidente conexão deste movimento econômico informal com o empreendimento formal, conforme os estudos de Bruton, Ketchen e Ireland (2013) e de Webb *et al* (2009), sendo este último, uma declaração franca da legitimidade do empreendedorismo dentro do cenário informal e frente ao que é considerado ilegal em um mercado.

Levando em consideração estas delimitações do que é economia informal perante a lei e o que Webb *et al* (2009) chamaram de economia renegada não passível de formalização, neste estudo será desconsiderada toda a atividade e/ou empreendimento informal que se enquadre

como atuação ilícita sob o ponto de vista da contravenção e impossibilitada de legalização perante a lei.

2.1.3 O esforço de pesquisa em economia informal e suas contribuições

Com a economia informal sendo referida como relevante do ponto de vista econômico e social vários estudos passaram a ser desenvolvidos para análise sobre o tema. Os estudos se intensificaram após a inclusão do empreendedor informal como parte importante da agenda de pesquisas em economia informal proposta por Bruton, Ireland e Ketchen (2012) e com a maior exposição do tema que se constituiu como o interesse central do Encontro da Academy of Management de 2012, em um claro sinal de que a academia tem demandado esforço para desenvolver o tema como um reconhecimento da importância do mesmo.

Houve estudos voltados ao escrutínio do tema pela ótica do alívio da pobreza e do acesso a formas alternativas de renda para indivíduos com dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho (SCHNEIDER e WILLIAMS, 2013; ALVAREZ e BARNEY, 2014; WILLIAMS, 2015 e LOZANO e DÍAZ, 2015). Pelo mesmo ângulo, o empreendedorismo informal foi verificado como solução e alternativa à pobreza por Bruton, Ketchen e Ireland (2013). Do ponto de vista da uma perspectiva teórica, Godfrey (2011) buscou elaborar a construção de uma base teórica explicativa em relação à economia informal. Foram elaborados estudos que questionam a dicotomia entre formalizar ou não formalizar utilizando uma lente vinculada à economia e ao empreendedorismo em uma análise baseada na atuação de instituições pró-mercado (DAU e CUERVO-CAZURRA, 2013). Houve estudos com uma perspectiva de exploração no terreno da ilegalidade e a decorrente corrupção presente no empreendedorismo informal (FADAHUNSI e ROSA, 2002), as nuances do empreendedorismo familiar informal (KHAVUL, BRUTON e WOOD, 2009), os aspectos de contraste comportamental do empreendedor informal e do formal (LERNER e HUNT, 2012) e, até mesmo, uma investigação sobre a relação entre a moralidade das pessoas e a economia informal (WILLIAMS e HORODNIC, 2016). Por fim, reiteradas vezes já foi verificada a jornada migratória da informalidade rumo a formalização como nos estudos de Llanes e Barbour (2007) e Williams (2005).

Por outro lado, sob a perspectiva do consumidor, Brito e Xavier (2016), relacionaram o comportamento do consumidor e a escolha por produtos informais à um aspecto vinculado ao aspecto cultural de um produto. Na pesquisa das autoras foi verificado que o rigor institucional das empresas formais e, até mesmo, a legislação acabou por pasteurizar o aspecto cultural

vinculado à produtos artesanais e que carregam um simbolismo cultural em suas respectivas regiões de origem, tendo sido utilizado o exemplo o queijo de minas artesanal na pesquisa realizada. Já para Ferreira (2013), o comportamento do consumidor, quanto à busca por produtos na economia informal em sua pesquisa no ABC paulista, se dá em razão do preço e da acessibilidade ao ponto de venda, sendo os consumidores sabedores dos malefícios decorrentes de seu consumo no mercado informal.

2.1.4 A construção teórica relacionada a Economia Informal

Teorias sobre economia informal e o próprio estudo deste fenômeno são ainda recentes, algo que determina pouco avanços, ainda que notáveis, sobre a formação de um entendimento teórico geral sobre o tema relacionado a economia informal. O tímido avanço teórico junto ao tema se dá devido às dificuldades de classificação, mensuração e enquadramento em perspectivas teórico-econômicas pelas características que o próprio tema carrega. Houve avanços com o advento de teorias importantes como, por exemplo, na teoria proposta por Castells e Portes (1989), todavia, para Gibson e Kelley (1994), o tema não apresentava uma significativa exploração, não do ponto de vista empírico e histórico, mas do ponto vista teórico. Desde a época do estudo teórico conduzido por Gibson e Kelley (1994) frente ao tema, até hoje, ainda, há poucos estudos teóricos sobre a economia informal pela dificuldade de propor uma teoria que generalize todas as nuances, características e implicações sociais e econômicas decorrentes da informalidade. Apesar desta dificuldade, segundo Williams (2015), o tema pode se constituir sob três diferentes perspectivas de análise: Perspectiva Modernizadora, que tem como centro de análise um foco voltado para a necessidade de desenvolvimento econômico e fuga do consequente aumento da informalidade presente em situações de subdesenvolvimento (SCHNEIDER & WILLIAMS, 2013); Perspectiva Neoliberal, que denota a informalidade como uma questão de escolha para contornar os tributos provenientes da regulamentação do sistema produtivo e, com isto, evitar os excessos intervencionistas do estado, bem como, a corrupção proveniente deste; e a Perspectiva Política e Econômica, que toma a economia informal como uma consequência das falhas na proteção social de trabalhadores frente aos desafios proporcionados pelo estado de pobreza e de miséria de uma economia.

Apesar das diferentes perspectivas de análise apontadas por Williams (2015), há uma distinção de escolas de pensamento relacionados ao tema. Segundo a WIEGO (Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing) em 2017, as escolas dominantes de pensamento são as de cunho dualista, estruturalista, legalista e voluntarista. Para a WIEGO

(2017), que representa uma rede global de cooperação com duas décadas de atuação em pesquisas e estudos em economia informal, estas quatro escolas são as que melhor definem o tema economia informal partindo de óticas diferentes sobre o mesmo tema, logo com um uso de lentes de análise distintas para explicar o mesmo fenômeno.

2.1.4.1 Escola dualista

A escola dualista, oriunda do “descobrimento” da economia informal por parte de Hart (1973), apontava a informalidade como decorrente de desigualdades sociais que levavam à busca por subsistência por parte de indivíduos excluídos do movimento formal da economia. Desta forma, a escola dualista percebe a economia informal por uma ótica que vai ao encontro da visualização da informalidade por intermédio da lógica de sobrevivência em um contexto no qual a oferta de mão de obra é maior do que as ofertas de postos de trabalho (WIEGO, 2017). Neste sentido, a necessidade de emprego por parte de indivíduos encontrava um ambiente de trabalho hostil e com poucas oportunidades, algo já verificado e corroborado anteriormente por Todaro (1969) em sua visualização baseada em movimentos migratórios do campo para a cidade.

Como escola, a visão dualista, na qual um excedente estrutural de mão-de-obra pressiona o mercado de trabalho tornando a oferta de empregos insuficiente, estabelece a dualidade entre formal e o informal não concebendo a informalidade como um mercado que mantém relações de comércio junto ao mercado formal e vice-versa, pois são mercados separados e desconectados um do outro (WIEGO, 2017). Para Oshima (1971), os atores de atuação informal atuam comprando e vendendo mutuamente seus próprios produtos por se encontrarem à margem do mercado formal, portanto, excluídos deste. Neste sentido, Chen (2006) acrescenta que dentro do conceito da escola dualista, é natural as organizações informais terem pouco interesse nas regulamentações de mercado e nas restrições impostas pelos governos. Por outro lado, quanto mais regulamentado e restritivo se torna um estado, maior é o crescimento da economia informal ampliando o espectro à margem da economia formal, portanto, desconectado desta. Para a WIEGO (2017) a informalidade, dentro do contexto da escola dualista, é um resultado da exclusão das oportunidades no capitalismo moderno devido à desequilíbrios de duas naturezas, uma relacionada ao excedente de mão de obra e outra devido à falta de qualificação desta mão de obra. O primeiro se explica pelo desequilíbrio entre a soma do crescimento da população e da oferta de emprego industrial moderno conforme Todaro (1969). O segundo desequilíbrio que pressiona o aumento do desemprego é decorrente da baixa qualidade da mão de obra em função do despreparo e ausência de habilidades pessoais perante

as estruturas de oportunidade que são oferecidas na moderna economia industrial (Bresser-Pereira, 2010).

Dentro deste contexto, o conceito fundamental de economia informal dentro da escola teórica dualista é o estabelecimento de um completo desligamento pressuposto entre a economia informal e a formal, conforme a WIEGO (2017).

2.1.4.2 Escola estruturalista

A escola estruturalista tem origem nos pensamentos sobre economia informal dominantes nas décadas de 1970 e 1980, segundo Alderslade, Talmage e Freeman (2006). A escola estruturalista do pensamento em economia informal tem um foco que se concentra nas relações de produção (WIEGO, 2017). Nesta escola a atividade econômica informal se apresenta como subordinada à economia formal com a empresa informal e seus trabalhadores servindo para redução de custos e de alavancagem da competitividade das empresas formais (CASTELLS e PORTES, 1989). Em outras palavras, a informalidade era uma economia conectada à formalidade e interdependente dela, contrariando diametralmente a ausência de conexões entre ambas preconizado pela escola dualista. Neste sentido, na escola estruturalista, a informalidade é percebida como decorrente da natureza do capitalismo e do seu crescimento enquanto movimento econômico, conforme Castells e Portes (1989). Para estes autores, há a configuração da economia informal como parte integrante de uma estrutura segmentada de desenvolvimento econômico que propicia um suporte ao crescimento da economia como um todo. Chen (2006), acrescenta que tais relações econômicas entre a economia formal e a informal colaboram para a diminuição da pobreza por oferecer renda aos indivíduos excluídos do movimento formal da economia e, ao mesmo tempo, os reinserindo no consumo dentro do mercado formal, ainda que sua renda seja de origem informal. Neste sentido, Gibson e Kelley (1994), consideram as relações, entre a economia informal e a formal, bastante complexas, pois estas vão além de relacionar salários e lucros decorrentes das relações de produção presentes neste contexto. Na contribuição de Gibson e Kelley (1994) à teoria clássica da economia informal, a relação entre as economias formal e informal estabelece uma implicação primária quanto ao uso da informalidade e o aumento dos lucros na formalidade, pois a “produção informal é um meio eficiente para manter o padrão de vida de indivíduos que de outra maneira estariam desempregados” (GIBSON e KELLEY, 1994, p. 91). Logo, há uma relação entre renda dos indivíduos que atuam na economia informal e o lucro da economia formal proporcionada pelas relações de produção e, também, de consumo estabelecidas entre ambas.

Desta forma, a ideia principal presente na escola estruturalista é de que a economia informal e a economia formal são interdependentes e possuem relações de produção e consumo, sendo que a economia informal é subordinada à formal por ofertar mão de obra barata, insumos e produtos com vistas na diminuição dos custos da economia formal (WIEGO, 2017).

2.1.4.3 *Escola legalista*

A escola Legalista emergiu no final dos anos 80 e 90 ganhando popularidade com a ascensão de políticas neoliberais que afirmavam que enquanto a taxaço fosse custosa ao empreendedor, a informalidade seria uma atividade contínua (WIEGO, 2017). A escola legalista teve origem com a contribuição de De Soto (1989), que definiu linhagens teóricas ao levar em conta o entendimento de que o contexto tributário e regulatório eram fatores cruciais na escolha por uma atuação à margem da regulamentação. Neste sentido, a contribuição de De Soto (1989) foi baseada na visualização de uma falha majoritária em todo o sistema de proteção da economia que é oriunda das regulamentações. Para De Soto (1989), a proteção que estes regramentos proporcionam à economia formal impedem o desenvolvimento econômico pela própria restrição de mercado que as regras estes procuram impor. Logo, ainda que, o intuito seja a busca por proteção de mercados, as regulamentações excessivas acabam por feri-lo ao estimular a informalidade de atividades que, por força destes excessos regulatórios, optam por serem informais. Neste exato contexto, a perspectiva neoliberal descrita por Schneider e Williams (2013) vai ao encontro desta escola por ser afinada ao discurso de que a taxaço excessiva e os excessos regulatórios proporcionados pelo estado atuavam como um fator de incentivo à informalidade.

Em uma outra perspectiva, para a WIEGO (2017), a escola legalista vê como causa da informalidade a hostilidade com que o sistema legal recebia as imigrações oriundas da relação campo-cidade. De maneira que, ao defender o empreendimento formal pela regulação, acabou por reforçar o direcionamento e o incremento da informalidade pela ausência de condição financeira e competitiva que incidiram sobre os movimentos de trabalho e produção provenientes deste movimento migratório. Além desta perspectiva de fomento à informalidade, há o incremento da informalidade pela inserção de trabalhadores que atuam como empregados informais assalariados em empresas formais, justamente pelo peso do custo de formalização destes trabalhadores para um enquadramento regulamentado de suas atividades (GODFREY, 2011; WIEGO, 2017).

Para De Soto (1989), na visão da escola legalista, a desregulamentação da economia proporcionaria um aumento de liberdade econômica junto ao fomento do empreendedorismo, notadamente em países em desenvolvimento. Neste sentido, o elemento principal da escola legalista é o impacto regulatório e tributário e sua relação com o aumento da informalidade que poderia ser minimizado como movimentos em busca da desregulamentação de uma economia.

2.1.4.4 Escola voluntarista

A escola voluntarista é oriunda de uma revisitação ao tema relacionado à economia informal proporcionada por Maloney (2004). Para este autor, a atitude voluntária entre atuar na economia informal ou na formal era uma questão vinculada ao custo-benefício entre uma escolha ou outra. Logo, o efeito causal da informalidade, na concepção voluntarista, vem dos esforços de evitar os excessos regulatórios, bem como evitar os abusivos impostos que pesam sobre a iniciativa empreendedora. Neste sentido, para Heintz (2012, p.11), “a abordagem voluntarista é muito diferente das outras teorias sobre a informalidade, nas quais o emprego informal resulta de uma limitação estrutural”. Desta forma, na concepção da escola voluntarista, a informalidade não advém de uma restrição, mas de uma escolha racional e pragmática tendo em vista os custos e os benefícios que empreender informalmente ou formalmente imputam na atividade empreendedora.

Para fins de definição de nomenclatura utilizada no decorrer desse estudo foi adotado o termo economia informal apresentado por Hart (1970) para todas as atividades de trabalho ou empreendimento informais que dependem apenas de registro formal para serem legalizadas perante a lei vigente. Tal definição foi adotada para alinhar as diversas nomenclaturas utilizadas ou sugeridas por quaisquer outros autores que tenham abordado a informalidade como objeto de estudo.

Na sequência serão apresentados o embasamento teórico para o estudo do discurso, suas raízes, constituição e processos de análise. Neste sentido, o processo da formulação da análise de discurso estabelecerá ligações com aspectos ideológicos relacionados e presentes na busca por poder através de um discurso empregado. Ainda, será apresentado a Análise Crítica do Discurso (ACD) para que possam ser estabelecidas as categorias norteadoras e as articulações entre o discurso e práticas sociais no âmbito da economia informal, conforme o objetivo central do estudo.

2.2 O discurso

Muito mais complexo do que apenas um simples ordenamento de letras, sílabas, frases e sons que estabelecem comunicação entre duas entidades, uma emissora e outra receptora (LYONS, 1987), a linguagem, se organiza através de uma camada de sentidos e de significados que “cumpre acrescentar uma faculdade de associação e de coordenação que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados” (SAUSSURE, 2006, p. 21). Desta maneira, pela associação e pela coordenação da linguagem, a construção de um discurso, bem como sua origem e seus significados, seu contexto e seus sentidos passam, também pela imersão no ambiente social e pelo seu cruzamento com outros discursos. Para Bakhtin (1992), esse cruzamento de discursos ocorre pelo dialogismo inerente ao encontro entre indivíduos que se valem do discurso para efetivar um sentido na comunicação como forma manifesta de suas próprias intenções, experiências e concepções de mundo. Neste sentido, para Fairclough (2001) o discurso é uma prática social, uma ação por intermédio de um conjunto de significações que representam um entendimento manifesto de um contexto social. Desta forma, em um discurso, há esforço para que ocorra entendimento e diferenciação entre significados e sentidos entre indivíduos que se comunicam através da interposição de argumentos que visam, intencionalmente, o convencimento e a concordância de quem recebe este discurso. Por outro lado, ao invés de convencimento, pode precipitar, também, divergências. Independente de ocorrer concordância ou divergência à interposição de um discurso, neste há um esforço empregado para entendimento e diferenciação que transforma todo o discurso em fonte de comunicação entre duas partes (BALALAI, 1989).

Além do interesse de comunicação, em uma análise por outra perspectiva, Foucault (2012) apresenta o discurso como unidades de verdades constituídas por expressões de poder socialmente estabelecidos. De acordo com o autor, o discurso deixa evidente que o ambiente social é um conjunto repleto de ditos, não ditos e de interditos impostos que tem por função segregar o impróprio à verdade social estabelecida e institucionalizada. Ao mesmo tempo, o discurso reafirma socialmente sua própria verdade como uma expressão de poder e de hegemonia social (FOUCAULT, 2012). Algo que vai ao encontro da perspectiva de Pêcheux ([1969] 1997) que representa o discurso como um aparato ideológico centrado em construções previamente instituídas, mas que é manifestado por um indivíduo em suas condições atuais presentes para desta tirar proveito ou estabelecer vantagem. Desta maneira, apresentando uma definição simples, precisa e direta da relação entre indivíduo, discurso e ideologia, Pêcheux

(1975 *apud* ORLANDI, 2009, p.17) afirmou que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

Porém, nem tudo que está presente na construção de um discurso está explícito e representa a vontade de verdade que deveria nos mover adiante enquanto sociedade, pois, por obra do desejo de poder, esta mesma vontade de verdade acaba tolhida em sua essência e, finalmente, posta em grilhões discursivos para que sua verdadeira intenção não se demonstre de maneira explícita (FOUCAULT, 2012). Além disto, para Orlandi (2009, p.83), “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras”. Desta forma, a vontade de verdade no discurso não é nada mais do que um sistema de exclusão histórico com suporte institucional para esconder as verdades que constroem (FOUCAULT, 2012).

Neste sentido, a vontade de verdade não é o que representa a diferenciação entre o falso e o verdadeiro, mas é algo direcionado, institucionalizado e em constante deslocamento, pois há verdades escondidas nos alicerces de um discurso que se encontram abaixo da sua superfície e, portanto, passam longe da demonstração confessa da real intenção presente por detrás deste discurso. Nesta perspectiva:

“O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe à nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”. (FOUCAULT, 2012, p. 19).

No discurso há, portanto, um teatro de representações originário de um complexo conjunto de formações ideológicas que não é transparente (ORLANDI, 2009). O sujeito empírico do discurso não é somente uma entidade que emite este discurso, ele é um reflexo dos discursos prévios que o cercam em seu contexto social (PÊCHEUX, [1969],1997) e um resultado da construção histórica deste mesmo contexto social no qual vive (ORLANDI, 2009).

Com o discurso se sustentando em discursos prévios, conforme Pêcheux ([1969]1997), o desejo de poder, a ideologia e o discurso se constituem como objetos de relação próxima, pois segundo Foucault (2012, p. 8) “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. Ainda de acordo com o mesmo autor, as interdições presentes no discurso representam ligações com o desejo de poder, afinal todo “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2012, p 10). Desta forma, abre-se um leque de possibilidades que descortina uma luta constante para

o alcance e a manutenção do poder pela busca em transformar o indivíduo em sujeito por meio da ideologia interposta através de um discurso.

2.2.1 Relações entre discurso, ideologia e poder

A ideologia, para Althusser ([1969]2013), é o imaginário através do qual as pessoas representam e se relacionam com suas condições de existência, ainda que, tal representação se apresente como defeituosa por se estruturar sob um ângulo particular de realidade. A percepção da realidade invade o imaginário de um indivíduo e o reforça, mas esta realidade é derivada destas mesmas construções imaginárias, logo é uma realidade que não corresponde ao que de fato é real para outro indivíduo. Desta forma, o imaginário é terreno fértil para a sujeição ideológica de um indivíduo e a ideologia, conforme Althusser ([1969]2013), serve de intermediária ao se colocar entre as relações do sujeito frente a realidade que o cerca. Para Žižek (2013), a ideologia se molda pelo advento da doutrina e se legitima pelo conjunto de verdades que são refletidos no imaginário de um indivíduo, mas que, de maneira inconfessa, é uma doutrina que está carregada de interesses vinculados ao poder, pois “uma lacuna separa seu sentido público oficial e sua verdadeira intenção” (ŽIŽEK, 2013, p. 16). Desta maneira, a formação ideológica de um indivíduo se torna uma reflexão lacaniana de uma imagem que é refletida no espelho de sua própria realidade (LACAN[1949]2013), mas galgada em um imaginário deturpado desta mesma realidade. Todavia, a formação ideológica não é espontânea, mas constituída, de um lado, pela interpelação do indivíduo através dos aparelhos ideológicos do estado (ALTHUSSER[1969]2013) e, por outro, pelo viés de mercado estabelecido pelo fetichismo da mercadoria (LUKÁCS, 2003). Logo, a interpelação do indivíduo tem como finalidade infligir a sujeição à ideologia e a consequente transformação do indivíduo em sujeito concreto.

Resgatando a afirmação de Pêcheux ([1969]1997) sobre a não existência de discurso sem sujeito e de sujeito sem ideologia, temos que o sujeito precipita ideologia em seu discurso por não poder fugir dos sentidos que ele mesmo constrói através do seu imaginário distorcido da realidade. Para Althusser ([1969]2013, p.128) “a ideologia não tem existência ideal ou espiritual, mas material”, desta forma, no discurso, manifesta-se a materialidade de uma ideologia que tem por objetivo o alcance inconfesso de poder através da sujeição de outros indivíduos, como afirmado por Žižek (2013). A teoria Althusseriana de ideologia se debruça firmemente sobre o aspecto de embate proporcionado pela luta entre classes para constituir a ideologia pela lente das relações de dominância e de hegemonia. Nesta teoria, além da explicação sobre o que é ideologia e como a mesma se constitui, há derivações em relação à

sua utilidade como ferramenta social e como forma de dominação, pois “ideologia é um sistema de ideias e representações que domina a mente de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, ([1969]2013, p. 121). Desta forma, através do embate baseado na luta de classes em moldes marxistas, a ideologia para Althusser ([1969] 2013) serve de instrumento de dominação de um sujeito ou grupo social por parte de outro.

Em uma abordagem crítica da ideologia Althusseriana, Thompson (2011) apontou problemas quanto à definição de ideologia proposta por Althusser ([1969]2013), dentre eles está a concepção de ideologia construída pela ótica da dominação de um sujeito por outro. Para Thompson (2011), a crítica à ideologia Althusseriana passa pela falta de um reconhecimento de que ideologia também perpassa o meio social realizando o caminho inverso ao proposto pela ideologia de dominância. Logo, para o autor, o dominado é um proponente de ideologia, de contestação e de revolução contra esta dominância. Mas, além disto, para Thompson (2011), a ideologia não se apresenta somente no ambiente político e nas relações de poder, mas, também, se faz presente nas relações do cotidiano das pessoas ao buscarem seus objetivos ou os objetivos de outros para atingirem os seus. São nestes contextos cotidianos, organizados de maneiras complexas, que os indivíduos gastam a maior parte de seu tempo (THOMPSON, 2011). São contextos que:

“[...] implicam desigualdades e assimetrias de poder e recursos, algumas das quais podem estar ligadas a desigualdades e a simetrias mais amplas, que passam de um contexto a outro e que se referem as relações entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre aqueles quem tem riqueza e propriedade e aqueles sem riqueza e propriedade” (THOMPSON, 2011, p. 11).

A ideologia, para Thompson (2011), assume uma profundidade social maior do que a luta por poder nos moldes da luta de classes marxista, pois a ideologia assume uma postura de luta social, mas não necessariamente uma luta de classes referente à uma hegemonia econômica, e sim um embate mais generalizado que permeia todo o tecido social.

Em outra perspectiva, para Eagleton (1997), o embate social encontra razão no choque ideológico entre opressores e oprimidos, mas interessa, também, saber por qual motivo oprimidos se subjugam de bom grado aos opressores. Logo, “o estudo da ideologia é, entre tantas outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade” (EAGLETON, 1997, p.13). A crítica à uma ideologia encontra adeptos quando a gratificação desta assume contornos menores do que as perdas que a mesma impõe. O oprimido, para Eagleton (1997), necessita perceber como vantagem maior a permanência em sua posição de subjugado. Para o autor, o opressor mais eficiente é aquele que faz seus

oprimidos amarem e se identificarem com o seu poder, pois a liberdade mais difícil de ser lograda é aquela que exige “libertar-nos de nós mesmos” (EAGLETON, 1997, p. 13). Logo, pela busca ou pela contestação de um poder, a ideologia e o discurso, tem como objetivo fim subjugar e manter em jugo um indivíduo o transformado em sujeito ideológico.

2.2.2 A análise do discurso

O discurso, por apresentar diferentes significações e sentidos como linguagem (SAUSSURE, 2006), mas, principalmente, por representar argumentos de convencimento que tem o interesse de alcance e manutenção de poder de quem o profere (FOUCAULT, 2012), necessita de uma abordagem metódica para que ocorra uma verificação dos sentidos ocultos de tal forma que estes sejam captados (MINGUENEAU, 1997). Para Wood e Kroger (2000, p.4), “a linguagem não é simplesmente uma ferramenta ou um meio de comunicação, mas uma prática social, um meio de realizar coisas”. Neste sentido, a análise do discurso pode determinar que nem tudo o que é dito ou escrito representa a realidade, mas sim um ponto de vista específico construído de maneira proposital (CABRAL, 1999), e que, como tal, é carregado de interesses que remetem à quem emite e profere um discurso. Todavia, todo o discurso advém de uma construção histórica, de tal forma que este é constituído pela inserção do sujeito em seu contexto social e, também, pela interseção de discursos prévios que construíram este mesmo contexto social (PÊCHEUX [1969]1997). Desta forma, o objeto de estudo de uma análise do discurso, segundo Melo (2009, p. 3), “não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas”. Desta forma, conforme Wood e Kroger (2000, p. 28), a “análise do discurso se preocupa com a identificação de funções sociais”, ao passo que, em muitas abordagens qualitativas, há uma preocupação quanto à geração de um composto inter-relacionado ou hierárquico de categorias.

A Análise de discurso (AD) se divide em duas grandes escolas de estudo do discurso, a escola da linha francesa originária das contribuições de Pêcheux ([1969]1997) e de linha inglesa proveniente dos estudos e proposições metodológicas para análise do discurso apresentados por Fairclough (2001). Ambas escolas nasceram da necessidade imposta pela linguística de extrapolar os limites da frase e explorar a complexidade dos textos (CABRAL, 1999). Neste sentido, a AD compreende um esforço que transcende a linguística e que, por suas características, oportuniza uma utilização multidisciplinar (MAINGUENEAU, 1997). No entanto, esta multidisciplinaridade insere uma dificuldade de efetuar compatibilizações à cada

disciplina que utiliza a AD, justamente pela natureza eclética que a envolve e nas quais estas mesmas disciplinas buscam e fornecem subsídios simultaneamente (CABRAL, 1999).

Para fins de análise do discurso da economia informal, neste estudo foi empregado a ACD de origem inglesa proposta por Fairclough (2001) pela presença de um ferramental metodológico de análise definido pelo autor do método ACD.

2.2.2.1 Análise Crítica do Discurso - ACD

A análise crítica do discurso, enquanto teoria social do discurso, é originária de raízes ligadas aos estudos críticos que permitem uma análise argumentativa para desvelar os interesses e os direcionamentos que são escondidos pela real intenção de domínio e de hegemonia na busca ou manutenção de poder. Neste sentido, Fairclough (2001), sugere que uma teoria social do discurso que envolve mais do que um estudo linguístico, mas uma abordagem que una os aspectos de direcionamento de mudança social que se encontram manifestos em um discurso. Não obstante, o próprio discurso é caracterizado como uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001) que tem por finalidade interagir, modificar e suggestionar o meio em que é inserido pela modificação e pela sugestão direcionada dos indivíduos que se encontram presentes nele. Para unir a análise do discurso e a mudança social ligada à esta, foi estabelecida por Fairclough (2001), uma abordagem metodológica de análise de discurso que permitiria, também, uma investigação de mudanças sociais propostas ou decorrentes de um discurso.

De acordo com Fairclough (2001), a análise do discurso proposta por sua abordagem se constitui como uma análise tridimensional do discurso, na qual três dimensões tratam conjuntamente as relações da prática social às estruturas sociais as quais está associada. As dimensões propostas por Fairclough (2001) são o texto, a prática discursiva e a prática social. Para o autor do método definido como Análise Crítica do Discurso (ACD), há um entendimento de que, no discurso, a prática social é passível de interpretação como algo que “as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados” (FAIRCLOUGH, 2001, p.100).

Figura 1: Concepção tridimensional do discurso



Fonte: (FAIRCLOUGH, 2001, p.101)

Apesar da diferenciação das dimensões Texto, Prática Discursiva e Prática Social, há uma sobreposição de uma dimensão sobre a outra, pois “a divisão dos tópicos analíticos entre análise textual e análise da prática discursiva e, também entre as atividades analíticas de descrição e interpretação, não é nítida” (FAIRCLOUGH, 2001, p.101). Neste sentido, a estrutura tridimensional composta pela prática discursiva, o texto e a prática social se entrelaçam partindo de uma relação que inicia de forma interpretativa, se torna descritiva e retorna à interpretação. Porém, as dimensões não são analisadas e, tampouco, seguem necessariamente uma ordem, pois um discurso é fluído, interconectado em suas dimensões, mas, principalmente, não é nítido onde uma dimensão acaba e outra começa. A estrutura tridimensional da análise do discurso proposta por Fairclough (2001) composta pela prática discursiva, texto e a prática social é representada conforme a figura 1.

Dentro da concepção do método ACD, a prática social está imbuída de ideologia e de política, pois tais práticas “são moldadas, de forma inconsciente por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidas, cujos marcos delimitadores, vão sempre além da produção de sentidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100). Logo, para Fairclough (2001), o analista de discurso pode, por exemplo, partir da prática social para após verificar o texto e a prática discursiva decorrente do mesmo ou buscar outra ordenação para proceder com sua análise. Dentro do método ACD, cada dimensão que compõe a análise tridimensional do discurso é composta por uma série de categorias de análise que em conjunto estabelecem um método de análise do discurso.

2.2.2.1.1 Categorias de análise do método tridimensional ACD

O método ACD é composto por uma série de categorias que, dependendo do fenômeno social em que está se propondo em operar uma análise, algumas destas categorias são usadas e outras não. Estas categorias se encontram relacionadas as características tridimensionais de um

discurso, sem as quais, não poderia ser realizada uma análise multidimensional, multifuncional e histórica de um discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Desta forma, “em qualquer análise particular algumas categorias são provavelmente mais relevantes e úteis que outras” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 283) e isto leva em consideração o fato de que as análises “provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 283), pela complexidade analítica que envolve o conjunto completo de todas categorias que compõe o método.

No quadro 1, são apresentadas todas as categorias presentes no método ACD, que para Fairclough (2001), compõe um ferramental de análise do discurso que confere aspectos diversos e inter-relacionados que visam auxiliar o pesquisador na busca pelas verdades que se encontram escondidas por detrás dos discursos.

Quadro 1: Categorias de análise do discurso do método ACD.

Dimensão	Categorias	Objetivos
Prática Discursiva	Interdiscursividade	Especificar os tipos de discursos presente.
	Cadeias Intertextuais	Especificar a distribuição de uma amostra discursiva pela descrição das cadeias intertextuais das quais participa.
	Coerência	Considerar as implicações interpretativas das propriedades intertextuais e interdiscursivas da amostra
	Condições da prática discursiva	Especificar as práticas sociais de produção e consumo de texto associado ao tipo de discurso que a amostra representa.
	Intertextualidade manifesta	Especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto que está sendo analisado.
Texto	Controle interacional	Descrever as propriedade organizacionais gerais das interações.
	Coesão	Mostrar como orações e os período estão conectados no texto, relevância disto no caráter retórico.
	Polidez	Determinar quais estratégias de polidez são mais usadas e se há diferença entre os participantes.
	Ethos	Reunir as diversas características que vão em direção à construção do eu, ou de identidades sociais.
	Gramática	Transitividade
		Tema
		Modalidade
	Significado de palavras	verificar significados variáveis e mutáveis de palavras em uma estrutura como um modo de hegemonia e um foco de luta.
	Criação de palavras	Constrastar as formas de lexicalização dos sentidos com as formas de lexicalização em outros textos.
	Metáfora	Caracterizar metáforas usadas em contraste com outras usadas com sentido similar em outro lugar.
Prática Social	Matriz Social do Discurso	Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz principal da prática social e discursiva.
	Ordem do Discurso	Especificar o relacionamento da instância e da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela delinea.
	Efeitos ideológicos e políticos dos discursos	Focalizar efeitos ideológicos e hegemônicos particulares, sistemas de conhecimento e crença; relações sociais; Identidades sociais

Fonte: Baseado nas categorias listadas no capítulo 8 de Fairclough (2001).

O método e o consequente processo de análise “não deve ser considerado como um esquema, pois não há procedimento fixo para se fazer análise do discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões de discurso” FAIRCLOUGH, 2001, p. 275).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A seguir será descrita a metodologia que foi utilizada neste estudo de maneira a caracterizar, justificar as escolhas feitas, descrever os procedimentos de coleta, bem como, de análise dos dados que serão utilizados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Este estudo é caracterizado como exploratório com uma abordagem qualitativa para atingir seus objetivos, todavia, não há de ser desconsiderado que, conforme Rodrigues e Dellagnelo (2013), o uso da análise de discurso enquanto estratégia de pesquisa torna este estudo de difícil caracterização, algo já afirmado anteriormente, também por Cabral (1999). Fairclough (2001), ao analisar seu próprio método, define a análise do discurso como não passível de configurações rígidas por não seguir um padrão definido. Parte da dificuldade de caracterizar este estudo está nesta falta de uma configuração rígida, pois “... não há um procedimento fixo para se fazer análise do discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 275).

Segundo Neuman (2013), a dimensão exploratória se caracteriza por estudos com pouco conteúdo desenvolvido por outros pesquisadores, desta forma, tendo em vista que o tema economia informal é relativamente novo, este estudo pode ser caracterizado como exploratório. Por outro lado, foi um estudo qualitativo por utilizar a análise do discurso como método empregado para explorar o tema. Cabe aqui relembrar a afirmação de Dey (2005, p. 29) de que “quanto mais ambíguos e elásticos são os conceitos, menor é a possibilidade de quantificar dados em caminhos significativos”.

Este estudo não se propôs a realizar uma análise de discurso que venha a constituir uma perspectiva analítica de mudança social e a consequente modificação dos discursos analisados. Desta maneira, não houve recorte temporal para determinar a origem e a modificação dos discursos que foram analisados neste estudo. Tal decisão de pesquisa se constitui como um fator relacionado a ausência de necessidade na busca por um irrelevante contraste dos discursos e suas modificações no decorrer do tempo. Neste sentido, este estudo entende que uma mudança no discurso no decorrer do tempo não altera o seu composto de entrega ideológica, mas apenas a forma como este se mostra expressado nos discursos das

organizações estudados. Esta irrelevância referente ao aspecto temporal foi adotada como verdadeira quanto ao composto ideológico, no entanto, houve uma delimitação temporal dos discursos das organizações analisados, dando prioridade para os discursos decorrentes do período pós crise de 2008.

Logo, pela não vinculação da mudança do discurso como foco deste estudo, cabe ressaltar que no método proposto por Fairclough (2001) haveriam problemas particulares relacionados à coleta de um *corpus* com vista em acessos que verifiquem tal mudança, pelo fato de, segundo o autor, ser necessário introduzir períodos de tempo razoáveis nos dados para fins de contraste. Neste estudo, como não há finalidade de verificação de mudanças de qualquer espécie referente ao discurso, tal problema não se aplicou.

Finalmente, como o objetivo deste estudo foi verificar relações de convergência e complementaridade nos discursos globais relacionados à economia informal pela via da identificação das ordens do discurso, hegemonia, poder e ideologia presentes nestes discursos, não houve necessidade de profundidade temporal para verificação de eventuais mudanças de discurso, visto que, apesar destas práticas sociais serem construções históricas, tais construções não se constituem como foco deste estudo.

3.2 A escolha do método de análise do discurso

Sendo a administração uma ciência social aplicada, a sua constituição tem raízes relacionadas às ciências econômicas. Apesar das raízes ligadas à economia, segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2009), a pesquisa em administração se utiliza de uma variada gama de disciplinas para, com isto, ganhar profundidade e novas perspectivas.

Neste contexto, a utilização da análise do discurso foi tomada como parte da estratégia desta pesquisa pela percepção de que o uso de uma perspectiva voltada ao discurso aplicada as organizações supranacionais é um fator importante de sustentação da realidade e de impacto que estas estabelecem sobre o contexto referente a economia informal. Desta forma, este estudo se apoiou em dados qualitativos que foram analisados conforme propõe o método da análise do discurso preconizado na linha inglesa de Fairclough (2001), denominada como Análise Crítica do Discurso (ACD).

A escolha do uso de ferramentas proporcionadas pela ACD se constituiu por haver compreensão do autor de que o discurso não é apenas um conjunto de signos que se propõe a materializar significação para a linguagem, mas, sim um conjunto de signos que representam a

ideologia, a intenção de poder e a busca por controle sobre o indivíduo (ALTHUSSER, [1969]2013). Neste sentido, Pêcheux (1997), declara o sujeito como um depósito de ideologia e, como tal, escravo desta pelo advento de seu próprio imaginário construído no decorrer do tempo e no qual a ideologia, através do discurso, se manifesta.

Apesar de análise do discurso envolver uma certa noção de linguística, a escolha do método se baseou na percepção do pesquisador de que a interpretação de um discurso não depende de aprofundamento teórico linguístico ou de formação específica nesta área. O próprio autor do método ACD, Fairclough (2001), afirma que na execução de uma abordagem baseada em análise de discurso “não se pode exigir uma grande experiência linguística prévia de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência prévia em sociologia, psicologia ou política” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 102). Por outro lado, como a interpretação do discurso e de seus significados é uma visualização particular de um fenômeno discursivo, a interpretação que foi dada pelo pesquisador poderá encontrar contestação de outros pesquisadores pelo advento de suas interpretações diferentes sobre o mesmo fenômeno, algo que para Fairclough (2001) é natural, pois o controle interpretativo do pesquisador se inicia e se encerra dentro da perspectiva do próprio pesquisador.

Ademais, a escolha pelo método se deveu também em função de expressivo crescimento do uso de abordagens discursivas nos esforços de pesquisa (CABRAL, 1999), afinal, tal abordagem é “um novo entender dos textos produzidos numa área, quase sempre voltado para a definição política e ideológica que esses textos encobrem” (BALLALAI, 1989, p. 56). Desta maneira, as relações entre pessoas, organizações e sociedade se apresentam com uma profundidade maior, pois, segundo Ballalai (1989, p56) há “um processo de desmascaramento da palavra, numa busca da verdade que se esconde atrás dela...”. Neste sentido, a perspectiva de um estudo do discurso desnuda os interesses ocultos nas palavras e relaciona seus contextos com a sua real intenção latente. Cabral (1999), acrescenta que a possibilidade de olhar as organizações pela lente dos discursos e o desmascaramento dos implícitos presente no mesmo, pode estabelecer uma conexão que possibilita a construção de novos entendimentos e de novos saberes acerca de um fenômeno estudado. Ainda, sobre a análise do discurso, Cabral (1999), salienta que “desconstruir, desmistificar discursos pode ser, entretanto, apenas uma forma de reprodução de novos discursos” (CABRAL, 1999, p.11).

Para fins de entendimento, este trabalho aplicou a ACD sobre o discurso das organizações supranacionais expressados em textos, relatórios, políticas, programas, projetos e

comunicações institucionais, podendo ser usado, para tal análise, uma ou mais de uma destas fontes que são disponibilizadas nos sítios eletrônicos das próprias organizações analisadas.

3.3 Definições do *Corpus* (Seleção de dados)

Para a composição do *corpus* foram delineados a forma e os processos de seleção e escolha dos dados utilizados. Em um primeiro momento serão descritas as formas de constituição do *corpus* dos discursos das organizações supranacionais na busca por relações com a economia informal. A identificação dos contextos discursivos pela caracterização das organizações supranacionais delineou a matriz discursiva evidenciada em seus discursos e presentes em seus posicionamentos, bem como a ordem do discurso presente em seus sistemas de crença. Nesta perspectiva, os dois objetivos iniciais estão diretamente relacionados ao que constituiu a base de dados documental (*corpus*) que foram analisadas. Esta base de dados é formada por manifestações públicas escritas que foram encaradas como a materialidade dos discursos de organizações supranacionais com abrangência global em análise. Dentro das atividades de seu escopo de atuação e pelo advento de sua força representativa e de suas relações com a Organização das Nações Unidas (ONU), que é um órgão que reúne atualmente 193 (cento e noventa e três) países filiados (ONU, 2017), as organizações que tiveram seus discursos utilizados neste estudo são a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial. Os discursos destas organizações se constituíram como o *corpus* de análise na busca por relações e impactos de seus discursos frente ao contexto da economia informal. Para Fairclough (2001), a construção de um *corpus* de amostras de discursos e a decisão dos dados suplementares de uma pesquisa tem importância frente a perspectiva do pesquisador e dos pesquisados. A escolha destas organizações supranacionais, como parte integrante do *corpus*, se constituiu como um fator de busca por elementos de manutenção hegemônica por meios ideológicos que o discurso produzido por estas organizações interpõe junto a economia informal e que atinge todos os atores sociais relacionados a esta economia.

A seleção das fontes na composição deste núcleo documental que compôs o *corpus* de dados foi feita pela constatação da relevância e abrangência que a OIT, OMC e o Banco Mundial possuem como organizações supranacionais por suas profundas ligações com ONU e por serem organizações que contam com o apoio de diversos países que são signatários de suas diretrizes e posicionamentos. No entanto, especificamente, interessou a este estudo, a atuação do discurso destas organizações como forma de manifestação discursiva de práticas sociais e

econômicas em três frentes distintas que são, respectivamente, o comércio (OMC), o trabalho (OIT) e o capital (Banco Mundial). A práxis do discurso dessas organizações foi abordada pelas informações que essas mesmas organizações publicam em seus próprios sítios eletrônicos como manifestação de suas diretrizes, objetivos, interesses e práticas dispostas publicamente e que representam os seus discursos. Desta forma, o emprego do discurso de organizações supranacionais (OMC, OIT e Banco Mundial) foi utilizado pela perspectiva de que estas organizações, através de seus discursos, estabelecem relações de poder baseadas em ideologia sobre os contextos sociais e econômicos dos mais diversos e variados países.

Em especial, a escolha pelo discurso de tais organizações neste estudo se reforçou pela característica de análise de um discurso global que é corroborado pela anuência e pelo intermédio dos diversos acordos entre os países que assinam e solidificam as práticas destas mesmas organizações.

A importância da utilização dos textos que representam os discursos das organizações supranacionais, por sua abrangência e seu poder de impacto, permitiu uma verificação da origem ideológica dos discursos possibilitando visualizar eventuais repercussões nas práticas relacionadas com a economia informal. Aqui cabe lembrar que ideologia, segundo Althusser ([1969]2013), se propaga por meio dos mecanismos de interpelação do indivíduo com a finalidade infligir a sujeição à ideologia e uma consequente transformação do indivíduo em sujeito concreto. Logo, para este estudo, houve o entendimento de que o discurso das referidas organizações tem a intenção de sujeição consentida de nações, de mercados e, por consequência, dos atores sociais que executam suas práticas sociais em seus contextos naturais. Neste sentido, uma observação pertinente e cara a este estudo se faz presente, pois, de maneira incontestável, não há como negar a existência de ideologia por detrás dos discursos (PÊCHEUX, 1997; FAIRCLOUGH, 2001; 2003; ORLANDI, 2009). Logo, também, não há como negar a existência de ideologia confessa pela própria manifestação nos discursos das organizações que foram utilizadas neste estudo.

3.4 Coleta de dados

Os dados que compuseram o *corpus* de análise foram divididos em três blocos que correspondem aos textos publicados pelas organizações supranacionais OMC, OIT e Banco Mundial. Cada um destes blocos foi composto por textos referentes aos discursos de suas respectivas organizações. Neste sentido, para a composição do *corpus* foi realizada a escolha

de textos publicados pelas organizações supranacionais em seus respectivos sítios eletrônicos especificados e demonstrados conforme disposto no quadro 2.

O método de escolha dos textos foi determinado por dois fatores que tem importância crucial para as relações que se manifestam diretamente na informalidade. O primeiro destes fatores vem carregado no esteio das relações da informalidade com o alívio da pobreza e a busca por subsistência (HART, 1973; LAPORTA e SCHLEIFER, 2008; WILLIAMS, 2013; ALVAREZ e BARNEY, 2014). O segundo fator se constitui devido à presença, nos referidos textos, de abordagens sobre desenvolvimento econômico de mercados, algo que possui relação direta com o contexto da economia informal, visto que quanto mais desenvolvida uma economia é, menor são os índices de informalidade (GERXHANI, 1999; SCHNEIDER, 2006; SCHNEIDER e WILLIAMS, 2013; WILLIAMS, 2015).

Quadro 2: Origem dos textos que compõe o *corpus*.

Organização Supranacional	Endereço Eletrônico	Texto	Ano
OMC	https://www.wto.org	Understanding de WTO	2015
		10 Things we can do	2017
		World Trade Report 2017: Trade, technology and jobs.	2017
OIT	http://www.ilo.org	A OIT e a economia informal	2006
		Declaração da OIT para justiça social e uma globalização equitativa.	2008
		The informal economy and decent work: A policy resource guide supporting transitions to formality.	2013
		Transiting from the informal to the formal economy.	2014
		Decent Work	2018
		ILO - Origins and history	2018
Banco Mundial	http://www.worldbank.org	New structural economics: A framework for rethinking development and policy.	2012
		Atlas of global development: A visual guide for the world's greatest challenges.	2013
		World Development Report 2013: Jobs	2013
		Enterprise Survey -Laos.	2016
		Poverty and share perspective.	2016
OIT-OMC	https://www.wto.org	Globalization and informal jobs in developing countries.	2009
	http://www.ilo.org		

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Além dos dois fatores já mencionados, foram escolhidos textos destas organizações que apresentam data superior ao ano de 2008, em função de serem posicionamentos posteriores à crise econômica global de 2008. Tal cuidado teve em vista a profundidade dos impactos que esta crise causou mudando mercados e relações de crédito ao redor do planeta colocando em cheque a economia de inúmeros países e que, segundo Nanto (2009), em análise preparada para distribuição de informação ao congresso americano, se faziam necessários ajustes no sistema econômico americano para que fossem evitadas repetições futuras daquela crise pelos mesmos fatores que a causaram.

Desta maneira, os textos das instituições usados neste estudo foram publicações posteriores ao ano de 2008 com a intenção de que os ajustes apontados por Nanto (2009) que ocorreram na economia já estivessem incorporados nos discursos das organizações supranacionais objetos deste estudo. No caso dos textos da OIT, uma exceção foi feita ao texto que relaciona diretamente a economia informal datado do ano de 2006. Outra exceção é o texto produzido em conjunto pela OIT e pela OMC e que se refere diretamente à economia informal.

3.5 Procedimentos adotados para Análise do *corpus*

A análise do *corpus* neste estudo se deu sobre o discurso das organizações supranacionais utilizados como base de dados para extração de elementos que remetem, de maneira direta ou indireta, à economia informal.

A complexidade analítica que envolve o fenômeno social da informalidade por meio de uma análise do discurso precipita um conjunto complexo de categorias para análise. No entanto, o processo de análise do discurso “não deve ser considerado como um esquema, pois não há procedimento fixo para se fazer análise do discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões de discurso” FAIRCLOUGH, 2001, p. 275).

Neste contexto de procedimento sem estrutura definida e levando em consideração a análise que este estudo tem como proposta de realização e na qual não tem a pretensão de entrar em discussões linguísticas, foram determinadas algumas das categorias específicas para execução da análise do discurso neste estudo. A escolha destas categorias foi baseada na melhor adaptação destas em relação à especificidade temática que este estudo teve como objetivo, bem como em relação aos indicadores que foram utilizados. Além disso, há um entendimento de que, no discurso, a prática social é passível de interpretação como algo que “as pessoas

produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados” (FAIRCLOUGH, 2001, p.100). Portanto, levando em conta o conceito tridimensional presente no método ACD (FAIRCLOUGH, (2001), neste estudo, foi empregada a interpretação da prática discursiva das organizações supranacionais sobre o tema em estudo, a descrição dos textos que permeiam o discurso destas organizações e, por fim, a prática social destas que será evidenciada por meio do cruzamento de seus discursos ao serem buscadas as complementaridades, convergências e divergências que tais discursos carregam entre si.

Fairclough (2001) sugere, quanto a tipologia do discurso, uma utilização livre de tipologia particular ao pesquisador desde que esta mesma se adeque ao contexto do fenômeno social que será analisado através do discurso. Neste estudo, a tipologia dos discursos das organizações supranacionais deveria partir de uma perspectiva definida pela própria análise do discurso e constituída no decorrer desta sobre os discursos das organizações supranacionais analisados. No entanto, devido ao entendimento do pesquisador de que o estabelecimento de uma tipologia para os discursos analisados não se insere em objetivo algum proposto para ser alcançado, neste estudo não será empregada tipologia alguma aos discursos analisados, pois tal enquadramento tipológico é irrelevante.

3.5.1 Procedimento de análise aplicado ao *corpus*

A análise do *corpus* se pautou pela identificação do contexto histórico e de atuação das organizações supranacionais que terão seus textos utilizados neste estudo. Tendo em vista que os discursos presentes nesses textos são originários dos contextos de atuação das organizações supranacionais, há um entendimento de que os mesmos são concebidos e direcionados para alcançar os objetivos específicos destas mesmas organizações. Dessa forma, foi levado em conta que cada organização possui um discurso natural distinto do outro por serem voltados aos seus próprios campos de atuação que são o comércio (OMC), o trabalho (OIT) e o apoio técnico e financeiro de nações (Banco Mundial). Logo, levando em conta esta distinção entre os discursos, este estudo decidiu por separar, em um primeiro momento, o discurso destas organizações para uma aplicação de análise de discurso sobre cada uma das organizações supranacionais analisadas. Neste sentido, os discursos da OIT, OMC e do Banco Mundial em um primeiro momento, serão descritos e analisados separadamente na busca por suas relações e posicionamentos referentes a economia informal.

Em um segundo momento, com o uso da dimensão Prática Discursiva, especificamente dentro do escopo da categoria de análise Intertextualidade Manifesta presente no método ACD

de Fairclough (2001), os discursos da OMC, OIT e do Banco Mundial foram analisados de maneira conjunta para evidenciar complementaridades, convergências e divergências entre eles em relação ao que tange a economia informal.

3.5.1.1 *Matriz do discurso das organizações supranacionais*

A categoria referente à matriz do discurso das organizações supranacionais, em um primeiro momento e, em consonância com o propósito de aplicação do método ACD proposto por Fairclough (2001), buscou apresentar o contexto histórico de formação destas organizações analisadas que, por sua natureza e objetivos, impactam seus posicionamentos ideológicos expressados em seus discursos.

Quadro 3: Definições de análise referentes ao objetivo 1.

OBJETIVO 1:	Identificar a matriz do discurso das organizações supranacionais relacionado a economia informal.
CATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Matriz do discurso sobre economia informal	Caracterização da OIT, OMC e Banco Mundial
	Especificação das estruturas sociais e organizações associadas
	Especificação das relações com países signatários

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Partindo do contexto histórico de formação destas organizações, houve, também, a necessidade de caracterizar as estruturas presentes que compõe o aspecto operacional de atuação destas organizações. Neste sentido, a descrição do campo de atuação e a abrangência desta atuação se fez necessária para cobrir as estruturas e as relações presentes entre os países signatários dos acordos e as organizações supranacionais estudadas.

A disposição entre as relações entre o primeiro objetivo desse estudo, a categoria e os elementos de análise são apresentados conforme demonstrado no quadro 3 acima.

Cabe ressaltar que parte da própria análise do discurso de linha inglesa (ACD), notadamente, a categoria *Ethos* presente na dimensão da Prática Discursiva, acaba por se mostrar como uma parcela do discurso a ser analisada que muito se relaciona à caracterização deste mesmo discurso. Como método, a estrutura da ACD entende o discurso como algo fluído e interligado, podendo haver partes correspondentes à diferentes dimensões da ACD mescladas dentro de um discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Logo, parte da ACD como método, pela fluidez e pela interconexão característica de qualquer discurso, denota a presença de categorias de análise do discurso propostas por Fairclough (2001) que se encontram dentro do objetivo 1.

Quadro 4: Correspondência com as categorias da ACD no objetivo 1.

Objetivo 1: Identificar a matriz do discurso das organizações supranacionais relacionado a economia informal.			
Matriz do discurso	Correspondências ACD		
	Dimensão	Categoria	Elemento
Caracterização	Texto	Ethos	Contexto de formação e de relações da identidade social.
Especificação			

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Para uma melhor visualização do enquadramento metodológico da ACD e a correspondência de sua categoria analisada e presente dentro do escopo do objetivo 1, o quadro 4 acima apresenta a conexão entre a categoria da ACD e o objetivo específico no qual baseia sua descrição como parte integrante do método escolhido.

3.5.1.2 *Ordem social do discurso sobre economia informal*

Partindo dessa matriz do discurso, em um segundo momento, foi identificado o que esse estudo chamou de discurso das organizações supranacionais sobre economia informal composto pelas evidências verificadas, de maneira separada, em cada um dos discursos analisados referentes a OIT, OMC e Banco Mundial.

Quadro 5: Definições de análise referente ao objetivo 2.

OBJETIVO 2	Analisar a ordem do discurso das organizações supranacionais.	
CATEGORIAS		ELEMENTOS DE ANÁLISE
Ordem social do discurso sobre economia informal		Análise dos sistemas de crença do discurso das agências
		Análise do posicionamento da OIT, OMC e Banco Mundial.
		Análise da coerência interdiscursiva.

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

As relações entre o segundo objetivo desse estudo, a categoria e os elementos de análise são apresentadas conforme disposto no quadro 5.

A análise das características, do sistema de crenças e das diretrizes do discurso das organizações supranacionais foram voltados por uma busca por evidências que estabelecesse as crenças presentes nos discursos e nas diretrizes que estes possuem quanto ao escopo de atuação destas organizações. Neste sentido, foram estabelecidas relações com as definições fundamentais presentes nas quatro escolas dominantes de pensamento teórico sobre economia informal (Escolas Dualista, Legalista, Estruturalista e Voluntarista) de maneira que pudesse ser estabelecida uma estrutura de crença e de ideologia manifesta nos discursos analisados. Logo, o sistema de crenças e o posicionamento discursivo das organizações supranacionais

referendam a construção de uma narrativa argumentativa relacionada a economia informal e que, como tal, seguiram enquadramento frente aos aspectos fundamentais das escolas teóricas referentes ao tema.

O posicionamento como elemento de análise foi uma busca por evidências de apoio, contrariedade e neutralidade de maneira que o discurso das organizações supranacionais fosse posicionado em relação à economia informal. Por outro lado, não houve uso de tipologia alguma que evidenciasse posicionamento dos discursos das organizações analisadas frente ao tema referente à economia informal.

Em seguida, a análise do *corpus* se voltou para verificação da coerência dos posicionamentos e diretrizes do discurso das organizações supranacionais relacionados à economia informal. Neste sentido, foi buscado aspectos que evidenciassem coerência e incoerência intradiscursiva dentre dos discursos das organizações supranacionais analisadas.

Quadro 6: Correspondência com as categorias da ACD no objetivo 2.

Objetivo 2: Analisar a ordem do discurso das organizações supranacionais em relação a economia informal.			
Ordem do discurso	Correspondências ACD		
	Dimensão	Categoria	Elemento
Sistemas de crença e Posicionamento	Prática Social	Efeitos ideológicos e políticos.	Ideologia interna.
Coerência	Texto	Coerência	Coerência interdiscursiva do discurso

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Em relação aos elementos de análise do objetivo 2, da mesma forma como se enquadrou a categoria *Ethos* da dimensão Texto dentro do método ACD de Fairclough (2001) no âmbito do objetivo 1, a dimensão Prática Social, Texto e Prática Discursiva, presentes na ACD, também apresentam categorias de tal método que se encontram dentro do âmbito referente ao objetivo 2.

De maneira específica, estão demonstradas no quadro 6 as dimensões e categorias do método ACD que se encontram dentro do escopo do objetivo 2 na análise do discurso das organizações supranacionais.

3.5.1.2.1 *Intertextualidade manifesta*

Dentro do roteiro metodológico da ACD adotada, o objetivo 3 teve a missão de verificar nas manifestações do discurso de uma organização supranacional a presença de discurso de outras organizações supranacionais de maneira a evidenciar uma conexão entre

estes discursos na busca por complementaridades e articulações que denotaram convergência entre os discursos analisados.

Nesta direção analítica, o objetivo 3 buscou a presença de cruzamento dos discursos das organizações supranacionais, que diferentemente dos objetivos 1 e 2, se caracterizou por uma busca simultânea dentro dos discursos das organizações supranacionais, e não de maneira separada como nos objetivos anteriores.

Quadro 7: Definições de análise referente ao objetivo 3.

OBJETIVO 3	Identificar intertextualidade entre os discursos das organizações supranacionais.
CATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Intertextualidade manifesta	Verificação das referências sobre um mesmo aspecto dentro dos discursos das organizações: Textos com bases diferentes, textos complementares e textos semelhantes.

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

No quadro 7 acima, é apresentada as relações entre objetivo, categoria de análise, bem como, os elementos de análise que foram verificados em busca de cumprir o objetivo específico proposto.

Quadro 8: Correspondência com as categorias da ACD no objetivo 3.

Objetivo 3: Identificar intertextualidade entre os discursos das organizações supranacionais sobre economia informal.			
Discursos cruzados	Correspondências ACD		
	Dimensão	Categoria	Elemento
Cruzamento	Prática Discursiva	Intertextualidade manifesta.	Presença de elementos de outros discursos.

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Levando em consideração o exposto no quadro 6 e, com o intuito de demonstrar a equivalência entre os procedimentos adotados neste estudo e o método ACD, no quadro 8 há uma visualização da correspondência existente entre a categoria de análise e o elemento analisado dentro do escopo do objetivo 3 ligando-o com a dimensão e a categoria respectiva que o enquadra dentro do método proposto por Fairclough (2001).

A seguir foi dado início aos procedimentos de análise do discurso das organizações supranacionais Banco Mundial, OMC e OIT conforme o descrito e exposto nesta metodologia, sendo em um primeiro momento uma análise separada e em um segundo momento a verificação da intertextualidade manifesta entre todos os discursos.

4 ANÁLISE DO *CORPUS*

A análise do *corpus* contém quatro seções distintas nas quais foram analisados os discursos das organizações supranacionais (Banco Mundial, OMC e OIT). Inicialmente cada um dos discursos foi analisado separadamente no que se refere à matriz do discurso e à ordem do discurso tendo sido gerado três seções distintas com cada uma fazendo referência à uma organização supranacional específica. A última seção apresentará uma análise da presença de intertextualidade entre os discursos das organizações supranacionais em estudo de maneira conjunta.

4.1 Análise do discurso do Banco Mundial

A análise do discurso do Banco Mundial, se dividiu em duas seções, sendo a primeira relacionada a matriz do discurso desta organização e a outra relacionada a ordem do discurso da mesma.

4.1.1 Matriz do discurso do Banco Mundial sobre Economia Informal

A matriz do discurso do Banco Mundial tem início em seus vínculos históricos enquanto organização, sua caracterização, bem como a especificação de suas estruturas sociais e as relações que esta mantém com os países signatários de seus acordos e que se utilizam de sua estrutura.

4.1.1.1 Histórico e Caracterização

O Grupo Banco Mundial, uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos seus 187 países-membros (ONU, 2017). Fundado em 1944 sob o nome de Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial possui uma história septuagenária de incentivo ao desenvolvimento através do acesso à empréstimos financeiros e fornecimento de conhecimento ligados as finanças para a promoção de países que são signatários de seus acordos e, portanto, membros de sua estrutura institucional. Inicialmente, o banco mundial foi constituído para auxiliar na reconstrução dos países devastados pela segunda guerra mundial, tendo sido alinhavada a sua existência no denominado Conselho de Bretton Woods que foi uma reunião

entre países realizada no ano de 1944 com a finalidade estabelecer as regras das relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo.

De um início voltado aos empréstimos para a reconstrução de países no pós-guerra, o Banco Mundial voltou sua atuação para o fornecimento de empréstimos à países em desenvolvimento com o intuito de auxiliar o crescimento destes pelo incremento de suas infraestruturas viárias, portuárias dentre outras. Neste sentido, especificamente, o Banco Mundial atua como uma cooperativa de países que fornece recursos financeiros, pessoal treinado e uma base de conhecimentos para servirem de apoio aos esforços das nações em desenvolvimento na obtenção de um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. Logo, o objetivo principal do Banco Mundial, enquanto organização, se pauta pela redução da pobreza e da desigualdade social pelo advento do investimento no desenvolvimento de seus países membros (ONU^a, 2018).

4.1.1.2 Estrutura relacionada ao Banco Mundial

O Banco Mundial é uma fonte vital de recursos e assistência técnica constituída por cinco instituições que formam um grupo de atuação que provê uma parceria única para o desenvolvimento e a redução da pobreza. Neste sentido, o Banco Mundial não é um banco de atuação de senso ordinário (THE WORLD BANK, 2018), mas um banco multifacetado composto por cinco instituições potentes que somadas formam o chamado Grupo do Banco Mundial (2018). Estas cinco instituições são:

- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que é uma cooperativa de desenvolvimento global composta por 189 países membros (THE WORLD BANK, 2018) e que como o maior banco de desenvolvimento do mundo, apoia a missão do Grupo do Banco Mundial, fornecendo empréstimos, garantias, produtos de gerenciamento de riscos e serviços de consultoria para países com renda média e de baixa renda que são confiáveis pelo histórico de bom pagamento de seus débitos, bem como coordena as respostas para os desafios regionais e globais destes países.

- Associação Internacional do Desenvolvimento (AID), é a parte do Banco Mundial que ajuda os países mais pobres do mundo, constituída por 173 países. A AID visa reduzir a pobreza mediante o fornecimento de empréstimos e bolsas para programas que estimulem o crescimento econômico, reduzam as desigualdades e melhorem as condições de vida das pessoas. A AID complementa o braço de empréstimos original do Banco Mundial - o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

- Corporação Financeira Internacional (CFI), que, com cerca de 100 países membros, é a maior instituição de desenvolvimento global focada exclusivamente no setor privado aplicando recursos financeiros, experiência técnica, experiência global e pensamento inovador para ajudar seus parceiros a superar desafios financeiros, operacionais e outros em países em desenvolvimento.

- Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), criada em 1988, é o braço atuante na promoção de investimentos estrangeiros diretos em países em desenvolvimento oferecendo seguros de risco político (garantias) para investidores e credores no apoio ao crescimento econômico, redução da pobreza e na melhoria de vida das pessoas.

- Centro Internacional para Arbitragem de Disputas Investimentos (CIADI), que provê instalações internacionais para conciliação e arbitragens sobre disputas em investimentos.

4.1.1.3 Relações com os países membros do Banco Mundial

O Grupo do Banco Mundial trabalha em todas as principais áreas de desenvolvimento fornecendo uma ampla gama de produtos financeiros e assistência técnica para ajudar países a compartilhar e aplicar conhecimentos inovadores em soluções para os desafios que estes enfrentam (THE WORLD BANK, 2018).

O Banco Mundial (2018) trabalha em parceria com os países membros incentivando:

- O investimento nas pessoas, especialmente por meio da saúde e da educação básicas;
- A criação de um ambiente para o crescimento e a competitividade da economia;
- A atenção ao meio ambiente;
- O apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada;
- A capacitação dos governos para prestar serviços de qualidade com eficiência e transparência;
- A promoção de um ambiente macroeconômico conducente a investimentos e a planejamento de longo prazo;
- O investimento em desenvolvimento e inclusão social, governança e fortalecimento institucional como elementos essenciais para a redução da pobreza.

Neste sentido, a relação estabelecida entre o Banco Mundial e os países signatários de seus acordos é uma relação entre uma organização que fornece recursos para promover e incentivar o desenvolvimento de seus clientes (BANCO MUNDIAL, 2018). Para fomentar e cultivar estas relações, o Banco Mundial oferece uma estrutura de financiamentos que permite

aos países estruturarem um engajamento longo e complexo por meio de um conjunto de pequenas operações (ou fases) dentro de um único programa. Segundo o próprio Banco Mundial (2018), dividir um único empréstimo em fases, permite aos clientes do Banco combinar empréstimos com mais atenção às suas necessidades de financiamento, resultando em um uso mais eficiente dos recursos financeiros tanto para o Banco como para os seus clientes.

4.1.2 Ordem do discurso do BM e a relação com a economia informal

Nesta seção foi verificado o sistema de crenças adotados pela organização, seu posicionamento e coerência interdiscursiva nos aspectos que se relacionam com a economia informal.

4.1.2.1 Sistema de crença, posicionamento e coerência

Dentro do discurso do Banco Mundial, o seguinte enunciado estabelece um parâmetro inicial constitutivo do sistema de crença desta organização no que tange a economia informal:

“A participação no comércio internacional permite expandir as empresas, aumentar os padrões de eficiência, importar materiais a um custo menor e adquirir tecnologias atualizadas e melhores. No entanto, a negociação também exige que as empresas lidem com regulamentos aduaneiros e comerciais e, muitas vezes, as empresas também são obrigadas a obter licenças de exportação e importação”. (THE WORLD BANK, 2016a, p. 6)

O trecho acima, permite visualizar a forma expressa de uma crença que norteia as movimentações do Banco Mundial enquanto organização frente ao mercado. A participação no comércio internacional é usada como estímulo para a expansão de empresas. Todavia, o acesso de tal posição, necessita de um enquadramento às regulamentações que permitam as empresas usufruírem de um mercado global de maneira protegida e justa. Sutilmente, no trecho acima, está abordado o método pelo qual o Banco mundial movimenta-se em busca de seus objetivos enquanto organização. A abertura de mercados e o estabelecimento disto como motor principal de expansão de empresas, interpõe uma série de consequências econômicas que denotam impactos em governos, empresas e trabalhadores pelo advento de necessidades regulatórias, adequações às estas necessidades e as mudanças que o somatório de ambas impõe ao mercado de trabalho. Há o estabelecimento de uma narrativa que coloca o mercado internacional como um ambiente recheado de possibilidades e de oportunidades, mas que demanda adequações regulatórias de empresas e de países para que ocorra uma competição justa. Neste sentido, é importante, dentro da concepção do Banco Mundial, que a competição em um mercado internacional demande uma necessidade conhecimento prévio sobre quais áreas e setores as

empresas de um país poderão competir com vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes neste mesmo mercado.

"A Estrutura de Identificação e Facilitação de Crescimento (EIFC), realmente aumenta a concorrência. Ao facilitar a coordenação e abordar questões de externalidade, uma política industrial ajuda muitas empresas nacionais e estrangeiras a entrar em setores consistentes com a vantagem comparativa latente do país e transformá-los em vantagens comparativas internacionalmente [...]". (THE WORLD BANK, 2012, página 205).

Levando em conta que não haveria um mercado internacional sem uma abertura de mercados e, também, que o objetivo do Banco Mundial é proporcionar uma estrutura de suporte financeiro e técnico que proporcione desenvolvimento econômico global, o uso do que esta organização denomina como Estrutura de Identificação e Facilitação de Crescimento (EIFC) reforça o compromisso no auxílio ao desenvolvimento preparando empresas e países para a competição global de mercados. Desta forma, se é aventado a necessidade abertura de mercados e esta necessidade possui uma estrutura para auxiliar a adequação de quem procura as soluções do Banco Mundial, este estudo toma como a primeira peça do sistema de crenças do Banco Mundial, justamente, a abertura de mercado que se encontra presente dentro discurso desta organização com suas causas, consequências e argumentos.

Para argumentar sobre a abertura de mercado e fortalecer a posição discursiva da organização, o Banco Mundial se utiliza de afirmações que apresentam essa abertura como uma forma de acesso à melhores tecnologias, melhores materiais e melhores soluções. Mas, para que a abertura traga estas melhorias, há regulamentações que impedem o trajeto natural destas soluções e outras que auxiliam. Desta forma, a organização demonstra que regular pela lei e pela efetiva aplicação desta tendo em vista o funcionamento de um mercado é um aspecto chave para que a abertura de mercado traga desenvolvimento econômico.

"Um judiciário independente, responsável e justo pode contribuir para o crescimento do setor privado e para a criação de empregos, aplicando as regras que regem as transações e ajudando a garantir que os custos e benefícios do crescimento sejam distribuídos de forma justa. [...] Um ambiente institucional que respeite os direitos é um ingrediente importante do estado de direito e uma base para bons empregos e para o desenvolvimento". (THE WORLD BANK^b, 2013, p. 25)

No trecho abaixo, fica evidente que parte do alvo dos aspectos regulatórios defendidos pela organização são as relações de competição injusta entre a empresa formal e a empresa informal.

"Quando as empresas são formalmente registradas, elas são obrigadas a respeitar as regras e regulamentos, que são comumente estabelecidos pelos governos. O

pagamento de impostos geralmente é a consequência mais tangível de se tornar parte do setor privado formal. Algumas empresas tentam evitar essas consequências ao não registrar seus negócios e permanecer no setor informal. Um grande setor informal pode representar um desafio para as empresas formais concorrentes, uma vez que as empresas informais podem se envolver em práticas que podem dar uma vantagem injusta sobre as empresas formais que devem cumprir as regras e regulamentos vigentes”. (THE WORLD BANK, 2016a, p.8)

Nesta direção, o discurso do Banco Mundial demonstra uma clara relação entre o ambiente competitivo injusto que empresas formais enfrentam e que é decorrente da presença de empresas informais em um mercado. Neste sentido, fica evidente que a segunda peça do sistema de crenças do Banco Mundial se relaciona com a competição desleal que ocorre entre empresas formais e informais. Levando em conta o objetivo do Banco mundial que circunscreve soluções e ações tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico mundial, o trecho acima, estabelece uma relação íntima entre a abertura de mercado na busca por desenvolvimento e a necessidade de um ambiente que proporcione uma competição justa entre países e entre empresas.

O discurso do Banco Mundial prega a importância da regulamentação dos mercados para que as benesses que o desenvolvimento econômico seja usufruído e sustentado de maneira adequada por uma justa competição. Uma condição explícita para esta imposição de justiça competitiva é a separação da empresa formal da empresa informal por meio de regulação. Tendo em vista a competição injusta de mercado, com uma pagando tributos e outra não, tal condição estabelece uma situação de desequilíbrio entre ambas. Neste sentido, o argumento acima contido no discurso do Banco Mundial, entende que a condição necessária para uma justa competição entre uma empresa formal e outra informal está na delimitação de uma linha regulatória que impeça a própria existência desta competição. No entanto, dentro da perspectiva de que o custo tributário é um incentivo à informalidade baseado na escolha voluntária de fuga à tributação, conforme preconiza a escola voluntarista (MALONEY, 2004), a imposição da regulação e o reforço desta, apenas fomenta o incremento da informalidade que tenta combater.

De maneira sutil, o discurso presente no texto do Banco Mundial (2016a), em relação à economia informal, se apresenta pela presença de uma seção conjunta dedicada ao crime e a informalidade. Em tal texto, o Banco Mundial fecha a questão do crime com a frase:

“[...] os investidores estrangeiros e domésticos percebem o crime como uma indicação de instabilidade social, e o crime aumenta o custo de fazer negócios” (THE WORLD BANK, 2016a, p.8).

Imediatamente, após tal afirmação, o texto inicia sua explanação sobre a informalidade dentro da mesma seção, não havendo preocupação em separar uma coisa da outra. Neste sentido, entram as referências entre os ditos, os não ditos e os interditos (FOUCAULT, 2012), pois uma parcela da verdade contida dentro de um discurso vem de forma concreta, explícita e confessa. Por outro lado, o restante desta mesma verdade se apresenta de maneira implícita por associações e inferências que não são ditas, mas que se encontram presentes abaixo da superfície claramente visível de um discurso.

O argumento discursivo acima, impõe uma certa restrição não manifesta à informalidade ao implicitamente associá-la ao crime. Neste sentido, o contraste entre o informal e o formal em uma condição de competição justa, assume proporções maiores do que um reforço da regulamentação. A economia informal, apesar de se encontrar à margem da regulamentação, está longe de enquadramento penal como um ilícito ligado à contravenção. Conforme Moreira (2003), empresas informais não praticam fraudes, sonegações e outras atitudes ilícitas, estas apenas não se encontrarem registradas para exercer sua atividade comercial. Do ponto de vista técnico, a ausência de registro apenas confere características de uma atividade à margem da regulamentação e não uma prática de contravenção relacionada ao crime. Neste sentido, a informalidade é algo completamente diferente de atividades que são contravenções legais e, como tal, estão fora do enquadramento daquelas atuações que podem ser consideradas crimes, conforme Webb et al (2009) demonstra claramente.

Ainda que o discurso visualize uma condição de competição justa entre empresas que são formais em detrimento de outras informais, o rigor competitivo de setores relevantes vai além do alcance de investimento e de estrutura que as empresas informais dispõem. Neste sentido, a restrição de crédito e de acessos à mercados externos, estabelecidos pelas regulamentações, garantem que tal competição não ocorra, gere frutos ou se solidifique. Desta forma, a associação implícita da economia informal ao crime, que imputa uma conotação de perigo aos investimentos e um aspecto criminal que deve ser tratado, se mostra frágil enquanto argumento. Em um mergulho um pouco mais profundo em tal posição, conferir uma perspectiva negativa e de perigo ao desenvolvimento econômico não encontra guarida teórica plausível, pois não é levado em conta as importantes ramificações e inter-relações econômicas e sociais estabelecidas entre a economia formal e a informal do ponto de vista de renda, trabalho e, principalmente, consumo gerados por ambas. Nesta perspectiva, há variados estudos que associam a informalidade à busca por subsistência (TODARO, 1969; HART, 1970; SCHNEIDER, 2013; LOZANO e DIAZ, 2015) ou uma busca de fuga à impostos abusivos que

impedem a sobrevivência, principalmente, de pequenos negócios (MALLONEY, 2004; WILLIAMS, 2015). Em uma situação ou outra, é inegável a geração de renda e consumo para pessoas que não encontrariam ocupação ou oportunidades no mercado formal de trabalho na sua busca por um alívio social de sua condição de pobreza que não fosse por meio de seu próprio empreendedorismo (ALVAREZ e BARNEY, 2014).

Do ponto de vista do controle de mercado, associar informalidade ao crime significa dizer que o investimento interno e externo deve ser feito desde que toda a estrutura de repressão dentro de um mercado trabalhe a favor de quem detém o capital. Tal concepção se estrutura na perspectiva de que o investimento pode e deve usufruir de sua vantagem financeira, ainda que isso se dê em detrimento daqueles que não poderiam lograr sua subsistência por estarem em uma situação de “ilicitude” controversa decorrente de sua própria condição social.

Se, em um primeiro momento, é externado uma situação de injusta competição, entre a empresa informal e a empresa formal, pelo viés tributário, em um segundo momento, o discurso de outro texto da mesma organização entra pelo viés dos custos trabalhistas conforme o trecho do texto abaixo:

“Quanto aos custos trabalhistas, os que estão no setor formal podem não ser baixos, especialmente em alguns países africanos, [...]. Mas é improvável que os custos trabalhistas do setor informal sejam altos. [...] uma saída para esse dilema é [...] permitir a flexibilidade salarial em zonas econômicas especiais, de modo a promover o desenvolvimento de novas indústrias competitivas e intensivas em mão-de-obra ”. (THE WORLD BANK, 2012, p.207).

O sucinto, ácido e pouco sutil petardo dirigido ao mercado de trabalho proporcionado pelo trecho acima, estabelece relações que tencionam condicionar o crescimento de indústrias competitivas pela via da flexibilização salarial como uma forma de resposta à injusta competição imposta pela economia informal. Nas entrelinhas, pode ser percebida uma simplória justificativa para que seja sugerido estabelecer práticas de redução e arrocho salarial, por ser aventado que a competição com a economia informal é injusta e, como tal, merece uma resposta de proteção que amenize tal dilema competitivo. Neste sentido, dentro do contexto presente no trecho acima, está implícito o receio de um potencial declínio de empresas formais, com perda de espaço em mercado, perda de consumidores e diminuição de postos de trabalho. Uma justa preocupação empresarial do cotidiano que se encontra dentro do âmbito dos custos, dentre eles, os custos trabalhistas. Mas, pouco ou nada justifica reduzir ou arrochar salários como uma solução para o dilema da informalidade. Analisando o preâmbulo discursivo utilizado, urge a menção dos consolidados princípios teóricos de economia baseados nos pilares trabalho, capital

e produção, que segundo Adam Smith ([1776]1996), proporcionam sustento e giro para uma economia ao estabelecer condições adequadas para o acúmulo de riqueza das nações. Diante de tal afirmação, pode-se inferir que um justo equilíbrio é necessário para que ocorra desenvolvimento, sustento e acúmulo de riquezas. Deste modo, assumir um pretense de desequilíbrio de custos injustos que onera o capital e que demanda uma necessidade de contrapartida sobre os salários na competição formal-informal, pode soar como uma solução necessária à manutenção do equilíbrio entre os pilares econômicos de sustentação de uma economia. Todavia, falha como perspectiva por desconsiderar as relações de comércio existentes entre a economia formal e a informal.

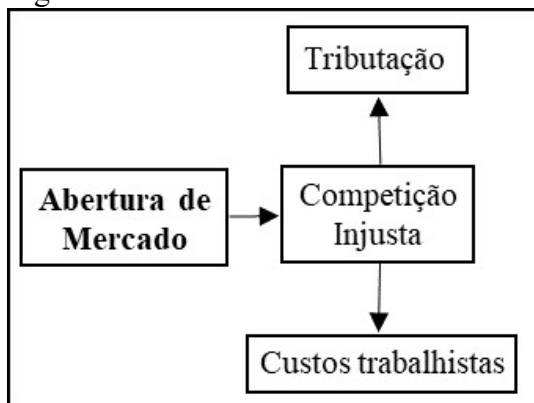
O discurso que une competição, custos trabalhistas, flexibilização salarial e informalidade parece não levar em consideração que a economia informal cria uma espécie de amortecimento social e econômico que mantém pessoas produzindo e consumindo dentro de uma economia de mercado (GIBSON e KELLEY, 1994). Tal discurso parece tentar desvirtuar a própria natureza de exclusão social gerada pelo capitalismo que incrementa e é causa da própria atividade informal que se apresenta como a última alternativa de renda em função do desequilíbrio entre a oferta e a demanda por postos de trabalho formais na moderna economia atual. Parece, também, minimizar o fato de que a informalidade gera riqueza para as pessoas que tiram seu sustento desta atividade, assim como gera riqueza para outras pessoas e empresas, incluindo as formais, pelo advento de sua inclusão no mercado de consumo. Ainda, pode ser argumentado que a busca por subsistência estabelece laços econômicos com a economia formal, pois de acordo com Castells e Portes (1989), a mão de obra informal, também, é utilizada em empresas formais como forma de redução de custos, algo que foi reverberado por Godfrey (2011). Neste sentido, a competição com a economia informal e o dilema dos custos trabalhistas parecem ser uma desculpa para justificar flexibilidade salarial, mas de fato é, uma tentativa argumentada que tem em vista atingir o equilíbrio entre os pilares de sustentação da economia por propor um desequilíbrio pró-capital e contra o trabalho pelo uso argumentativo da economia informal como desculpa para arrocho salarial.

Levando em consideração o até aqui exposto, pode ser inferido, de maneira esquemática, uma parcela inicial do sistema de crenças do Banco Mundial em relação à economia informal, conforme disposto na figura 2 abaixo:

A representação da parcela inicial do sistema de crenças do Banco Mundial foi percebida por este estudo como constituído de um direcionador (abertura de mercados), em forma de proposição de soluções à países que buscam desenvolvimento pelas vias propostas

pelo banco. Contrária à esta proposição, o discurso relaciona entraves que dificultam o desenvolvimento buscado por estes países que, segundo o discurso da BM, são entraves provenientes da economia informal que, por não pagarem impostos e usufruírem de custos trabalhistas menores, impõe uma competição injusta à empresa formal.

Figura 2: Direcionador e entraves ao desenvolvimento no discurso do BM.



Fonte: Elaborado pelo autor

Na construção argumentativa do discurso da Banco Mundial, há uma direção a ser seguida materializada no discurso pela abertura de mercados, há entraves que podem embaraçar o andamento deste direcionamento e, também, argumentos que apontam uma solução para a abordagem destes entraves, conforme destrinchado até aqui.

No entanto, apontar entraves e soluções não determina a importância da adoção destas últimas para o sucesso na jornada rumo ao desenvolvimento econômico, neste sentido é preciso botar em risco de maneira argumentativa tal jornada.

"O EIFC oferece uma estratégia de dupla via para a intervenção do governo. A vantagem comparativa, que é apenas a primeira faixa do EIFC, é uma condição necessária para uma política industrial bem-sucedida. No entanto, isso não é suficiente. Para que a política industrial contribua para o crescimento e a transformação estrutural de um país, o governo também precisa desempenhar o papel de facilitação, incentivando os primeiros motores e ajudando-os, **eliminando restrições vinculativas ao seu crescimento** e coordenando investimentos nas leves e pesadas infraestruturas que são necessárias". (THE WORLD BANK, 2012, pág. 209, grifo meu).

Neste trecho do discurso do Banco Mundial, estabelece a via estratégica e a intenção de auxílio, por meio da intervenção do governo, na busca pelo desenvolvimento industrial, mas ao mesmo tempo sugere que sejam eliminadas todas as restrições que interfiram neste crescimento. Do ponto de vista do investimento em infraestrutura leve e pesada (como sugere o trecho), da pesada carga tributária e a lenta velocidade que um estado burocrático impõe as suas empresas, sim, pode ser afirmado que tudo isso proporciona embaraços ao crescimento de

diferentes formas. No entanto, a generalização contida nesta afirmação de que é necessário eliminar toda a restrição ao crescimento, deixa implícito, também, que cabe uma atuação para eliminar a economia informal, levando em conta toda a construção discursiva contida em outros textos desta organização aqui já mencionados. Todavia, a concepção de economia informal, pelas suas características, em sua maioria, é pautada por baixa renda e de aspecto produtivo deficiente, tem sua própria operação delimitada à uma atuação local, familiar e de subsistência (HART, 1970). Apesar desta caracterização de limitação operacional presente no contexto informal, dentro do discurso do Banco Mundial, há uma preocupação pontual que aparenta ser direcionada à uma possível informalidade que poderia colocar em risco o desenvolvimento de um mercado.

"Exceto para mineração e plantações, sua produção tem economias de escala limitadas. Geralmente, os tamanhos das empresas são relativamente pequenas, com as transações de mercado muitas vezes informais, limitadas à mercados locais e com pessoas familiares". (THE WORLD BANK, 2012, página 22, grifo meu)

No trecho acima, o próprio Banco Mundial reconhece a quase incapacidade de competir no âmbito internacional de empresas presentes em países em desenvolvimento ao fazer referências diretas destas como sendo de pequeno tamanho, de base familiar, com operação local e com parte de suas transações sendo informais. Nesta construção discursiva, parece ter uma parcela de concordância com a caracterização da empresa informal, incluindo sua capacidade de competir. No entanto, o que realmente parece ser o alvo da preocupação do Banco Mundial é a referência às empresas que são exceção e que se encontram em setores de atuação que operam transações comerciais de *commodities*², pois estas podem ser o oposto da caracterização das empresas informais. Para o Banco Mundial, as empresas que são tachadas como exceção, representam uma ameaça verdadeira ao funcionamento da justa competição de mercado caso possuam informalidade em sua atuação e como tal, tem de ser eliminadas ou enquadradas à regulamentação. No entanto, o discurso não poderia setorizar a informalidade demonstrando leniência com uma parcela da informalidade e agressividade regulatória em relação à outra. Nestes termos, há a necessidade de uma construção narrativa que evidencie o dilema que representa a informalidade, em termos de ameaça real ao desenvolvimento, mas que, ao mesmo tempo, distribua responsabilidades de proteção aos excluídos que são

² Commodities: Termo que designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, mas que carrega pouco ou nenhum valor agregado.

produzidos pela própria natureza de nosso sistema econômico baseado em acumulação e desigualdade.

“A pobreza é encontrada em todos os lugares em que a falta de saúde e a falta de educação privam as pessoas de emprego produtivo; onde os recursos ambientais foram esgotados ou estragados; e onde corrupção, conflito e má governança desperdiçam recursos públicos e desencorajam o investimento privado”. (THE WORLD BANK^a, 2013, p.28)

É notória a relação entre informalidade e pobreza desde os primeiros estudos de Hart (1970) e (1973), por outro lado, Schneider (2006), em seu estudo no qual foram analisados 145 países, constatou que a presença de economia informal independe do grau de desenvolvimento econômico de um país e que a informalidade era maior em países pouco desenvolvidos ou em desenvolvimento. Neste sentido, fica evidente a indicação dentro da academia de que grande parte da ocorrência de economia informal vem quase sempre acompanhada de um contexto de pobreza que aflige uma parcela das pessoas, mesmo que esta parcela se encontre em economias desenvolvidas. No trecho acima do discurso do Banco Mundial, há uma clara vinculação da pobreza à problemas relacionados à saúde, à falta de educação ou à recursos ambientais desperdiçados ou esgotados, bem como aponta uma má gestão governamental que, quando somados como fatores, desencorajam o investimento privado. A presença da interdição manifesta do investimento privado como consequência dos problemas descritos, condiciona o discurso à solução destes problemas para que ocorra o investimento. Logo, o discurso repassa a responsabilidade da pobreza para a estrutura falha que o Estado proporciona às pessoas e, também, o ônus de prover um ambiente propício ao investimento. Um ambiente propício ao investimento é um ambiente com suas restrições vinculativas já eliminadas como já visto no discurso desta organização. O argumento para a interdição do investimento se baseia em uma meia verdade, pois de fato o Estado tem o dever de proporcionar condições de vida adequada às pessoas, assim como uma estrutura que forneça segurança ao investimento. Todavia, em nenhum momento é apontada a parcela de responsabilidade de toda a pobreza que cabe ao sistema de acumulação de capital que rege a maioria das economias ao redor do mundo. Neste sentido, é usado um argumento, perfeitamente, contrário no discurso sobre o exemplo do caso peruano.

“A acumulação de capital tornou-se o principal motor de crescimento, representando mais de dois terços do crescimento total após 2001. O mercado de trabalho foi o principal caminho para a tradução do impressionante crescimento do país em menos desigualdades e pobreza, explicando cerca de 80% da redução [...] na pobreza extrema durante a última década”. (THE WORLD BANK, 2016b, p.14).

Para tratar a pobreza é necessária uma postura contrária ao incentivo do acúmulo de capital, pois desta lógica é que se gera a desigualdade e, por consequência, o incentivo à economia informal. No trecho do discurso acima, o acúmulo de capital é apresentado como a solução da desigualdade dentro de um sistema econômico. Todavia, pela conexão econômica notória dos mercados atuais, cabe estabelecer a lógica de que se ocorre aumento de emprego com queda de pobreza e desigualdade em uma economia pelo advento de acúmulo de capital nesta, significa dizer que houveram perdas em outras economias. A migração econômica, com impacto no mercado de trabalho, há muito tempo deixou de ser uma migração de pessoas que saem do campo e vão para a cidade conforme teorizado por Todaro (1969). Segundo o Banco Mundial:

“O movimento de pessoas e empregos implica que os desafios do emprego, embora sejam específicos do país, também têm um alcance global. Esses processos têm implicações nos padrões de vida e na produtividade, tanto no envio quanto no recebimento, e podem transformar famílias e comunidades inteiras, para melhor ou para pior. As compensações são inevitáveis, e lidar com elas somente através das políticas dos países receptores pode ser insatisfatório”. (THE WORLD BANK^b, 2013, p. 19).

Neste sentido, a migração econômica moderna não é mais uma migração de pessoas, mas uma migração de empregos que se deslocam de uma economia para se instalarem em outra.

Por outro lado, o interdito presente no discurso que condiciona o investimento privado pela adequação de uma economia, em última instância, argumenta em cima do risco ao desenvolvimento econômico que será perdido. Ao ser exemplificado o caso econômico de sucesso no Peru, no discurso do Banco Mundial, fica evidenciado que o acúmulo de capital é a solução para a condição de pobreza e de desigualdade de um país. Além disso, fica sedimentado o argumento de que o risco da não adequação de uma economia se relaciona com a perda da chance de equacionar o problema social, que são a pobreza e a desigualdade, por não ser fornecido um ambiente propício ao investimento.

No discurso do Banco Mundial, fica evidente o papel de importante protagonista do Estado nas soluções e definições da estrutura econômica, no entanto, o alvo de tal protagonismo parece não ser o emprego e a erradicação da pobreza e da desigualdade, mas atingir uma condição de negação à repressão financeira das bases estruturais de uma economia.

"Na maioria dos países em desenvolvimento, o governo desempenha um papel muito importante na definição da estrutura da economia. E a crença dos principais líderes do governo moldará naturalmente a estrutura financeira do país. Um exemplo disso é a repressão financeira que é amplamente observada em muitos países em desenvolvimento". (THE WORLD BANK, 2012, p. 275).

O deslocamento do discurso centrado no desenvolvimento pelo investimento e acumulação de capital, passa a centralizar o mercado emergente como uma oportunidade bancária que necessita não ser reprimida, mas liberalizada enquanto estrutura financeira. Desta forma, o acesso ao capital será tornar-se irrestrito, mas protegido pela exclusão da economia informal. O investimento virá em forma de financiamentos bancários para pequenas e grandes empresas, nacionais ou estrangeiras, sendo tudo proporcionado pela necessária abertura de mercado defendida pelo discurso do Banco Mundial.

“Os países com repressão financeira tendem a adotar políticas que restringem a entrada no setor bancário, controlando as taxas de juros e intervindo na alocação de empréstimos bancários. Como resultado, alguns bancos grandes tendem a dominar a paisagem bancária, e o capital tende a fluir para grandes empresas. As pequenas empresas, que têm vantagens comparativas nessas economias, têm pouco acesso ao crédito e têm que se conformar com o capital interno ou recorrer a canais informais de financiamento externo”. (THE WORLD BANK, 2012, p. 275).

O ponto principal deste trecho está no apelo ao interesse legítimo de auxílio ao desenvolvimento das pequenas empresas que possuam vantagem comparativa por seus países em desenvolvimento. Para fomentar tal interesse, o discurso procura formatar argumentos para corroborar a afirmação que é necessária uma estrutura de liberalização financeira, de maneira que seja aberto o mercado bancário e, ao mesmo tempo, sejam restringidos canais informais de financiamento.

Não por acaso, quase que imediatamente, é estabelecido um vínculo positivo na erradicação da pobreza pela promoção do sistema bancário. Tal promoção é apresentada, de maneira empiricamente fundamentada, pelo intermédio da referência à um estudo que corrobora tal vínculo em seus resultados publicados.

"Kpodar e Singh (2011), usando dados de 47 países em desenvolvimento de 1984 a 2008, mostram que o aprofundamento financeiro através dos bancos está associado a níveis de pobreza reduzidos, enquanto as medidas de desenvolvimento financeiro baseadas no mercado estão associadas a uma maior incidência de pobreza [...]. Além disso, a interação entre a qualidade institucional e as medidas baseadas em tamanho da importância dos mercados de ações, em relação aos bancos, é negativa e significativa em suas regressões, indicando que, à medida que as instituições melhoram, o vínculo positivo entre o desenvolvimento financeiro baseado no mercado e as fases de incidência da pobreza termina, e, até mesmo, inverte depois de um certo nível da qualidade institucional ser atingida. Por outro lado, os resultados sugerem que, em ambientes institucionais fracos, os sistemas financeiros baseados em bancos tendem a reduzir a pobreza mais do que os baseados no mercado". (THE WORLD BANK, 2012, p.275).

Levando em conta as informações retiradas até aqui de dentro do discurso do Banco Mundial, percebe-se que a erradicação da pobreza e, por consequência, de grande parcela da

economia informal, se torna um argumento que ratifica a importância de uma estrutura que fortaleça os bancos para que investimentos sejam realizados em prol de um desenvolvimento econômico. Neste sentido, erradicar a pobreza e a desigualdade passa pelo argumento de que governos precisam adequar suas economias para estarem aptos a receber investimentos e, com estes, o desenvolvimento e o acúmulo de capital acontecem, visto que este último, também, auxilia na diminuição da pobreza. Em última instância, dentro do discurso do Banco Mundial, somente uma estrutura que fortalece os bancos e não os mercados, poderá ser efetivo para que se atinja o objetivo de erradicar a pobreza pelo desenvolvimento.

Nestes moldes, literalmente, o governo oferece condições regulatórias e de mercado, pavimenta as condições de infraestrutura baseados em empréstimos concedidos pelo Banco Mundial para que, somente então, o capital privado entre na equação de solução da pobreza ao prover financiamentos bancários de tal forma que ocorram os investimentos necessários à pequena e a grande indústria. Em um resumo simplificado, o capital privado entra no final de tudo já contando com toda a estrutura montada para, efetivamente, apenas coletar os lucros de toda a operação.

Apesar do discurso do Banco Mundial sobre a erradicação pobreza apresentar problemas de natureza lógica, enquanto parcela do sistema de crenças que impulsiona seu discurso, o mesmo reconhece sua falibilidade.

“Igualdade e desenvolvimento fornece um forte suporte empírico para a afirmação de que as intervenções que reduzam a desigualdade, seja intencional ou não, também podem ser boas para o crescimento e a prosperidade a longo prazo”. (THE WORLD BANK², 2016, p.70)

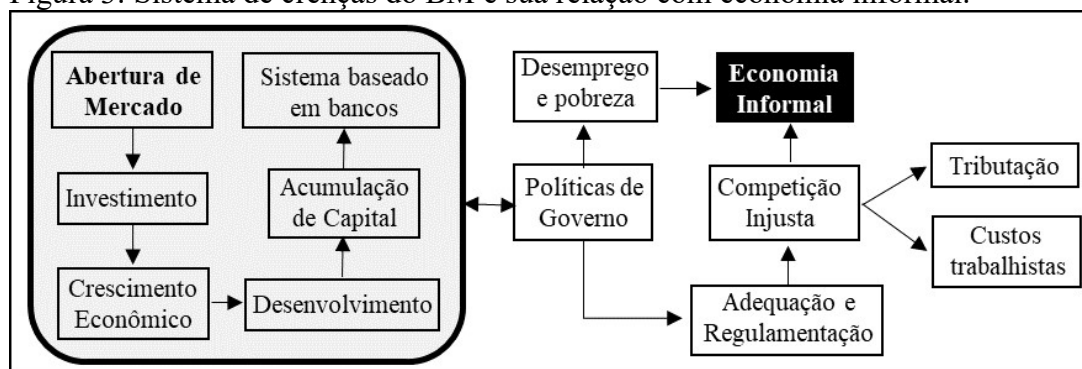
Neste trecho há um reconhecimento de que a igualdade e o desenvolvimento são parte das bases que sustentam o avanço econômico, mas ao mesmo tempo, também afirma a possibilidade de que as intervenções não promovam, efetivamente, a igualdade por meio da redução das desigualdades ou da pobreza. Neste sentido, ao ser afirmado que as intervenções “também, podem ser boas para o crescimento e a prosperidade a longo prazo”, há uma confissão de toda a incerteza que carrega a palavra “podem” nesta sentença, a tal ponto de que estas intervenções, não necessariamente, sejam voltadas à redução da desigualdade, afinal não há garantia alguma disto como resultado final de longo prazo.

Além disso, pode ser inferido que as intervenções sugeridas para adequação de uma economia podem não visar a redução de desigualdade na busca por crescimento econômico, mas uma equidade de condições com menores riscos para que a acumulação de capital se torne

o motor que alimenta esta mesma desigualdade. Não deixa de ser curioso que, em certos pontos do discurso, ocorram vinculações diretas entre a solução para a pobreza, pelo fomento da oferta no mercado de trabalho, com a construção de condições de competição justa dentro de um mercado. Tal percepção, não encontra parâmetro, nas entrelinhas do discurso, quando nos confrontamos com o curioso argumento do Banco Mundial que um sistema baseado em bancos é mais efetivo do que um sistema baseado no mercado, pois este último tende a desenvolver um vínculo que deixa de ser positivo no combate à pobreza e a desigualdade na medida em que as instituições se desenvolvem como já visto em outro trecho do discurso desta organização. Contrária à esta posição do Banco Mundial, pode ser argumentado que os postos de trabalho são criados no mercado e não criados pelo sistema bancário, todavia, estes últimos fazem parte do cenário que compõe este mesmo mercado, logo fortalecer um mercado, seria fortalecer não somente este cenário, mas tudo o que está inserido nele, incluindo os próprios bancos, as empresas, os postos de trabalho, a arrecadação tributária e a inserção social das pessoas.

Levando em conta as percepções extraídas do discurso manifesto e publicado pelo Banco Mundial presente nos textos analisados, o esquema do sistema de crença estabelecido fico constituído conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3: Sistema de crenças do BM e sua relação com economia informal.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Na figura 3, fica observável a presença de um objetivo final que se constitui pela busca por condições de proteção e acumulação de capital aliado à um necessário fortalecimento do sistema bancário como demonstra a parte salientada na figura. No entanto, o sistema de crenças do Banco Mundial parece ser uma construção que demanda o surgimento de argumentos discursivos que buscam atuar em várias frentes e, que por terem tal característica, vão além da perspectiva que vincula o discurso manifesto à abordagem da economia informal que é cara para este estudo. Apesar de tal ressalva, é possível estabelecer um esquema do sistema de crenças do Banco Mundial que transpareça o objetivo final desta organização possuindo, como

pano de fundo, a economia informal, conforme demonstra a figura 3. Ainda que o objetivo expresso pelo próprio Banco Mundial se baseie em um argumento discursivo de apoio e suporte ao fornecimento de saúde e educação adequadas para mudar a realidade de pobreza em uma economia, tal argumento é uma benesse necessária para que seja atingida a intenção final de proteção do capital e o estabelecimento de condições para que o mesmo seja acumulado por quem o detém. Neste sentido, o discurso sobre abrir mercados, apontar a competição injusta com a informalidade e exigir adequações pela regulamentação e intervenção do estado, pouco tem de relação com a pobreza e a desigualdade, mas muito se relaciona com a necessidade de fortalecer bancos e proporcionar acúmulo de capital em uma economia.

Como posicionamento em relação à economia informal, a postura do Banco Mundial se mostrou, ideologicamente, belicosa quanto à quase inexistente ameaça que representa a economia informal, por suas características limitadas de poder competitivo. Ainda que a organização se posicione contrariamente à economia informal, essa se mostrou oportunista, por sugerir a informalidade como um pretexto para flexibilidade salarial na economia formal.

O sistema de crenças, que determina um discurso e um posicionamento do Banco Mundial enquanto organização, apresenta uma falha de coerência para a construção deste discurso no que tange ao papel do estado na solução da pobreza e da desigualdade pelo intuito de encorajar investimentos privados e o acúmulo de capital. Ao ser destrinchado tal discurso, uma constatação que passa quase despercebida, é que em um momento é usado o argumento de que a pobreza e a desigualdade são decorrentes de falhas do Estado, o qual tem o dever de agir para solucionar tal contexto para que ocorram investimentos privados. Em outro, é apontado o acúmulo de capital como a solução para este mesmo problema pelo advento do avanço do mercado de trabalho. Mas, com o acúmulo de capital sendo apontado como a solução para o problema da pobreza e da desigualdade, conforme o caso peruano, o argumento do dever do estado de solução ao contexto da pobreza e da desigualdade se fragiliza. Neste sentido, a verdade expressada por um argumento é anulada pela verdade do outro, pois não poderá haver avanço no mercado de trabalho, como decorrência do acúmulo de capital, se não houver investimentos privados, logo estes investimentos não podem estar condicionados à redução da pobreza e da desigualdade que causam grande parcela da informalidade se, ao mesmo tempo, são requisitos para a sua solução conforme argumenta o próprio Banco Mundial. Tal constatação independe da má governança, corrupção e ingerência governamental conforme disposto explicitamente no discurso do Banco Mundial, pois a ótica do investimento condicionado ao controle dos entraves ao desenvolvimento causados pela pobreza e

desigualdade é, ao mesmo tempo, causa e consequência de ambas, pois empregos não são gerados sem investimentos.

4.2 Análise do discurso da Organização Mundial do Comércio (OMC)

A análise do discurso da Organização Mundial do Comércio, se dividiu em duas seções, sendo a primeira relacionada a matriz do discurso desta organização e a outra relacionada a ordem do discurso da mesma.

4.2.1 Matriz do discurso da OMC sobre Economia Informal

A matriz do discurso da OMC tem início em seus vínculos históricos enquanto organização, sua caracterização, bem como a especificação de suas estruturas sociais e as relações que esta mantém com os países signatários de seus acordos e que se utilizam de sua estrutura.

4.2.1.1 Histórico e Caracterização

A Organização Mundial do Comércio (OMC), é uma entidade que visa estabelecer mediação de entendimentos comerciais conjuntos entre países pelo uso de regras acordadas para estabelecer um comércio aberto para todos, com todas as vantagens que acompanham esta abertura e com justiça aos países signatários destes mesmos acordos. Historicamente, a OMC surgiu a partir de negociações estabelecidas pelo *GATT*³ (General Agreements on Tariffs and Trade) que, até então, era uma organização que tinha por finalidade prevenir protecionismos comerciais entre países iniciados no período após encerrada a segunda guerra mundial (VELLOSO, 2007). Com o GATT, sendo uma organização de prevenção de barreiras comerciais que pregava a não discriminação entre países, paulatinamente, esta acabou se tornando uma organização voltada para a abertura do comércio internacional entre nações. Tal direcionamento se tornou natural devido ao princípio básico vinculado aos acordos realizados na conferência de Bretton Woods realizados no período pós-guerra. Neste sentido, os acordos básicos previam que um país contratante não poderia ter acordos comerciais com outro país sem que estes valessem para outros países também. Para Velloso (2007), o comércio internacional se desenvolveu a partir de regras estabelecidas pelo GATT aprofundando negociações multilaterais ao invés de bilaterais. No entanto, as atividades comerciais, em âmbito mundial, necessitavam de uma organização de maneira a prevenir desequilíbrios comerciais entre os países participantes do GATT e, também, que evitassem conflitos entre estes e os que não eram

³ GATT: General Agreement on Tariffs and Trade - Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio

seus partícipes. Logo, a busca por regras e acordos que regulamentassem o comércio mundial foi alvo de muitas disputas e alterações de poder de negociação entre países com as inclusões do bloco europeu e do Japão nos anos de 1964 e 1973 nas rodadas de negociações de Kennedy e de Tóquio, respectivamente. O estabelecimento de uma organização que tivesse amplitude e aceite mundial na mediação do comércio entre países, por quase quatro décadas, não se consolidou pelas complexas variáveis envolvidas na construção dos acordos de comércio que atendessem países em nível de desenvolvimento não uniformes.

A partir de negociações que se iniciaram no ano de 1984 no Uruguai, na chamada rodada de negociações do Uruguai, a qual, segundo Velloso (2007), durou cerca de sete anos e meio contando com a participação de 123 países e culminando na criação oficial da OMC no ano 1995 (OMC, 2015). Efetivamente, a OMC foi um resultado da transformação do GATT em uma organização mediadora de disputas comerciais internacionais, de fomento ao livre comércio e de abertura de mercados, que tomou forma institucional no primeiro mês do ano de 1995.

Enquanto organização, a OMC tem por características de atuação facilitar a aplicação das normas do comércio internacional aos países signatários de seus acordos, servir de mediador de disputas entre países com bases nestes acordos, bem como, prover um foro para negociações de novas regras que gerem possam vir a gerar impactos no comércio mundial. O espectro dos acordos regulamentos e mediados pela OMC, vai do comércio de bens agrícolas e industriais, assim como atinge o setor de serviços, propriedade intelectual, regras de origem de produtos dentre outras regulamentações (VELLOSO, 2007). Não obstante, a OMC busca promover a abertura e a liberalização do comércio entre seus membros, para com isso, proporcionar soluções comerciais que atendam às necessidades de consumidores e patrocine um sistema justo para produtores de bens e serviços em escala mundial (OMC, 2017). Em um aspecto um pouco mais profundo, a OMC tem como objetivo auxiliar produtores de bens e serviços, exportadores e importadores na condução de seus negócios, enquanto permite aos governos o cumprimento de seus objetivos sociais e ambientais (OMC^b, 2018).

Segundo a OMC^b (2018), os acordos firmados, negociados e assinados pela maior parte das nações comerciais do mundo, fornecem as regras básicas legais para o comércio internacional, pois são, essencialmente, contratos que obrigam governos a manterem suas políticas comerciais dentro dos limites acordados com outros países que, também, são signatários destes acordos.

Neste conceito de atuação, enquanto organização, tem por atividades (OMC^c, 2018)

- Negociar a redução ou eliminação de obstáculos ao comércio (tarifas de importação, outras barreiras ao comércio) e concordar com as regras que regem a condução do comércio internacional (por exemplo, antidumping, subsídios, padrões de produtos, etc.);
- Administrar e monitorar a aplicação das regras acordadas pela OMC para o comércio de bens, comércio de serviços e direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio;
- Monitorar e rever as políticas comerciais de seus membros, bem como garantir a transparência dos acordos comerciais regionais e bilaterais
- Resolução de litígios entre países membros em relação a interpretação e aplicação dos acordos firmados;
- Capacitação de funcionários do governo de países em desenvolvimento nas questões referentes ao comércio internacional;
- Apoiar o processo de adesão de países que ainda não são membros da organização;
- Realizar pesquisas econômicas, coletar e disseminar dados comerciais em apoio às outras atividades principais da OMC;
- Explicar e educar o público sobre a OMC, sua missão e suas atividades.

Neste sentido, a OMC visa ajudar o fluxo livre de comércio, desde que não haja efeitos colaterais, por ser a liberdade comercial para o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral global. Essencialmente, a OMC é um lugar onde países vão para resolver suas disputas comerciais pelo diálogo (OMC, 2015). Em outras palavras, isso significa remover obstáculos ao livre comércio e, também, garantir que indivíduos, empresas e governos saibam quais são as regras comerciais correntes em âmbito mundial para que suas atividades comerciais sigam um fluxo baseado na confiança, previsibilidade e transparência das políticas comerciais mundiais (OMC^a, 2018).

4.2.1.2 *Estrutura relacionada à OMC*

Atualmente, a OMC possui 166 (cento e sessenta e seis) países membros que resolvem seus conflitos comerciais baseados em seus acordos (OMC^b, 2018). A estrutura da OMC é direcionada, composta e baseada nos acordos firmados entre seus países membros, logo é uma

organização com gestão compartilhada entre seus próprios membros. As decisões não são tomadas pela própria organização, mas geralmente por consenso entre países oriundos de um diálogo para tomadas de decisões conjuntas que se aplicarão a todos os próprios países (OMC, 2015). Neste sentido, “tudo que a OMC faz é resultado de negociações” (OMC, 2015, p.9) e toda a sua estrutura se baseia no próprio esforço dos países membros em dialogar, decidir, sustentar e dirimir os eventuais obstáculos ou desrespeitos referentes aos acordos firmados por todos e direcionados ao livre comércio. De maneira simples, a estrutura da OMC é voltada para a resolução de conflitos e o reforço de seus acordos previamente assinados por seus países membros, afinal “disputas na OMC são, essencialmente, sobre promessas quebradas” (OMC, 2015, p.57).

A primeira estrutura é a Conferência Ministerial que é a mais alta autoridade dentro do sistema OMC se reunindo, ao menos, uma vez a cada dois anos (OMC^a, 2018). Esta conferência, mediante discussão, é a definidora dos rumos dos acordos e do reforço ao cumprimento destes pelas decisões conjuntas tomadas por todos os países membros. O resultado da Conferência Ministerial é um impacto resultando em diretrizes e regulações em qualquer assunto de interesse ao comércio mundial aprovado e seguidos por todos (OMC^a, 2018). No entanto, para o estabelecimento de diretrizes e regulações, a OMC se utiliza de um sistema que provê uma estrutura de níveis para construção e reforço dos acordos firmados pelos países. Neste sentido, a Conferência Ministerial é o nível primário e máximo da OMC sustentado e seguido, simultaneamente, por níveis de discussões, decisões e de reforço mais baixos que se referem aos acordos firmados ou em discussão pelos próprios países.

O nível secundário, é o chamado Conselho Geral da OMC que executa o trabalho do dia a dia, entre os períodos entre uma conferência ministerial e outra, atuando em nome de tal conferência sobre todos os assuntos relacionados à OMC. Este nível é composto por três órgãos que atuam como se fossem um só. Estes órgãos são o Conselho Geral, o órgão de solução de disputas e o órgão de revisão de políticas comerciais (OMC^a, 2018). O primeiro atua em nome da OMC e em conjunto com os demais órgãos delibera e recebe informações destes para direcionar a atuação da organização frente à disputas e revisões necessárias as políticas comerciais.

O nível terciário, é composto por conselhos de atuação em áreas amplas do comércio atuando em um escopo menor escala, mas se reportando diretamente ao Conselho Geral da OMC (OMC^a, 2018). Os três conselhos para comércio presentes neste nível são respectivamente vinculados ao comércio de bens, de serviços e de direito à propriedade

intelectual relacionado ao comércio. A estrutura destes conselhos é composta por membros de todos os países e cada um deles possui órgãos subsidiários chamados de comitês que cobrem questões como comércio e desenvolvimento, meio ambiente, acordos comerciais regionais e questões administrativas (OMC^a, 2018). No ano de 1996, foram criados novos comitês para analisar a política de investimentos e concorrência, transparência em compras governamentais e facilitação do comércio (OMC^a, 2018).

O quarto nível da estrutura da OMC, compreende os órgãos de baixo nível que se reportam diretamente ao conselho geral como comitês compostos por grupos de trabalhos que se ocupam de assuntos gerais à organização. Neste nível estão, por exemplo, grupos de trabalho relacionados ao acesso de mercados, subsídios, agricultura, meio ambiente, dentre outros relacionados à prática comercial (OMC^a, 2018). Nos mesmos moldes dos níveis anteriores, o quarto nível é composto por todos os países membros e sua atuação é respaldada por todos.

A estrutura do sistema de comércio que a OMC chancela, se apoia na colaboração entre países para a construção e o cumprimento de regras acordadas de maneira conjunta visando resolução de disputas comerciais com base nestas mesmas regras que foram aprovadas pelos países que são membros desta organização.

4.2.1.3 Relações com os países membros da OMC

A OMC é uma organização que opera por meio dos países membros para que os acordos comerciais internacionais, que foram avençados entre estes mesmos países, determinem o modo de operação do comércio internacional (OMC, 2015). Neste sentido, é uma organização composta por diversos países com um peso considerável em suas atividades por operar em nome dos seus países membros na busca pela promoção de um livre e justo comércio entre nações para o benefício de todos. A estrutura e o sistema de comércio da OMC, possibilita que os países, de maneira conjunta, elaborem suas próprias decisões, discussões, acordos coletivos, bem como a resolução de suas disputas.

Além da relação de proximidade com seus países membros no cumprimento e na discussão conjunta sobre novos acordos ou sobre a necessidade de ajustes nestes, a OMC fomenta relações com países ao redor planeta. Neste sentido, trabalha para que novos países sejam inseridos no sistema de comércio internacional da qual é representante de acordos firmados por 164 países. Para tanto, oferece treinamento, suporte técnico e institucional na facilitação destas novas inserções (OMC, 2015). A inserção de novos entrantes no sistema, porém, necessita de adequação aos acordos internacionais vigentes, sendo que tal adequação

leva em conta o estágio de desenvolvimento econômico e as características destes novos países entrantes, bem como de seus mercados que serão abertos (OMC, 2015). Tal cuidado e diferenciação de níveis de desenvolvimento entre países possibilita um período de carência para que estes se preparem para lidar em um ambiente competitivo, mas de concorrência justa. Exemplos destas diferenciações estão nas condições de entrada no sistema de países em desenvolvimentos, ou, ainda, na entrada de países que necessitam de alguma forma de proteção econômica até terem condições de competir, como no caso de países de economia frágil (OMC, 2015).

4.2.2 Ordem do discurso da OMC e a relação com a economia informal

Nesta seção foi verificado o sistema de crenças adotados pela organização, seu posicionamento e coerência interdiscursiva nos aspectos que se relacionam com a economia informal.

4.2.2.1 Sistema de crença, posicionamento e coerência

O discurso da OMC, desde sua origem e fundação, conforme suas características de atuação, é voltada para a abertura de mercados, pois com liberdade de atuação internacional, “o comércio permite uma divisão de trabalho entre países” (OMC, 2017^a, p.22).

Em direção a esta abertura de mercado como proposta, o discurso da OMC elenca possibilidades que se apresentam como importantes para sustento e fomento desta direção. Neste sentido, o discurso apresenta fatores relevantes para a defesa de seu sistema de comércio internacional voltado para a inclusão de novos países ao seu sistema e a manutenção dos já partícipes de seus acordos coletivos.

Desta forma:

“Permite que os recursos sejam usados de forma mais eficiente e efetiva para a produção. Mas o sistema comercial da OMC oferece mais do que isso. Ele ajuda a aumentar a produtividade e reduzir os custos ainda mais devido à princípios importantes consagrados no sistema, projetados para tornar a vida mais simples e clara”. (OMC^a, 2017, p. 22)

No trecho acima, é clara e certa, a intenção de demonstrar que uma abertura de mercado acarreta impactos positivos, relacionados ao uso dos recursos, materiais humanos e financeiros. Neste sentido, engloba toda a sorte de benefícios relacionados ao produto, ao trabalho e ao capital, que são os pilares de sustentação de qualquer economia, conforme preconizou Adam Smith A (1996). Enquanto ponto central do sistema de crenças, fica evidente que todo o discurso da OMC gira em torno da necessidade da abertura de mercados e o

compartilhamento de empregos e recursos entre países. Sobre este argumento, paira dúvidas quanto ao poder de investimento das empresas de um país em relação ao outro que, pelo próprio estágio de desenvolvimento tecnológico e econômico distintos, pode fomentar uma competição dispar e injusta entre países. Por outro lado, o fator de custo de mão de obra, como determinante para a localização das empresas e de seus empregos, pode dissolver o discurso de compartilhamento de empregos entre países para um simples acesso à recursos financeiros correntes em um mercado à serem explorados com custos menores e sem a garantia de que os empregos virão na esteira de um investimento que pode não ser local. Desta forma:

“O sistema da OMC contribui para o desenvolvimento. Por outro lado, os países em desenvolvimento precisam de flexibilidade no tempo que tomam para implementar os acordos do sistema”. (OMC, 2015, p. 12)

A preocupação com a adequação de países e a necessidade de flexibilidade de tempo para a inclusão destes no sistema da OMC, torna o argumento da abertura de mercado mais atrativo e, também mais seguro para quem se movimenta em tal direção e para quem já se encontra dentro do sistema. Neste sentido, a organização demonstra preocupação com a abertura de mercados em relação aos diferentes estágios de desenvolvimento econômico existentes entre países e que podem se traduzir em desequilíbrios comerciais entre estes. Tal preocupação representa um receio com a inclusão de países com práticas competitivas injustas de comércio ou que países com maiores estágios de desenvolvimento industrial e comercial se tornem predadores nos mercados novos que foram abertos.

Por outro lado, o reconhecimento da necessidade de tempo para adequação junto as regras da OMC é um fator de confirmação de que há uma busca por equidade de competição. Com a abertura do comércio sendo conduzida cuidadosamente, levando em conta as perspectivas dos países em desenvolvimento, é possível visualizar a abertura como um acerto negociado. O tempo de adequação é uma busca por proteção de áreas produtivas nas quais estes países sustentam sua economia, mas que deixarão de ser competitivas com uma abertura comercial sem uma adequação à esta nova condição de competição além de suas fronteiras. Neste sentido, a busca pelo desenvolvimento destas áreas produtivas e a adequação do mercado às regras da OMC, mediante o tempo concedido, têm em vista preparar tais áreas para a sua inclusão em um mercado de competição mais ampla e aberta, mas com condições de competir. No entanto, ainda que ocorra a proteção por um período de tempo, o desenvolvimento para manutenção de áreas produtivas e competitivas pode, perfeitamente, não ser adequado para suportar o mercado quando estiverem completamente expostas a tecnologias e custos mais

baixos vindos do meio externo após o encerramento do período. A abertura do mercado com menores restrições, apresenta riscos de destruição de áreas antes produtivas promovendo o incremento dos índices desemprego. Este é um risco que apenas quem possui menores condições competição e industrialização em menor escala corre. A minoria restante, com maiores condições tecnológicas e financeiras, irão perder por um lado e ganhar por outro quando competirem entre si, mas sempre estarão em vantagem quando competirem com os demais competidores menos preparados.

Desta condição de competição aberta, o discurso da OMC adentra no que a organização chama de princípio da vantagem comparativa entre mercados.

“O princípio da vantagem comparativa diz que os países prosperam primeiro, aproveitando seus ativos para se concentrar no que eles podem produzir melhor e depois negociando esses produtos por produtos que outros países produzem melhor”. (OMC. 2015, p. 13)

Dentro deste princípio está contida a ideia de que se algo é produzido em qualquer lugar do planeta, esta produção tem de reunir as melhores condições para que tal produto seja o melhor e que seja produzido da maneira mais competitiva possível. Logo, alocar recursos em áreas que não são de domínio destes países, pode ser um desperdício de investimento, pois se tornar excelente no que um país possui de vantagem comparativa é um caminho menos árduo do que se tornar razoável em algo que não tem domínio. Neste sentido, a OMC utiliza no discurso o argumento de que o ganho é um resultado que vem pelo comércio, mas é na alocação de recursos e investimentos em áreas objetivas que se chega nestes resultados e, conseqüentemente, nestes ganhos. De maneira simples e direta, a OMC argumenta que:

“O comércio ajuda a alocar recursos para a atividade mais produtiva em cada país” (OMC, 2015, p. 8, grifo meu).

Visualizando o aspecto do quadro argumentativo do discurso da OMC e sua relação com o que chama de vantagem comparativa, fica evidente que há uma justa intenção de que os países devem se concentrar no que melhor fazem para que o comércio satisfaça consumidores em termos de custos de compra e de produção para todos. Todavia, apesar de ser justa, é uma visão que apresenta meias verdades por partir do princípio de que todos os países estarão em condições de competir no comércio em busca da riqueza e de suas benesses em pé de igualdade ao atuarem em uma produção específica na qual possuem especialização. Países em desenvolvimento ou não desenvolvidos (ambos com menor industrialização), neste modelo, tendem se manter ou se tornar fornecedores especializados em *commodities*, ao passo que países

mais industrializados se aterão a agregar valor à produtos mais simples, mas com maiores ganhos devido ao valor agregado.

Dentro do discurso da OMC, em tese, há a possibilidade de que indústrias surjam e se tornem tão competitivas quanto outras, todavia há, também, uma confessa manobra tarifária permitindo distorções no que, à princípio, deveria estabelecer regras de competição justa em um mercado aberto para todos. A OMC assim se pronuncia sobre o que é chamado de escaladas tarifárias:

“Escalada tarifária: se um país quiser proteger sua indústria de transformação ou fabricação, pode estabelecer tarifas baixas sobre os materiais importados utilizados pela indústria (cortando os custos da indústria) e estabelecer tarifas mais elevadas sobre os produtos acabados para proteger os bens produzidos pela indústria. [...]. Quando os países importadores escalam suas tarifas dessa maneira, tornam mais difícil para os países que produzem matérias-primas processar e fabricar produtos de valor agregado para exportação. A escalção tarifária existe tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. **Lentamente, está sendo reduzido**”. (OMC, 2015, p. 97, *grifo meu*)

O uso de tal artifício tarifário, serve de instrumento de proteção à indústria e é uma negação da igualdade e da justa competição que a própria OMC prega em seu discurso. Em sentido literal, o uso de artifícios tarifários articula o predomínio da manutenção da produção de produtos acabados onde estes já se encontram em produção. Ainda que tenha sido afirmado que tais artifícios são usados por países desenvolvidos e em desenvolvimento, é mais crível visualizar que a indústria de bens com valores agregados se encontra localizada, em maior volume, em países desenvolvidos. O fornecimento de matéria prima, pelo uso de tal artifício, restaria engessada e ao encargo de países em desenvolvimento ou pouco desenvolvidos, logo não pode ser afirmado que é uma competição justa. Desta forma, não há razões que justifiquem a lentidão das reduções de tais artifícios de proteção à mercados e que se posicionam de maneira contrária ao liberalismo galgado na abertura de mercados que é pregado pela OMC. Em outras palavras, há uma obstaculização que dificulta o surgimento de indústrias de igual perspectiva em relação ao valor agregado à commodities em países menos industrializados.

Em uma outra perspectiva, há uma proteção da indústria que se beneficia da compra de matéria prima, com taxas mais baixas, com o objetivo nítido de reduzir custos na produção e incrementar sua competitividade artificialmente. Sobretudo, fica uma situação imperativa para aqueles países que produzem *commodities* para apenas seguir produzindo-as sem agregar valor algum. Afinal, não há incentivo de demanda que justifique o surgimento de indústrias que

agreguem valor à *commodities* em função de custos tarifários elevados para efetivação de exportação à países desenvolvidos.

Neste sentido, grande parte do desequilíbrio da riqueza pode ser endereçada ao liberalismo que prega o não protecionismo, mas que, ao mesmo tempo, possibilita subterfúgios para que este siga determinando proteção para quem detém a maioria dos meios de produção e de riqueza.

Não por acaso a organização se manifesta nos seguintes termos:

“Restringir as importações pode parecer uma forma eficaz de apoiar um setor econômico. Mas prejudica a economia em outros setores que não devem ser penalizados, por exemplo, se você protege sua agricultura, todos os outros setores devem pagar alimentos mais caros, o que exerce pressão sobre os salários em todos os setores”. (OMC^a, 2017, p. 28)

Embutido no contexto do discurso acima está a movimentação governamental, que é de crucial importância, para que uma abertura de mercado não deságue em problemas relacionados ao protecionismo com um aumento de custos para todos. Neste sentido, a abertura deveria levar à diminuição da pressão exercida nos salários em todos os setores quanto ao poder de compra, afinal, se uma parte da economia é protegida as outras arcam com os custos desta proteção. Porém, não é vinculado a necessidade de desenvolvimento destes setores até um determinado padrão tecnológico e econômico para que estes mesmos setores estejam aptos a competir externamente. Nesta direção, o sistema da OMC parece estar focado em custos baixos de curto prazo e nas vantagens competitivas que um país detém. Para tanto, a abertura é defendida pelo viés do injusto custo que o protecionismo traz para todos os setores, mas não toca na necessidade de defender o desenvolvimento de um setor ou de proteger os empregos que este setor gera localmente. Pelo contrário, defende que a importação é a saída única se a vantagem competitiva não for local, de tal forma que, se algo for importado é por ser um reflexo de um menor custo de operação/produção. Todavia, os empregos estarão, também, em outro local. No caso da agricultura, se os empregos estiverem em outro local e a tecnologia, também, significa dizer que investir em agricultura local se tornará contraproducente do ponto de vista econômico e abre a provável possibilidade de investimento em compra de terras por capital estrangeiro pela ociosidade destas. Logo, desta forma, a produção, a tecnologia, a terra e os empregos se colocariam à mercê do capital estrangeiro possibilitando uma verdadeira invasão comercial silenciosa. Neste sentido, dentro do contexto da economia informal, a existência de maiores índices de informalidade em economias em desenvolvimento, conforme verificado por

Schneider (2006) e Schneider e Williams (2013) se reforça, também, pela falta de proteção ao emprego local.

“[...] embora a OMC não seja uma agência de ajuda, tem um papel a desempenhar, particularmente, como um fórum e uma câmara de compensação para obter informações sobre a ajuda ao desenvolvimento relacionada com o comércio. [...]. O debate sobre se os países em desenvolvimento precisam de ajuda ou comércio está no fim. Hoje, existe um reconhecimento generalizado de que os países em desenvolvimento precisam de ambos. Mas **os acordos da OMC não garantem o aumento dos fluxos comerciais: eles oferecem oportunidades**. Alguns países estão melhor posicionados do que outros para compreender essas oportunidades”. (OMC^a, 2017, p. 35, grifo meu)

Em outras palavras, ao confessar de maneira incontestada que os “acordos da OMC não garantem aumento dos fluxos comerciais”, mas apresentam oportunidades, conforme descrito acima, pode-se aventar que a abertura propõe oportunidades para todos, todavia acaba por preservar vantagens naturais de uns países sobre outros que são proporcionadas por estágios de desenvolvimento diferentes que estes carregam. Neste sentido, a construção do discurso e a recorrente afirmação sobre a necessidade de abertura de mercado, a busca por diminuição de restrições e o argumento de curto prazo galgado em um provável custo menor proveniente do que é externo, envolve, basicamente, oportunidades e não, necessariamente, desenvolvimento do mercado que foi aberto. Desta forma, como o próprio sistema da OMC não garante fluxos comerciais, mas oportunidades, pode ser inferido que países em melhores condições tecnológicas e econômicas estão em igual condição para explorar oportunidades de igual valor quando se relacionam com países também desenvolvidos, mas se encontram muito à frente quando se relacionam com países com menores estruturas econômicas e tecnológicas. Neste sentido, a oportunidade da qual a OMC faz referência é direcionada para que o melhor projeto/produto se torne vencedor facilitando a escolha deste por possuir melhor condição financeira e/ou tecnológica de competir, caso contrário, não faria sentido o discurso sobre a abertura de mercado com construções discursivas baseadas em possibilidades de redução de custos (OMC^a, 2017).

Na esteira desta escolha realizada, se encontram embutidas as ofertas de emprego, não sendo por acaso, que é argumentado, em estudos relacionados à economia informal, de que a perspectiva de desenvolvimento de um mercado pode ter um diferente caminho em países em desenvolvimento pela sua tendência de incremento e expansão de atividades econômicas informais, diferentemente do que ocorreria em economias desenvolvidas (CHEN, 2006). E, também, não é por acaso que o tamanho das economias informais presentes em países em desenvolvimento seja maior do que em países desenvolvidos (SCHNEIDER, 2006, LA PORTA

e SHLEIFER, 2008, WILLIAMS, 2015). Apesar de não relacionar diretamente a economia informal quanto ao problema vinculado à perda de empregos, de maneira indireta a OMC faz tal referência, pois para esta organização:

“Reconhecer que o comércio pode ser uma ameaça, é importante, social e politicamente. Os trabalhadores que perderam seus empregos precisam de apoio e as pesquisas sugerem fortemente que as pessoas são muito mais propensas a favorecer a abertura do comércio se elas sabem que um suporte estará disponível. É por isso que os governos precisam manter programas sociais eficazes que protejam os trabalhadores que perdem seus empregos através do comércio e ajudem a treiná-los para encontrar novos empregos”. (OMC^a, 2017, p. 16)

Dentro do discurso da OMC, a busca é clara pela abertura de mercado que proporciona oportunidades de comércio, nesta direção, os empregos são moeda de troca e a migração destes será dada de acordo com as possibilidades de maiores ganhos frente ao investido e menores custos frente ao consumo, ou seja, se um país perde empregos, por não ser conveniente o uso de sua mão de obra, outro certamente ganhou estes postos de trabalho, todavia o problema social da desocupação da mão de obra local se instala e necessita realocação para outros setores. A questão da vulnerabilidade social preconizada pela desocupação da mão de obra acaba por se mostrar como um incentivo à informalidade, pois a busca por subsistência de pessoas e a necessidade de sobrevivência de empresas locais, fomenta o crescimento da informalidade presente em um mercado. A base do discurso de que o sistema da OMC visa proteger o acesso à mercados e o alcance de oportunidades que este oferece, ainda que, com uma eventual negligência ao que é interno neste mercado, é uma fórmula que contribui para o aumento da informalidade. Neste sentido, se o emprego, o capital e os meios de produção estão em outros lugares, as pessoas e as empresas que atuam em um mercado aberto não terão outra escolha que não seja buscar sobrevivência e capacidade de competição atuando em parte ou completamente dentro da informalidade. O anteparo governamental presente no discurso da OMC, é um interposto discursivo utilizado como um argumento para que as pessoas mantenham o apoio à abertura de mercado. Neste sentido, os impactos negativos com as perdas de empregos são direcionados para um dever de solução governamental que passa pelo sustento social, quando em situação de desocupação, e de realocação para outros setores produtivos.

Todavia, os problemas relacionados aos empregos em uma economia aberta não se restringem apenas aos países em desenvolvimento, pois atingem, também, potências econômicas mundiais como os EUA, conforme a OMC constatou:

“A evidência empírica disponível sugere que o comércio pode explicar mais de 20 por cento ou 25 por cento do declínio recente nos empregos de fabricação dos EUA. Isso implica que fatores que não sejam o comércio, como mudanças tecnológicas, podem

explicar até 80% ou mais do declínio nos empregos de fabricação nos Estados Unidos”. (OMC^b, 2017, p. 9).

No caso americano, a evidência empírica sobre o desemprego causado pelo livre comércio atinge uma economia madura e desenvolvida com a dos EUA. No entanto, o comércio e a abertura de mercados, no discurso da OMC, são para garantir melhores oportunidades e melhores custos para quem compra e para quem vende, mas a abertura responde, também, por 25% do desemprego nos EUA, conforme afirma o trecho acima. Neste sentido, pode ser aventado que a abertura não é uma solução perfeita para a crise que o emprego moderno enfrenta, mas representa uma parte significativa da crise que o emprego moderno enfrenta. Há de ser acrescentado que se, em uma economia desenvolvida, há tal montante de desemprego causado pelo livre comércio, em economias com menor poder de investimento e menores condições de competição tendem a possuir percentuais ainda maiores de desemprego proveniente do livre comércio.

Indiscutivelmente, temos uma situação de que a técnica e a tecnologia aplicadas na produção terão sua parcela de participação nos índices de desemprego, mas o discurso de abertura de mercados foca na intenção de proporcionar oportunidades para empresas e investidores com custos menores, ou seja, em verdade busca impulsionar a remuneração do capital investido. Neste sentido, os índices de desemprego causados são minimizados pelo argumento discursivo de que respondem pela menor parte de seus índices (25%), visto que o avanço tecnológico é dito como responsável pelo maior montante de tal índice. Parece clara que a intenção de defesa de uma proteção social governamental seja necessária no discurso da OMC, caso contrário o discurso de abertura de mercados perderia em argumentação frente ao desemprego causado pela migração de postos de trabalho que saem de um país e se instalam em outro. No entanto, é uma contradição a própria OMC apontar o desemprego como uma questão, eminentemente, de âmbito governamental com soluções que deveriam ser baseadas em assistência por meio de programas sociais. Contraditório, pelo fato de que parte destes problemas são, confessadamente, causados pela natureza de atuação comercial que a própria organização defende. Afinal, a taxa de 25% de desemprego que a OMC admite como resultado do comércio corresponde à situação de desocupação de uma entre quatro pessoas em condições de trabalhar.

A competição justa visa uma concorrência baseada nas condições de compra e venda com igualdade de condições, no entanto esta mesma competição se baseia em redução de custos e/ou diferenciação tecnológica para que um mercado se mantenha competitivo. Dentro das limitações de contenção de custos, é aberta uma competição por empregos, que se alimenta da

migração de postos de trabalho de um mercado para outro. O resultado desta migração é o excesso de mão de obra em países que perderam empregos em relação a outros. Neste sentido, tendo em vista que as taxas de informalidade de países em desenvolvimento se encontram entre 40 e 80 por cento da força de trabalho (THE WORLD BANK^a, 2013), basta salientar a relação de proximidade entre desemprego e informalidade para explicar grande parte destes altos índices. Quanto ao tema, que tem ligação umbilical com a economia informal pela condição de desemprego que fomenta a necessidade de busca por subsistência, a OMC se posiciona de maneira ambígua quanto à informalidade:

“[...] o setor informal pode representar uma importante margem de ajuste aos choques econômicos que afetam o mercado de trabalho nos países em desenvolvimento. Na presença de rigidez salarial no segmento formal e nas fricções de mobilidade, uma contração da demanda por mão de obra formal pode se traduzir em um aumento do emprego informal e não no desemprego”. (OMC^b, 2017, p. 55)

Ao criar desemprego e fomentar espaços para a surgimento da necessidade de pessoas buscarem por meios de subsistência própria, a abertura de mercado auxilia no incremento da economia informal, estabelecendo um paradoxo de difícil solução. O caráter ambíguo do discurso se faz presente devido a necessidade de que as regras sejam seguidas de maneira que todos tenham diminuídas as incertezas competitivas em um mercado. Todavia, se o sistema fomenta a informalidade, como uma margem de ajuste, isso se torna um contrassenso as próprias regras de competição dentro destes mercados. Além disso, salientar de maneira positiva o emprego informal em comparação ao desemprego acaba por contradizer o próprio sistema que tem por objetivo a abertura de mercado com base em uma competição justa, com regras bem definidas e que produz oportunidades segundo a OMC. Neste enfoque, produzir não é uma questão de busca por desenvolvimento econômico de igual proporção onde se vende e onde se produz algo, mas uma questão de competitividade com vistas no lucro que pode ser computado como ganho sobre um mesmo montante investido. Tudo isso, à revelia sobre qual mercado de trabalho irá proporcionar acesso para tal ganho e qual arcará com o problema social que o desemprego gerado irá criar.

Ainda sobre a questão do desemprego, o fomento de competição entre mercados de trabalho acaba por achatar salários e reduzir o poder de compra das pessoas. Neste sentido, a OMC expõe que:

“Em um mercado de trabalho competitivo, o desemprego só pode surgir se a taxa salarial não for ajustada para baixo para limpar o mercado quando houver um excesso de mão-de-obra”. (OMC^b, 2017, p. 6)

O trecho acima descreve a mais nefasta faceta do fomento à migração de empregos. Neste sentido, ocorre a criação de uma ilusão de que a abertura de mercados trará investimentos e geração/manutenção de empregos e que, com isso, serão proporcionados acesso à produtos mais baratos e/ou com maior tecnologia agregada para o mercado consumidor. Inequívoco é que o investimento de hoje, patrocinado pela abertura de mercado, pode ir embora amanhã levando consigo os empregos criados, ou, até mesmo, não ocorrer investimento algum em caso de haver custo de produção menor em qualquer outro país do planeta. Logo, se o emprego não é uma garantia da abertura, um mercado com excesso de oferta de mão de obra é o ambiente propício para achatamento salarial como a própria OMC afirma. Todavia, o discurso limpo de acesso à produtos melhores é garantido, bem como os ganhos de quem os fornecem, ainda que, com o achatamento salarial, menos pessoas possam consumir estes mesmos produtos melhores que foram ou serão ofertados.

A obtenção de alguma forma de vantagem de mercado que, tenha vindo através de políticas tarifárias ou por advento de leis trabalhistas que diminuem a proteção e/ou tornem mais precária as condições do mercado de trabalho, fomentam a competição de mercados de trabalho. Algo que a OMC reforça pela ótica da desregulamentação do mercado de trabalho.

“[...] instituições do mercado de trabalho e regulamentos do mercado de trabalho têm uma influência importante no custo de estar desempregado e, em última análise, na duração do desemprego”. (OMC^b, 2017, p.6)

O trecho acima aponta que regulamentos tem uma grande influência na duração do desemprego e direciona a argumentação para uma desregulamentação. Nestas condições de mercado, os mais preparados em termos financeiros e tecnológicos trabalharão em um cenário que lhes propicia menor custo de produção pela oferta abundante de mão de obra de caráter global e não local. Desta maneira, um provável resultado é o arrocho salarial em todos os setores, o qual o discurso da OMC exemplifica com uma interpretação que visualiza a exploração de mercados com mão de obra em excesso.

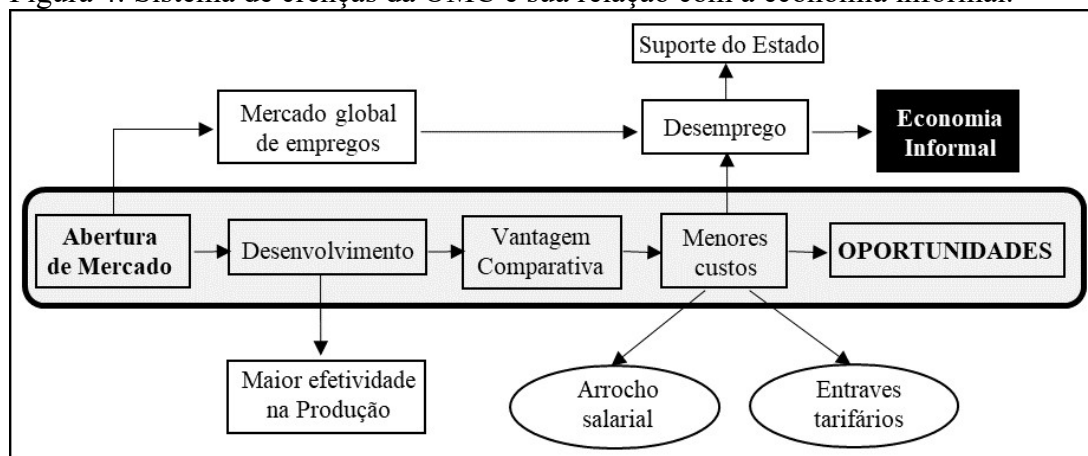
Por uma outra perspectiva, a motivação econômica da produção sempre foi uma função da capacidade de nossa sociedade consumir. Segundo Gibson e Kelly (1994), a consequência natural do decréscimo da demanda é a queda dos lucros das empresas formais. Neste sentido, um declínio da quantidade de pessoas aptas ao consumo, pelo advento do desemprego ou que consomem em menor volume pelo arrocho salarial oriundo de um mercado de trabalho competitivo, acaba por nos levar a situação de haver menor necessidade de postos de trabalho, pois haverá, também, menor necessidade de produção direcionada para quem

detêm condições de consumir. Em outras palavras, menos empregos são necessários pelo próprio arrocho salarial decorrente do excesso de mão de obra disponível, algo que promove consequências diretas de declínio no consumo fomentada pela própria migração de empregos reforçada continuamente pelo sistema da OMC. Ironicamente, com menos empregos e mais pessoas sem capacidade de consumir, isto significa dinamitar a base de sustentação do mercado formal que a OMC procura favorecer com seu discurso de abertura de mercado proposta. Posto isso, em última consequência, é um sistema que acaba por reforçar o aumento da economia informal em razão do desemprego e da necessidade de busca por subsistência por indivíduos que ficaram à margem do mercado trabalho. Desta maneira, o estímulo ao “campeonato mundial” de quem tem o preço mais baixo pela supressão de custos com arrochos salariais, impõe consequências sociais que são percebidas pelo incremento do desemprego e, consequentemente, da informalidade, algo que para Gibson e Kelly (1994), acaba reinserindo no mercado consumidores que estariam inativos por não deterem posto de trabalho formal. Levando a reinserção exposta pelos autores Gibson e Kelly (1994), entende-se a preocupação da OMC com a contração por demanda de mão de obra e a pressa em descolar isso de uma situação de desemprego, afinal é menor o impacto negativo de uma condição de informalidade se comparada à uma condição de desemprego. Tal preocupação fica clara dentro da defesa técnica de abertura de mercados e sua relação com os impactos negativos no mercado de trabalho, pois “[...] uma contração da demanda por mão de obra formal pode se traduzir em um aumento do emprego informal e não no desemprego” (OMC^b, 2017, p. 55).

Levando em consideração o discurso da OMC demonstrado nesta seção, uma esquematização do sistema de crenças da organização e sua relação com a economia informal pode ser representado conforme a figura 4 na qual há um eixo central que corresponde à base do sistema de crença da organização de maneira linear.

No transcorrer do discurso da OMC é abordado o mercado global de empregos como causa e consequência do desemprego, causa pelo arrocho salarial na busca por menores custos trabalhistas que diminuem a capacidade de consumo dos trabalhadores e consequência pelo excesso da oferta de mão de obra que se torna uma oferta global e não local. Neste sentido, entra no discurso da OMC, de maneira indireta, a economia informal, pois esta é uma consequência gerada pelo sistema de comércio proposto pela OMC que, de maneira confessa, aponta o comércio como responsável por cerca de 25% do desemprego em uma economia madura como a norte americana (OMC^b, 2017).

Figura 4: Sistema de crenças da OMC e sua relação com a economia informal.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

De sobre maneira, o discurso da OMC se apresenta e se posiciona de maneira incoerente frente à economia informal, pois se por um lado, indiretamente eleva a informalidade como um desrespeito às regras de competição do comércio, por outro sugere que a informalidade é algo positivo frente à uma situação de desemprego em uma clara defesa indireta à reinserção de consumidores no mercado consumidor nos moldes de Gibson e Kelly (1994).

Neste sentido, a perspectiva da OMC poderia ser dita como mais voltada para um embasamento dentro do conceito teórico estruturalista de Castells e Portes (1989) em relação a economia informal. Tal embasamento pode ser entendido, frente ao discurso exposto pela OMC, não pela caracterização teórica de subordinação da informalidade como uma função de redução de custos de produção como preconiza a teoria, mas por desempenhar um papel de redução dos custos sociais produzidos pelo desemprego causado pelo comércio.

4.3 Análise do discurso da Organização Mundial do Trabalho (OIT)

A análise do discurso da Organização Mundial do Trabalho, se dividiu em duas seções, sendo a primeira relacionada a matriz do discurso desta organização e a outra relacionada a ordem do discurso da mesma.

4.3.1 Matriz do discurso da OIT sobre Economia Informal

A matriz do discurso da OIT tem início em seus vínculos históricos enquanto organização, sua caracterização, bem como a especificação de suas estruturas sociais e as relações que esta mantém com os países signatários de seus acordos e que se utilizam de sua estrutura.

4.3.1.1 *Histórico e Caracterização*

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada na segunda década do século 20 após encerrada a primeira guerra mundial com a assinatura do tratado de Versailles (OIT^c, 2018). Em sua constituição se encontravam ideais que iam de encontro às condições de exploração irrestrito do trabalho provenientes da revolução industrial. Neste sentido, o caráter social e justo da ocupação da mão de obra deveria “[...] refletir a crença de que a paz universal e duradoura só pode ser alcançada se for baseada na justiça social” (OIT^c, 2018).

Em trecho literal propagado pela organização, há a definição de que:

“[...]as forças motrizes para a criação da OIT surgiram de considerações de segurança, humanitárias, políticas e econômicas. Resumindo, o Preâmbulo da Constituição da OIT diz que as Altas Partes Contratantes foram "movidas por sentimentos de justiça e humanidade, bem como pelo desejo de assegurar a paz permanente do mundo ...” (OIT^c, 2018, aspas originais).

Inicialmente, a constituição da OIT foi o resultado que culminou do desenvolvimento de ideias testadas dentro da Associação Internacional para Legislação Trabalhista, fundada na Basileia no ano de 1901. Neste sentido, a raiz do surgimento de uma organização internacional que trata de questões trabalhistas começou muito antes da própria fundação da OIT. No século XIX, pela formulação e pela condução de ideias lideradas por dois industriais, Robert Owen (1771-1853) do país de Gales e Daniel Legrand (1783-1859) da França, foram elencadas definições que propunham uma condição de humanização dos aspectos produtivos que fosse baseada pela negação à exploração da mão de obra. A necessidade de busca de justiça social para garantir a paz, passava por uma solução do contexto de exploração dos trabalhadores nas nações industrializadas da época (OIT^c, 2018). Somado à esta necessidade de contenção da exploração, houve uma crescente compreensão da interdependência econômica mundial e da necessidade de cooperação para obter similaridade das condições de trabalho entre países que competem pelos mercados. Para refletir estas ideias era preciso que existissem condições de trabalho que não envolvessem dificuldades e privações baseadas em injustiça para um grande número de pessoas (OIT^c, 2018). Neste sentido, a injustiça social se tornava um problema que poderia chegar em um ponto no qual produziria distúrbios à paz e a harmonia do mundo, o colocando em situação de perigo. Logo, uma melhoria dessas condições injustas de trabalho era uma necessidade urgente para evitar o surgimento de novos conflitos que poderiam levar à distúrbios na paz conquistada culminando em uma nova situação de guerra.

Nas bases do conceito de fundação da OIT, havia a consideração de que o fracasso de qualquer nação em adotar condições humanas de trabalho se tornaria um obstáculo no caminho

de outras nações que desejassem melhorar as condições em seus próprios países, pois era uma questão de injustiça na condição de competição por mercados (OIT^c, 2018).

Tendo em vista a busca e a manutenção da paz por meio da justiça social, as áreas de melhoria em relação ao trabalho elencadas nas bases fundantes que culminaram com o surgimento da organização permanecem relevantes hoje (OIT^c, 2018):

- Regulação das horas de trabalho, incluindo o estabelecimento de horas por dia de trabalho e de semana máximos;
- Regulamentação da oferta de trabalho, prevenção do desemprego e provisão de um salário digno adequado;
- Proteção do trabalhador contra doenças, bem como, doenças e lesões decorrentes de seu emprego;
- Proteção de crianças, jovens e mulheres;
- Provisão para velhice e lesão, proteção dos interesses dos trabalhadores quando empregados em outros países que não o seu;
- Reconhecimento do princípio da igualdade de remuneração por trabalho de igual valor;
- Reconhecimento do princípio da liberdade de associação;
- Organização de educação profissional e técnica.

No decorrer de sua existência, a OIT enfrentou as mais diversas situações e períodos econômicos, mas sempre orientou sua conduta na busca por seus ideais relacionados ao trabalho digno e a justiça social para todos. Por exemplo, o papel decisivo da OIT no período nos quais os impactos da depressão econômica proveniente da crise de 1929 assumiram contornos dramáticos com o massivo desemprego corrente, o gestor da OIT Harold Butler, que havia assumido a organização no ano de 1932, percebeu que não haveria uma solução para a crise do trabalho sem que houvesse um direcionamento voltado para a cooperação internacional como solução (OIT^c, 2018). Em 1944, ainda sob efeitos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a OIT adotou a Declaração de Filadélfia como anexo da sua constituição, carta esta que serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A adoção da Declaração da Filadélfia, foi um marco para a organização, pois foi uma declaração que tinha como proposta reafirmar os objetivos tradicionais da OIT e

que se ramificaram em duas direções: a centralidade dos direitos humanos à política social e a necessidade de planejamento econômico internacional. No ano de 1946, a OIT ingressou como agência integrante na recém fundada Organização das Nações Unidas (ONU) para atuar sobre as questões relacionadas ao trabalho e nas quais atua até os dias atuais.

Desde sua fundação, os atuais mais de 180 estados membros que são representados por membros tripartites na OIT adotaram cerca de 188 Convenções Internacionais de Trabalho e mais de 200 recomendações sobre diversos temas relacionados ao emprego, proteção social, recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, trabalho marítimo, dentre tantos outros (ONU^b, 2018). Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou a Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Nesta declaração foi estabelecido os quatro princípios fundamentais aos quais todos os membros da OIT são sujeitos e signatários: Princípio da liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; Princípio da eliminação de todas as formas de trabalho forçado; Princípio da abolição efetiva do trabalho infantil e o Princípio da eliminação de todas as formas de discriminação no emprego ou na ocupação (ONU^b, 2018). No coração da estratégia e dos objetivos da OIT estão arraigados estes princípios em sua agenda de atuação em busca do trabalho decente para todos. De acordo com a ONU^b (2018), o trabalho decente “deve constituir a essência das estratégias mundiais, nacionais e locais para alcançar o progresso econômico e social e para dar cumprimento aos objetivos de desenvolvimento do milênio relacionados com a erradicação da pobreza extrema”. Neste sentido, a OIT atua na vanguarda do cumprimento de tais objetivos ao definir e promover padrões e princípios e direitos fundamentais no trabalho, criar maiores oportunidades para mulheres e homens no emprego decente e renda, melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos e ao fortalecer o tripartismo pelo diálogo social como parte de sua natureza de atuação (OIT^b, 2018).

4.3.1.2 Estrutura relacionada à OIT

A OIT gerencia um sistema de cooperação no qual governos, organizações de empregadores e de trabalhadores atuam pela promoção do diálogo em busca da promoção do progresso social e econômico de todos (OIT^a, 2018). Neste sentido, a OIT define seu próprio sistema de atuação como baseado em um Tripartismo de diálogo social instituído para estabelecer padrões trabalhistas, desenvolver políticas e elaborar programas de cooperação (OIT^a, 2018). A estrutura da OIT, prevê equidade entre trabalhadores e empregadores frente aos governos em suas deliberações assegurando um diálogo social em ação que assegura que os pontos de vista de todos serão refletidos nas normas, políticas e programas de trabalho que

direcionam a OIT que, quando apropriado, atuará no auxílio de implementação de políticas nacionais sobre questões sociais, econômicas dentre outras (OIT^a, 2018).

A OIT atua através de três órgãos principais que incluem representantes do sistema de tripartismo da qual é adepta. O primeiro órgão é a Conferência Internacional do Trabalho que estabelece as normas internacionais do trabalho e as políticas gerais da OIT, servindo, também, de fórum para discussão de questões sociais e trabalhistas importantes (OIT^a, 2018).

O segundo órgão, chamado corpo governante é o Conselho Executivo da OIT que se reúne três vezes por ano para tomada de decisões sobre a política da OIT e o estabelecimento do programa e do orçamento que será submetido à Conferência anual (OIT^a, 2018).

O terceiro órgão, é a Secretaria Internacional do Trabalho (SIT) que possui uma atuação permanente dentro da OIT sendo o ponto focal para as atividades gerais da organização, que são preparadas sob o escrutínio da gestão governante sob a liderança do Diretor-Geral da mesma (OIT^a, 2018). A gestão das atividades da SIT é auxiliada por comitês baseados no conceito de tripartismo que cobrem grandes indústrias e, também, é apoiada por comitês de especialistas em assuntos como treinamento vocacional, desenvolvimento gerencial, segurança e saúde ocupacional, relações industriais, educação de trabalhadores e problemas especiais de mulheres e jovens trabalhadores (OIT^a, 2018).

A OIT sustenta um sistema de supervisão de normas internacionais de trabalho que são apoiadas por uma supervisão única em nível internacional, a qual ajuda na garantia de que os países implementam e mantêm as convenções que são ratificadas dentro das convenções anuais realizadas na OIT e das quais os países são partícipes (OIT^a, 2018). Além da supervisão contínua, a OIT examina formas de melhoria da aplicação das normas nos Estados membros de maneira que, caso ocorra algum problema na aplicação destas normas, a OIT irá procurar auxiliar os países, por meio do diálogo social e da assistência técnica, o reenquadramento e a melhoria da aplicação das normas nestes países (OIT^a, 2018).

A OIT desenvolveu vários meios de supervisionar a aplicação das Convenções e Recomendações na lei e na prática, mas basicamente existem dois tipos de mecanismos de supervisão. O primeiro mecanismo é o “sistema regular de supervisão que realiza análise dos relatórios periódicos apresentados pelos Estados-Membros sobre as medidas que tomaram para aplicar as disposições das Convenções ratificadas” (OIT^a, 2018). O segundo mecanismo, são os chamados Procedimentos Especiais de representação que nada mais são do que “um

procedimento de reclamação de aplicação geral, juntamente com um procedimento especial para a liberdade de associação” (OIT^a, 2018).

Segundo a própria organização:

“Desde o início da década de 1950, a OIT tem prestado cooperação técnica à países de todos os continentes e em todos os estágios do desenvolvimento econômico. Os projetos são implementados através de uma cooperação estreita entre os países beneficiários, os doadores e a OIT, que mantém uma rede de escritórios nos países em todo o mundo” (OIT^a, 2018).

Neste sentido, a OIT é uma organização secular que atua em conjunto com as nações unidas por mais de 50 anos e que conta com experiência em cooperação para o desenvolvimento em todos os continentes e em todas as fases de desenvolvimento. Atualmente, é a única organização ligada a ONU que dispõe de um sistema de participação baseado em um tripartismo formado por governos, empresas e trabalhadores.

4.3.1.3 Relações com os países membros da OIT

A OIT, dentro do seu sistema de tripartismo baseado no diálogo social entre governos, empresas e trabalhadores, estabelece relações com seus mais de 180 países membros com base na cooperação e no diálogo para que estes se manifestem na discussão de proposição de normas junto às organizações de empregadores e de empregados. Posteriormente, a OIT monitora a atuação para que as normas discutidas e acertadas se mantenham dentro do conceito de trabalho digno com equidade e justiça social para todos (OIT^c, 2018).

Dentro dos conceitos fundantes da OIT está a ideia de que a proteção da paz vem pelo caminho da justiça social como forma de evitar conflitos desde suas origens no ano de 1919. Para atingir tal intento, a OIT possibilita um fórum para discussão sobre as questões relacionadas ao trabalho, e, também, monitoramento e assistência técnica para que os acordos e convenções sejam aplicadas da melhor maneira possível nos países membros da organização, mas sempre através do diálogo.

4.3.2 Ordem do discurso da OIT e a relação com a economia informal

Nesta seção foi verificado o sistema de crenças adotados pela organização, seu posicionamento e coerência interdiscursiva nos aspectos que se relacionam com a economia informal.

4.3.2.1 *Sistema de crença, posicionamento e coerência*

A OIT, como organização, é uma defensora do trabalho decente e da justiça social, por entender que somente através da atuação nestas frentes é que poderão ser evitados conflitos entre pessoas e países. Neste sentido, o direcionador principal do sistema de crenças da OIT está contido no trecho abaixo:

“A Organização Internacional do Trabalho (OIT) dedica-se a promover a justiça social e os direitos humanos e trabalhistas internacionalmente reconhecidos, perseguindo sua missão fundadora de que a justiça social é essencial para a paz universal e duradoura” (OIT^b, 2018).

De maneira direta, a organização se posiciona como uma entidade de defesa da equidade para que todos se beneficiem com a manutenção da paz. Neste sentido, ao exercer suas atividades na busca deste objetivo de paz, a organização dedica-se à busca de uma solução para um fator relevante o qual possui poder de gerar tensões entre e dentro das mais diversas nações. Este fator, para a OIT, se relaciona com a exploração do trabalho empregado que proporciona condições de produção mais baratas para a nossa sociedade, mas que provocam tensões entre trabalhadores e empregadores, bem como, provocam tensões entre países pela competição injusta ao qual estão expostos quanto ao custo de produção com uma mão de obra explorada.

“Num contexto marcado por mudanças aceleradas, os compromissos e esforços dos Membros e da Organização visando a colocar em prática o mandato constitucional da OIT, particularmente pelas normas internacionais do trabalho, para situar o pleno emprego produtivo e o trabalho decente como elemento central das políticas econômicas e sociais [...]” (OIT, 2008, p.4).

No discurso, a motivação fundamental da organização é, em parte, um resultado que envolve uma solução para relações de trabalho como elemento central de alívio de tensões para a manutenção da paz entre pessoas e nações. Neste sentido, a regulamentação para uma padronização do que a organização define como trabalho decente entra no discurso para que as discrepâncias nas relações de trabalho e produção não se tornem ameaça à paz conquistada. Dentro desta ideia, a OIT estabelece o conceito de trabalho decente que:

“[...] resume as aspirações das pessoas em suas vidas profissionais. Envolve oportunidades de trabalho que são produtivas e proporcionam uma renda justa, segurança no trabalho e proteção social para as famílias, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para as pessoas expressarem suas preocupações, organizarem e participarem das decisões que afetam suas vidas com igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as mulheres e homens” (OIT^c, 2018).

Dentro do sistema de crença da OIT, o alcance e a manutenção da paz vem pela equidade de oportunidades para as pessoas, com o trabalho produtivo tendo um papel fundamental na condição de desenvolvimento social e econômico. Neste sentido, toda a condição que foge do conceito de trabalho decente, entra pelo viés da injustiça social, pela degradação das condições de trabalho e pela exploração de trabalhadores. Em curto prazo tem como resultado o desemprego pela competição com custos injustos entre mercados e no longo prazo resulta em uma inviabilidade social e econômica de todo o sistema por promover risco à manutenção da paz pelo advento dos conflitos que tal situação fomenta. Algo que a OIT expressa como um entendimento já construído no período pós-primeira guerra em sua fundação:

“Houve um grande apreço pela importância da justiça social para garantir a paz, num contexto de exploração dos trabalhadores nas nações industrializadas da época. Houve, também, uma crescente compreensão da interdependência econômica mundial e da necessidade de cooperação para obter similaridade das condições de trabalho nos países que competem pelos mercados” (OIT^b, 2018).

A construção do entendimento acima, demonstra a preocupação da organização com a manutenção da paz por intermédio do alcance de condições de trabalho decente e justo para todos. Todavia, também, deixa evidente que tal intento tem em vista gerar condições equitativas de competição entre mercados. Algo que é reforçado em seguida por considerações de que:

“[...] o fracasso de qualquer nação em adotar condições humanas de trabalho é um obstáculo no caminho de outras nações que desejam melhorar as condições em seus próprios países”. (OIT^b, 2018).

Neste sentido, o discurso da OIT precipita sua própria atuação pela procura do estabelecimento de condições ao acesso de trabalho decente para todos, algo que é acompanhado de justiça social, condições de trabalho adequadas, proteção social por meio de direitos do trabalho e suporte governamental em situação de desemprego. Todavia, todas estas benesses, saudáveis e bem-vindas para todos os trabalhadores, servem para o estabelecimento condições sustentáveis de previsibilidade de custos com mão de obra em um ambiente de competição entre mercados, pois, segundo o diretor executivo do setor de empregos da OIT:

“Os efeitos desestabilizadores da informalidade vão além dos indivíduos, afetam as empresas, as receitas do Estado e o funcionamento adequado das instituições e políticas do mercado de trabalho” (OIT, 2013, p. 11).

Neste trecho do discurso de um alto representante da OIT, especificamente, chama atenção os impactos desestabilizadores nas empresas e as relações disto com o mercado de trabalho, que, por enfrentar competição à margem da regulação operando com custos mais

baixos, acaba por contribuir para a erosão da estrutura de funcionamento de empresas formais. Tal situação, deixa explícito o conflito estrutural que coloca em situação de latente confronto os atores atuantes na economia formal e na informal, conforme fora exposto na mediação sobre o tema conduzido pela OIT na 90ª conferência internacional do trabalho.

“De um lado, estão os que denunciam a economia informal como sendo um antro de concorrência desleal, de más condições de trabalho e de violações de princípios fundamentais; de outro, posicionam-se aqueles que dizem que essa é a economia real em muitos países onde o setor formal é limitado e destacam o seu potencial em matéria de absorção de mão-de-obra e de redução da pobreza” (OIT, 2006, p. 5).

Dentro deste contexto conflituoso gerado, a OIT alguns anos mais tarde aponta a concorrência injusta de maneira sutil e precisa como um problema além dos indivíduos que buscam subsistência na economia informal.

“A economia informal tem sido tradicionalmente vista como uma alternativa para mulheres e homens que não conseguem encontrar empregos na economia formal e que são, portanto, pressionados a aceitar qualquer trabalho ou criar seu próprio emprego por meio de atividades econômicas pequenas, até marginais. Nem todos na economia informal, no entanto, são pobres. Há aqueles que começaram operando à margem, mas através de seu dinamismo, cresceram com seus empreendimentos e saíram da pobreza. E pode haver empresas que são formais, mas optam por permanecer informais em alguns aspectos, para explorar a incapacidade de declarar renda às autoridades fiscais ou de registro dos proprietários e trabalhadores no ministério do trabalho ou no sistema de seguridade social”. (OIT, 2013, p.6)

Aqui o discurso da OIT encontra ressonância direta em Castells e Portes (1989) que afirmaram que a economia informal não é e, nem nunca será, um eufemismo para a pobreza. Neste sentido, pode ser interpretado que o discurso da OIT sobre o trabalho decente encontra um justo anteparo social para estabelecer um contexto de justiça social baseado em um argumento de convencimento que defende, também, a manutenção das condições de competição justa entre mercados.

Em outra perspectiva, é explícita a relação de competição entre mercados como, também, responsável por uma parcela do aumento da economia informal por parte de pessoas que buscam proteção da sua subsistência na atuação informal.

“[...] a integração econômica mundial tem confrontado muitos países e setores com grandes desafios no tocante à desigualdade de ingressos, à persistência de níveis de desemprego e pobreza elevados, a vulnerabilidade das economias diante das crises externas e o aumento, tanto do trabalho precário como da economia informal, que têm incidência na relação de trabalho e na proteção que esta pode oferecer” (OIT, 2008, p.1)

Para a OIT, a desigualdade entre países tem uma relação de desafio, frente o desemprego e a pobreza, para uma justa e efetiva promoção da integração econômica mundial. Neste sentido, o trabalho decente encontra dificuldades para estabelecer guarida em economias vulneráveis, pois o composto formado pela desigualdade entre nações, o trabalho precário e a economia informal reafirmam o desequilíbrio das condições necessárias ao trabalho decente buscado pela organização com base na competição justa.

“O desafio apresentado pela informalidade é grave e persistente, especialmente porque a economia informal é, frequentemente, caracterizada por altos níveis de pobreza, desigualdade e déficits no trabalho decente. Uma alta taxa de informalidade também surge nos casos em que uma grande população em idade ativa enfrenta a necessidade econômica de trabalhar, enquanto enfrenta uma falta generalizada de oportunidades de emprego formal” (OIT^d, 2018, p. 14).

Para o discurso da OIT, o trabalho precário e a informalidade são resultados, dentre outras coisas, de uma condição de vulnerabilidade econômica das pessoas e da desigualdade de competição entre mercados. Todavia, esta desigualdade se apresenta sob a forma de diferentes aspectos, os quais, especificamente, a OIT procura atuar no desenvolvimento de alternativas para o tratamento daqueles aspectos que se relacionam ao trabalho, dentre todos os diferentes aspectos que fomentam ou impulsionam a informalidade. Para tanto, a organização busca a padronização das condições de trabalho para todos (trabalho decente) permitindo uma condição de competição justa no que se relaciona aos custos do trabalho. Neste sentido, o resgate da ideia dentro do discurso da OIT^b (2018), de que basta apenas a falha de um país na busca de condições de trabalho decente, para que todo o sistema falhe, é mais do que verdadeira, pois haverá necessidade de adequação das condições de competição entre os demais países pela condição moderna da economia integrada atual. Neste sentido, a manutenção da competição justa é um problema desafiador na busca pelo trabalho decente, pois a condição de competição e o próprio trabalho decente são resultados provenientes de efeitos que se explicam muito além das condições econômicas de um país, mas, basicamente, residem nas diferenças de estágios de desenvolvimento que estes mesmos países enfrentam e convivem em suas relações comerciais mantidas com outros países.

No que toca ao trabalho, a OIT apresenta um discurso direto, referente à economia informal, que aponta os problemas de desenvolvimento em um mercado como um resultado consequente da adoção de políticas macroeconômicas governamentais falhas que tiveram como consequência o incremento e o fomento da economia informal.

“A informalidade é principalmente uma questão governamental. A expansão da economia informal pode muitas vezes ser imputada a políticas macroeconômicas e sociais inadequadas, ineficazes, mal planejadas ou mal implementadas, em muitos casos, formuladas sem uma consulta tripartida, e com falta de molduras legais e institucionais favoráveis e de boa governança para uma aplicação pertinente e efetiva das políticas e das leis. Algumas políticas macroeconômicas, incluindo as políticas de ajuste estrutural, de reestruturação econômica e de privatização, que não estavam suficientemente centradas no emprego, destruíram alguns empregos ou não criaram novos empregos suficientes na economia formal. Sem crescimento econômico forte e sustentado, os governos viram-se incapacitados para criar empregos na economia formal e para facilitar a transição da economia informal para a economia formal” (OIT, 2006, p. 10).

Nestas bases do discurso, a economia informal transparece uma conotação de efeito colateral e inadequado, portanto ruim e nocivo ao desenvolvimento de mercados por ser decorrente de falhas de implementação de políticas na busca pelo crescimento econômico. A organização acrescenta ainda que:

“Muitos países não possuem política explícita de criação de empregos e de empresas; tratam a questão da quantidade e da qualidade dos empregos como um fator residual, e não como um fator necessário para o desenvolvimento econômico”. (OIT, 2006, p. 10).

Em virtude da falta de ocupação no setor formal e da natural necessidade de subsistência de trabalhadores que ficaram desocupados em consequência de políticas que falharam em fortalecer o emprego e o mercado, a economia informal encontra um ambiente propício para se instalar como um resultado direto da destruição de empregos. Nesta condição, a conotação nociva, empregada pelo diretor executivo do setor de empregos da OIT, em referência à economia informal, não necessita de um comparativo que corrobore a inadequação da condição de trabalho na informalidade em relação ao que a OIT define como trabalho decente. Todavia, de maneira evidente, o trabalho decente pregado pela OIT não encontra enquadramento na condução de atividades informais na maioria dos casos, muito em razão das próprias características de exclusão que a maioria de tais atividades carregam em seu cerne constitutivo. A organização argumenta que, para uma reinserção no mercado formal de pessoas que atuam na economia informal pela destruição de empregos, o incentivo à transição da atuação informal para uma atuação formal é a solução para a informalidade. No entanto, para a organização, a economia informal que, também, é um berço de novos empreendimentos (OIT, 2013), somente entregará um saldo positivo se houver um entendimento de que a busca por transição da informalidade para a formalidade dos trabalhadores e das empresas informais é um problema multifacetado.

“A economia informal refere-se a diferentes situações com diferentes causas e problemas diferentes exigem soluções diferentes. O primeiro passo para projetar intervenções eficazes para facilitar as transições para a formalidade é reconhecer a heterogeneidade da economia informal, as diferentes categorias de trabalho envolvidas e os vários fatores que estão levando ao crescimento da economia informal e à informalização da economia formal”. (OIT, 2014, p. 4).

Para a OIT, devido às nuances e características da economia informal, tal transição não é algo simples, pois envolve, de maneira conjunta, políticas, mercados e estágios de desenvolvimento econômico diferentes entre os mais diversos países.

“Embora o objetivo e o desafio de sair da informalidade permaneçam, o caminho não é representado por um remédio unidimensional, mas uma abordagem gradual que pode catalisar a transição por meio de estratégias abrangentes e integradas que abordem os problemas de raiz economia informal”. (OIT, 2013, p.12).

Quanto aos problemas de origem da economia informal, as estratégias apontadas pela OIT consideram necessário um movimento econômico amplo abordando empresas e trabalhadores informais com proteção para ambos. Tal perspectiva visa contribuir para que o berço de empreendimentos surgidos na economia informal os conduzam naturalmente à formalização, bem como, os trabalhadores atuantes em tal economia consigam o almejado trabalho decente apontado pela OIT por meio de amparo governamental. Todavia, esta proteção não é necessária apenas para a proteção da economia informal, mas para uma proteção de toda a economia, incluindo a própria economia formal.

“A economia informal opera em um ambiente complexo de ligações entre as economias formais e informais, com trabalhadores e produtores da economia informal sendo ligados à economia global de várias maneiras [...]”. (OIT, 2014, p. 9).

Por trás do argumento de formalização da economia informal esconde-se a preocupação com a competição justa, mas, mais do que isso, encontra-se abaixo da superfície do discurso da OIT a certeza de que não proteger a transição gradual e adequada que aborde todas as nuances da economia informal, pelas próprias relações que está mantendo com a economia formal, esta última se encontrará em risco. Talvez, a necessidade de entender o mecanismo de impacto mútuo entre economia formal e informal proporcionado por suas atividades, tenha levado à busca por explicações relacionados aos mecanismos de funcionamento da economia que fazem o crescimento chegar ou não aos pobres e os mantendo vulneráveis e susceptíveis à informalidade.

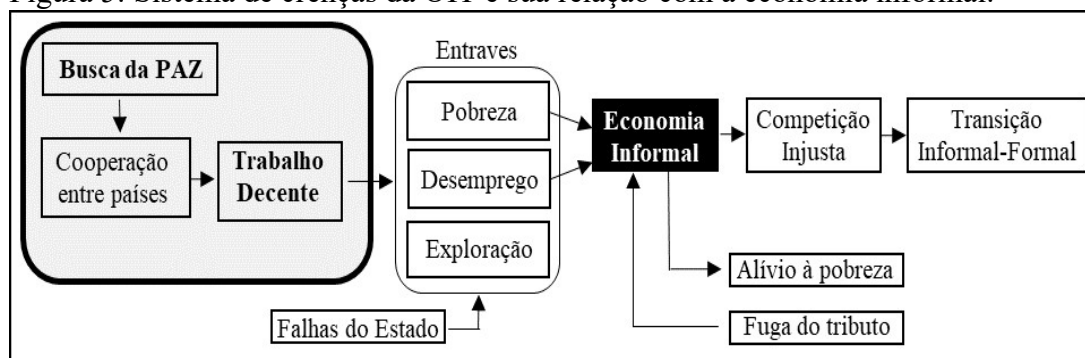
“Nos últimos anos, muitos países dedicaram atenção considerável ao emprego informal, tentativas foram feitas para entender os mecanismos pelos quais os benefícios do crescimento podem ou não ser transmitidos aos pobres. Um novo consenso surgiu em torno da crença de que se o crescimento econômico não está

associado à criação de empregos formais, uma mudança para melhores oportunidades de emprego na economia formal e uma melhoria nas condições de emprego em atividades informais, continuará gerando desigualdade, pobreza e vulnerabilidade”. (OIT,2014, p. 8).

De acordo com o novo consenso, há uma contradição nos porões do discurso da OIT sobre o reforço da melhoria de condições do trabalho (trabalho decente) em uma situação de crescimento econômico pelo fato de que tal melhoria não se relaciona com a criação de postos de trabalho. Nas entrelinhas deste novo consenso está o conceito de que a melhoria das condições de trabalho, apenas irá repassar o custo social para o estado das relações de proteção, amparo e vulnerabilidade social presentes na informalidade que são resultantes dos próprios mecanismos econômicos formais. O discurso da OIT, literalmente, aponta que por este caminho a desigualdade, a pobreza e a vulnerabilidade não serão erradicados de nossa sociedade, mas seguirão como flagelos sociais amenizados pela atuação do Estado. Por outro lado, a paz, conceito fundamental de sua fundação, esta será mantida pela amenização dos efeitos que a competição econômica desigual fomenta em termos conflitos entre mercados, classes e pessoas como os mediados na 90ª conferência internacional do trabalho.

De acordo com o discurso da OIT, o sistema de crenças de tal organização pode ser representado pela figura 5, que demonstra uma base simples de busca pela paz por intermédio da cooperação entre países na promoção do trabalho decente e sem exploração.

Figura 5: Sistema de crenças da OIT e sua relação com a economia informal.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Nestes aspectos, o discurso da OIT apresenta considerações que a posicionam, enquanto organização, como uma feroz entidade defensora do trabalho decente, seja ele formal ou informal. Mas, ao mesmo tempo, é uma organização que instiga uma conotação quase que negativa à toda a atividade presente na economia informal como já fora afirmado por Katalin (2015). Tal conotação negativa se apresenta pela informalidade ter o poder colocar em risco todo o sistema de trabalho decente que a organização almeja e que considera como uma das

premissas básicas relacionadas à manutenção da paz. Desta forma, apesar de reconhecer que a informalidade é um meio de alívio à pobreza e um berço de empresas, para a OIT é preciso apontar caminhos que levem à transição da informalidade para a formalidade como um objetivo relacionado com a proteção do sistema econômico vigente e da paz que fora celebrada como parte constituinte de suas bases fundantes no ano de 1919. Desta visualização do discurso da OIT, pode ser inferido que não é, necessariamente, o trabalho inserido em nosso sistema econômico que esta organização procura proteger, mas o próprio sistema. Todavia, a proteção do trabalho é uma consequência natural do bom funcionamento do sistema no qual ele está inserido. Neste sentido, todo o discurso da OIT se volta para o trabalho de maneira protetora, ainda que, no âmago de suas intenções que se encontram abaixo da superfície deste discurso esteja a proteção do sistema no qual este trabalho está inserido.

Do ponto de vista teórico, o discurso da OIT sobre a economia informal, ganha contornos distintos quando relacionados a atividades de fuga da regulamentação de empresas que são informais, pois a OIT entende que isso são escolhas empreendedoras relacionadas à atuação nos moldes preconizados pela escola voluntarista da economia informal de (Maloney 2004). Neste sentido, a única forma de promover a transição informal-formal para essas empresas é ser percebida vantagens na sua inserção na economia formal por parte dos empreendedores informais que as conduzem.

Por outro lado, em questões relacionadas ao contexto de mudança gradual na transição informal-formal, o discurso da OIT se torna estruturalista por entender que a situação de uma transição não gradual traria problemas pelos laços de relacionamento profundos presentes entre a economia formal e a informal.

Do ponto de vista da coerência interdiscursiva, o discurso da OIT se mantém coerente à sua busca pelo trabalho decente e a distensão de conflitos que poderiam colocar em risco sua premissa básica de manutenção da paz. Todavia, ainda que, para atingir tais intentos, o discurso utilize a defesa da proteção social governamental como artifício de minimização dos efeitos relacionados ao trabalho precário, mas que não contém uma perspectiva de redução da informalidade. Neste sentido, “uma melhoria nas condições de emprego em atividades informais, continuará gerando desigualdade, pobreza e vulnerabilidade” (OIT, 2014, p. 8), ou seja, busca uma solução para o trabalho precário com um contínuo fomento a economia informal.

Ideologicamente, o discurso da OIT proporciona uma visualização do trabalho por uma lente que denota um importante papel dentro da economia e no qual determina grandes impactos sociais quando não bem gerenciados. A proteção do trabalho e a condição decente de sua realização são argumentos arraigados nas entranhas do discurso da OIT. No entanto, a intenção de tal discurso resvala no direcionamento da manutenção das vantagens e privilégios que o *status quo* possui e com os quais direciona os rumos da economia. A solução para os problemas relacionados ao trabalho decente, não estimula ou proporciona condições para conter a desigualdade, a pobreza e a vulnerabilidade social se o crescimento econômico não estiver associado à criação de empregos (OIT, 2014). Neste sentido, o objetivo do discurso interposto pela OIT, parece ser mais preocupado em distender um provável conflito que a chancela e a tutela das riquezas e vantagens de alguns poderiam promover como reação violenta de uma grande parcela que se encontra explorada, excluída ou atuando dentro da economia informal. A minimização dos efeitos, que poderiam ser o estopim de um conflito, se baseia no discurso do trabalho decente e na afirmação de que a economia informal é uma questão governamental conforme argumentado no discurso da OIT. Em resumo, se mostra como sendo um discurso relacionado à proteção do trabalho, mas que, ao mesmo tempo, busca a proteção da chancela e da tutela das riquezas e das vantagens que alguns possuem. Algo que vai ao encontro da premissa básica de fundação dessa organização, pois busca evitar o choque entre quem detém o capital e quem detém a força de trabalho. A paz é o objetivo maior, ainda que a vulnerabilidade, a desigualdade e a pobreza sejam flagelos que participem da erosão das bases de sustentação para a manutenção desta mesma paz.

4.4 Intertextualidade manifesta entre os discursos das organizações

Há uma percepção de que os discursos das organizações se cruzam procurando ressonância e complemento um no outro. Neste sentido, a intertextualidade representa um cruzamento de discursos e a presença destes mesmos discursos dentro uns dos outros, algo que vai ao encontro do que a OMC declara como importante para a obtenção de coerência entre as organizações na formulação de políticas globais.

“Um aspecto importante do mandato da OMC é cooperar com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras instituições multilaterais para obter maior coerência na formulação de políticas econômicas globais”. (OMC, 2015, p.109).

O trecho acima é uma manifestação explícita da busca por intertextualidade entre organizações, conforme a OMC descreve as relações de coerência que são almejadas. Neste

contexto de busca por convergência e por complementos, um ponto de partida para verificação da intertextualidade entre organizações está atrelado ao tempo de existência das organizações estudadas. Todavia, isto não implica que a inserção de parte de um discurso de uma organização mais nova não possa estar presente em um discurso de uma organização mais antiga.

Deste ponto de partida, a OIT se constitui como a mais antiga organização supranacional e que, por tal condição, representa um papel de proeminente ponto de partida entre os discursos presentes neste estudo. Desta forma, é inegável que as bases do discurso da OIT são predecessoras das bases dos discursos do Banco Mundial e da OMC.

De acordo com as bases fundantes da OIT, a busca pela paz ou a manutenção dela é um aspecto importante de suas origens enquanto organização.

“A Organização Internacional do Trabalho (OIT) dedica-se a promover a justiça social e os direitos humanos e trabalhistas internacionalmente reconhecidos, perseguindo sua missão fundadora de que a **justiça social é essencial para a paz universal e duradoura**”. (OIT^b, 2018, grifo meu).

Parte dessa mesma manifestação, se apresenta presente no discurso da OMC com outra roupagem, mas essencialmente colocando a paz dentro do rol de benefícios que o comércio pode proporcionar.

“Quando a economia mundial está turbulenta, o sistema comercial multilateral pode contribuir para a estabilidade. Alguns argumentam que isso **pode contribuir para a paz internacional**. A história está repleta de exemplos de disputas comerciais que se transformam em conflitos armados. É uma afirmação que não deve ser exagerada, mas há verdade nisso”. (OMC^a, 2017, p. 48, grifo meu).

No caso, a vinculação da paz ao sistema de comércio multilateral baseado na competição justa presente em todo o discurso da OMC, é um efeito que não é buscado pela organização, mas a mesma não deixa de reconhecer que a paz pode ser uma consequência dos benefícios que o sistema provê para as relações entre países. Desta forma a conotação de efeito inesperado pode ser considerada uma benesse proporcionada pelo sistema, mas, de maneira inequívoca, explica a ausência da busca pela paz no sistema de crença da OMC. A indeterminação do sujeito contida na frase: “Alguns argumentam que isso pode contribuir para a paz internacional” presente no trecho acima, aponta claramente que a OMC não reivindica tal efeito como próprio de seu sistema, mas aponta que terceiros o reconhecem como verdadeiro.

No discurso do Banco Mundial, a paz também não é centrada como sendo uma parte do sistema de crença da organização, de maneira igual ao discurso da OMC, mas as referências à paz se mostram como uma condição desejável para a ocorrência do avanço econômico. O

Banco Mundial, em um de seus textos se refere as dificuldades econômicas geradas pela instabilidade e pelos conflitos sociais internos que haviam ressurgido no ano de 2012 em Mali. Neste texto da organização, há elementos de apoio pela busca da paz para que seja estabelecido um caminho em direção ao crescimento econômico.

“A restauração da segurança e a realização do acordo de paz são passos necessários para apoiar o crescimento econômico e sustentar a melhoria das condições de vida, particularmente entre os afetados pelo conflito”. (THE WORLD BANK^b, 2013, p. 114, grifo meu).

No trecho acima, o Banco Mundial estabelece a condição de necessidade da paz para que os problemas que fizeram eclodir os conflitos sociais em Mali fossem solucionados. Para a organização, o crescimento econômico e a consequente melhoria de vida somente poderiam ser alcançados por uma esteira de movimentos que conduzissem à pacificação dos conflitos em Mali.

A presença da busca pela paz no discurso da OIT, não representa uma intertextualidade dentro dos discursos da OMC e do Banco Mundial. Todavia, os discursos da OMC e do Banco Mundial apresentam uma complementação ao discurso da paz pela justiça social da OIT pela inserção de ângulos diferentes de referência à esta mesma paz. Por um lado, com a importância de um comércio justo e equitativo para a paz, e por outro pela importância da busca por crescimento econômico em um ambiente pacífico.

Saindo de dentro do conceito inicial de paz oriundo das ideias fundantes da OIT em 1919, é presente nos discursos das organizações supranacionais um aspecto relacionado a abertura de mercados que representa boa parte das justificativas das atuações destas organizações em escala global. Neste sentido, a perspectiva de crescimento econômico como resultado de uma condição necessária de abertura comercial para o comércio entre países ganha relevância fundamental dentro dos discursos do Banco Mundial e da OMC.

Para a OMC, a abertura dos mercados e a condução negociada do comércio internacional entre países é uma condição fundamental de desenvolvimento e de prosperidade para todos.

“Existem várias formas de olhar para a OMC. É uma organização para liberalizar comércio. É um fórum para os governos negociarem acordos comerciais. É um lugar para eles resolverem disputas comerciais. Opera um sistema de regras comerciais”. (OMC, 2015, p.9, grifo meu).

No trecho acima, fica evidente a intenção de abertura pela liberalização do comércio, algo precipitado pelos argumentos de que “...o comércio permite uma divisão de trabalho entre países. [...]. Permite que os recursos sejam usados de forma mais eficiente e efetiva para a produção”. (OMC^a, 2017, p.22, grifo meu). A organização acrescenta, ainda que o “sistema da OMC contribui para o desenvolvimento” (OMC, 2015, p. 12).

Dentro do discurso do Banco Mundial, a abertura de mercado, também se mostra como fundamental para o desenvolvimento.

“A participação no comércio internacional permite expandir as empresas, aumentar os padrões de eficiência, importar materiais a um custo menor e adquirir tecnologias atualizadas e melhores”. (THE WORLD BANK, 2016a, p. 6, grifo meu).

Neste trecho, fica evidente que pela possibilidade de alcance internacional de mercados ocorrerão expansões de empresas e, por consequência uma expansão, também, do mercado de trabalho. Em ambos os discursos, a abertura de mercado representando o desenvolvimento é tão intenso e, de tal maneira convergente, que se o trecho referente ao Banco mundial fosse creditado à OMC, ou vice-versa em nada afetaria o sistema de crenças de ambas as organizações. O viés do crescimento vem na esteira da abertura de mercado com causas e consequências devido às discrepâncias entre estágios de desenvolvimento entre diferentes países, algo que fomenta o movimento migratório de empregos evidenciando problemas de criação de novos postos de trabalho ou de realocação destes dentro da economia. Neste sentido, a OIT, pondera que:

“Muitos países não possuem política explícita de criação de empregos e de empresas; tratam a questão da quantidade e da qualidade dos empregos como um fator residual, e não como um fator necessário para o desenvolvimento económico”. (OIT, 2006, p. 10).

Apesar da convergência de discursos entre a OMC e o Banco Mundial, a OIT pondera a abertura relacionada ao desenvolvimento econômico complementando que este último não ocorre à revelia da criação de empregos. Já, em uma outra perspectiva complementa a condição de abertura pela ótica do trabalho, assumindo a abertura de mercado como algo irreversível e que como tal condiciona e molda todo o mercado internacional de trabalho.

“[...] o fracasso de qualquer nação em adotar condições humanas de trabalho é um obstáculo no caminho de outras nações que desejam melhorar as condições em seus próprios países”. (OIT^b, 2018).

Entrando na seara relacionada aos empregos, a competição injusta entra nos discursos das organizações e com isso, a informalidade se torna objeto dos mesmos.

Para o Banco Mundial:

“Algumas empresas tentam evitar essas consequências ao não registrar seus negócios e permanecer no setor informal. Um grande setor informal pode representar um desafio para as empresas formais concorrentes, uma vez que as empresas informais podem se envolver em práticas que **podem dar uma vantagem injusta** sobre as empresas formais que devem cumprir as regras e regulamentos vigentes”. (WORLD BANK¹, 2016, p.8, grifo meu)

Para a OIT:

“Nem todos na economia informal, no entanto, são pobres. Há aqueles que começaram operando à margem, mas através de seu dinamismo, cresceram com seus empreendimentos e saíram da pobreza. E pode haver empresas que são formais, mas optam por permanecer informais em alguns aspectos, para explorar a incapacidade de declarar renda às autoridades fiscais ou de registro dos proprietários e trabalhadores no ministério do trabalho ou no sistema de seguridade social”. (OIT, 2013, p.6, grifo meu)

Os recortes acima dos discursos do Banco Mundial e da OIT são de tal forma convergentes que se em um cita o problema da vantagem injusta no outro é enumerada estas vantagens. Os discursos destas agências, se fundem e se misturam compondo um retrato de maior completude sobre a injusta competição entre a empresa informal e a formal. Algo que, ainda é reiterado pela OIT sobre o poder de desestabilização que a informalidade possui para as empresas e para o mercado de trabalho conforme o trecho:

“Os efeitos desestabilizadores da informalidade vão além dos indivíduos, afetam as empresas, as receitas do Estado e o funcionamento adequado das instituições e políticas do mercado de trabalho” (OIT, 2013, p. 11, grifo meu).

A economia informal não entra em discussão diretamente dentro da ordem do discurso da OMC analisado de maneira separada anteriormente, no entanto a posição desta organização em relação ao tema é demonstrada de maneira clara em documento produzido em conjunto com a OIT que diz:

“A persistência da informalidade demonstrou as dificuldades que a economia formal enfrenta para ganhar competitividade, contribuir para o crescimento do produto com fortes exportações líquidas e para absorver trabalhadores no emprego formal”. (OIT - OMC, 2009, p. 105, grifo meu).

Aqui, fica evidente o alinhamento, também da OMC, ao que são posições claras do Banco Mundial e da própria OIT quanto ao aspecto negativo da informalidade no mercado

formal e em seus empregos. No entanto, a própria OIT abranda um pouco o discurso frente a economia informal por entender que esta é uma válvula de escape social que produz consumo para a própria economia formal.

“A economia informal opera em um ambiente complexo de ligações entre as economias formais e informais, com trabalhadores e produtores da economia informal sendo ligados à economia global de várias maneiras [...]”. (OIT, 2014, p. 9).

O Banco Mundial, também, abranda o discurso ao apontar um maior valor no aspecto social do trabalho informal como uma forma de alívio à pobreza ao comparar este com um trabalho formal que gera custos para a sociedade.

“[...] um emprego pode afetar o bem-estar dos outros e não apenas o bem-estar de quem detém o trabalho, dois empregos que podem parecer idênticos do ponto de vista individual ainda podem ser diferentes em uma perspectiva social. Em uma sociedade que valoriza a redução da pobreza, um trabalho informal que tira uma família da pobreza deve ser visto como mais valioso para a sociedade. Um trabalho em uma indústria protegida que precisa de apoio por meio de transferências (pelos contribuintes ou pelos consumidores) é menos valioso para a sociedade e ainda menos valioso se a necessidade de proteção estiver associada ao uso de tecnologia obsoleta que resulta em altos custos ambientais”. (THE WORLD BANK^b, 2013, p.161).

O abrandamento do discurso do Banco Mundial quanto à Economia Informal, no entanto, se torna um argumento discursivo para que seja desferido um petardo certeiro contra o protecionismo que vai em sentido contrário à abertura de mercado presente em seu sistema de crenças.

Em outra direção, no entanto, todas as organizações são claras em relação à importância dos governos no que tange a Economia Informal. Neste sentido, tal importância se caracteriza para o bem e para o mal. De um lado com atuação propositiva de auxílio às necessidades de políticas regulatórias, de adequação, de apoio e suporte ao mercado e de outro apontando as mazelas que desembocam na Economia Informal como falhas governamentais.

Para o Banco Mundial, a estrutura econômica proporcionada pelos governos são os direcionadores para o bem ou para o mal de uma economia.

"Na maioria dos países em desenvolvimento, o governo desempenha um papel muito importante na definição da estrutura da economia". (THE WORLD BANK, 2012, p. 275).

Neste sentido, pode ser dito que para o Banco Mundial, a estrutura e a saúde de uma economia, bem como a natureza dos empregos que esta carrega, são resultados de uma parcela importante de contribuição que cabe ao desempenho dos governos e que impacta o próprio

funcionamento desta economia. Aqui o discurso da OIT encontra um paralelo para atribuir a expansão da Economia Informal a falhas governamentais.

“A informalidade é principalmente uma questão governamental. A expansão da economia informal pode muitas vezes ser imputada a políticas macroeconômicas e sociais inadequadas, ineficazes, mal planejadas ou mal implementadas, em muitos casos, formuladas sem uma consulta tripartida, e com falta de molduras legais e institucionais favoráveis e de boa governança para uma aplicação pertinente e efetiva das políticas e das leis”. (OIT, 2006, p. 10, grifo meu).

O banco reforça o argumento da ineficiência governamental ao atribuir a condição de pobreza à possíveis falhas governamentais. Neste sentido, aqui cabe o resgate da notória relação entre pobreza e economia informal com uma busca de alívio econômico (HART, 1973; LAPORTA e SCHLEIFER, 2008; WILLIAMS, 2013; ALVAREZ e BARNEY, 2014). Logo, se a OIT aponta que falhas governamentais resultam na expansão da Economia Informal sendo que essa é, em sua grande parte, uma consequência da condição de pobreza, o Banco Mundial aponta a própria pobreza como uma falha governamental.

“A pobreza é encontrada em todos os lugares em que a falta de saúde e a falta de educação privam as pessoas de emprego produtivo; onde os recursos ambientais foram esgotados ou estragados; e onde corrupção, conflito e má governança desperdiçam recursos públicos e desencoraja o investimento privado”. (THE WORLD BANK^a, 2013, p.28)

A complementaridade entre o discurso da OIT e do Banco Mundial é acrescido de uma afirmação que parece ir em sentido oposto dentro do discurso da OMC, mas é um complemento ao discurso das duas organizações. Nesse sentido, o discurso da OMC, parece inferir que a culpabilidade governamental pode estar associada, também, a falhas de programas governamentais de resgate social de pessoas que perderam seus empregos pela natureza de ameaça que representa o comércio.

“Reconhecer que o comércio pode ser uma ameaça, é importante, social e politicamente. Os trabalhadores que perderam seus empregos precisam de apoio e as pesquisas sugerem fortemente que as pessoas são muito mais propensas a favorecer a abertura do comércio se elas sabem que um suporte estará disponível. É por isso que os governos precisam manter programas sociais eficazes que protejam os trabalhadores que perdem seus empregos através do comércio e ajudem a treiná-los para encontrar novos empregos”. (OMC^a, 2017, p. 16, grifo meu).

Para a OMC, as falhas que poderiam levar à uma condição de desemprego e, por consequência, uma expansão da informalidade, vão além de questões de estruturação da economia (Banco Mundial) ou de políticas macroeconômicas falhas adotadas em um mercado (OIT), pois são falhas ligadas a ingerência governamental frente às mazelas que o comércio

produz. Logo, apesar de parecer possuir um sentido oposto ao apresentado pela OIT e pelo Banco Mundial ao apontar o comércio como uma ameaça, a OMC acaba por apresentar o motivo pelo qual as falhas das políticas governamentais são relevantes tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social. Enquanto a OIT faz referência a políticas sociais inadequadas, a OMC aponta diretamente quais são estas políticas que podem falhar. Nesse sentido, mesmo que políticas macroeconômicas e de estruturação de mercado sejam adequadas, se houver falha no resgate social dos desempregados gerados pelo comércio aberto e global, a falha não será estrutural ou econômica, mas será uma falha de fornecimento e suporte de condições sociais de reinserção de pessoas no mercado de trabalho.

Todavia, a OMC não deixa de entrar em questões de regulamentação do mercado de trabalho e que são diretamente relacionadas à atuação governamental frente ao desemprego.

“[...] instituições do mercado de trabalho e regulamentos do mercado de trabalho têm uma influência importante no custo de estar desempregado e, em última análise, na duração do desemprego”. (OMC^b, 2017, p. 6, grifo meu)

Logo, a OMC se insere dentro do mesmo contexto discursivo exposto pela OIT e pelo Banco Mundial, atribuindo maior profundidade à importância do governo quanto ao trato do emprego e da importância do resgate social como instrumento de prevenção indireta ao incremento da economia informal. Ainda, levando em consideração a intertextualidade e a convergência dos discursos das organizações supranacionais, de forma direta ou indireta, foi percebido que a economia informal é reconhecida como um entrave ao desenvolvimento do ponto de vista de mercado e do ponto de vista social, notadamente nas questões relacionadas ao trabalho decente que norteia o discurso da OIT. Todavia, um aspecto importante em relação à economia informal que se encontra quase que ausente nos discursos do Banco Mundial e da OMC é a proposição de soluções para a resolução do entrave que a economia informal representa. Pode ser aventado que a OMC chega a arranhar a superfície do assunto ao sugerir que as instituições e as regras impactam no custo e na duração do desemprego (OMC^b, 2017), logo desregulamentar o mercado de trabalho significaria remover embaraços minimizando o período de duração do desemprego que é um reconhecido fator de incremento da economia informal. Todavia, de maneira efetiva, apenas a OIT argumenta de maneira clara e direta que a transição da economia informal para uma economia formal é um esforço de vários níveis para a solução da problemática que a informalidade de um mercado representa.

“A economia informal refere-se à diferentes situações com diferentes causas e problemas que exigem soluções diferentes. O primeiro passo para projetar intervenções eficazes para facilitar as transições para a formalidade é reconhecer a

heterogeneidade da economia informal, as diferentes categorias de trabalho envolvidas e os vários fatores que estão levando ao crescimento da economia informal e à informalização da economia formal”. (OIT, 2014, p. 4).

Evidentemente, que o espectro de funcionalidade para a facilitação da transição informal-formal por meio de intervenções eficazes, conforme o discurso da OIT acima, passa por medidas de desregulamentação e desburocratização, dentre outras medidas necessárias. Tal facilitação deve ser voltada para o resgate de pessoas que atuam na informalidade pela falta de acesso ao emprego e, também, voltada para aqueles que são informais em nome de uma fuga aos tributos. Logo, a solução para a economia informal alimentada por uma busca de fuga aos tributos passa por uma mudança de percepção quanto ao custo-benefício na escolha de uma atuação dentro da economia formal ao invés do contrário. Neste sentido, o que a OMC chega a arranhar na superfície do tema sem, no entanto, entrar nele, acaba por ser um complemento no que a OIT aponta como intervenções eficazes para a facilitação da transição da economia informal para a economia formal. Por outro lado, a OMC aponta que políticas sociais governamentais de resgate e reinserção no mercado de trabalho são fatores que resultam em uma transição de um emprego informal para um formal.

“[...] governos precisam manter programas sociais eficazes que protejam os trabalhadores que perdem seus empregos através do comércio e ajudem a treiná-los para encontrar novos empregos”. (OMC^a, 2017, p. 16)

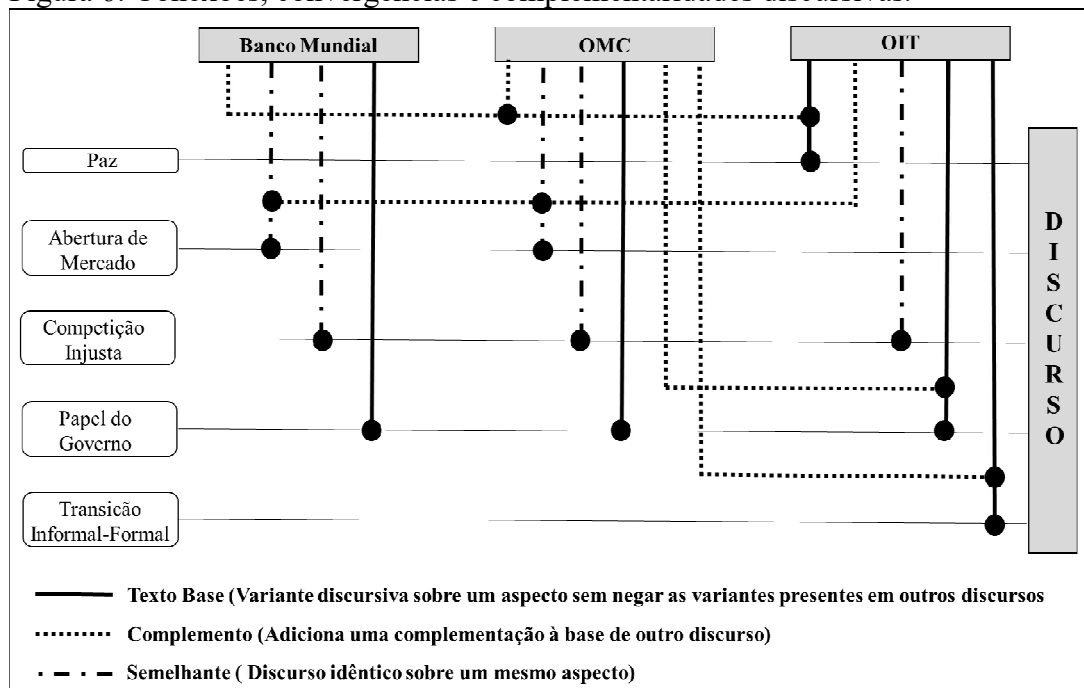
Nesse sentido, claramente a OMC complementa o discurso da OIT ao apontar a forma de reinserção das pessoas no mercado formal de trabalho.

Levando em consideração as particularidades que conectam, articulam e convergem em complementaridade dentro dos discursos das organizações supranacionais, as intertextualidades manifestas se mostram como evidências que conferem um caráter de manifestações que se comunicam entre si dentro dos discursos analisados.

Na figura 6 abaixo, são apresentadas as relações de convergência intertextual sobre elementos que são comuns em, ao menos, dois dos discursos das organizações supranacionais analisados. Nesse sentido, a figura 6 apresenta as semelhanças discursivas tendo como referências os aspectos comuns verificados dentro dos discursos os quais foram: A paz; abertura de mercado, competição injusta, papel do governo e a transição informal-formal. As relações com a economia informal perpassam estes aspectos que, em alguns discursos, se mostram como presentes dentro do sistema de crença das organizações e em outros são derivados dos sistemas de crença destas organizações. Como parte integrante do sistema de crença, foi verificado que

a Paz é parte integrante do sistema de crença da OIT e a abertura de mercado parte do sistema de crença tanto da OMC quanto do Banco Mundial. Todos os demais aspectos são derivados dos sistemas de crenças presentes no discurso das organizações supranacionais analisadas.

Figura 6: Conexões, convergências e complementaridades discursivas.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

As características de articulação dos discursos, se apresentaram sob três formas distintas que foram: Texto base, complemento e semelhança. Em todas estas formas os traços de convergência e complementação denotaram uma condição de articulação entre os discursos analisados, visto que em momento algum houve discrepâncias que levassem há uma condição de divergência entre os discursos analisados.

Na figura 6, a representação do texto base, demonstra que a construção discursiva das organizações sobre um mesmo aspecto, pode se dar baseado em pontos de vista diferentes, mas, sem sombra de dúvidas, são discursos com bases que não se anulam ou procuram contradizer outras bases presentes nos demais discursos. Neste sentido, fica evidente que apenas estabelecem pontos de vista diferentes pela própria natureza diferente da área de atuação na qual cada organização desenvolve e interpõe, de maneira direcionada, os seus respectivos discursos produzidos.

A convergência dos discursos das organizações, fica explicitada de maneira clara pelas complementaridades dos discursos com a articulação entre estes discursos sendo evidenciada pela inserção de complementos discursivos provenientes de uma organização nos textos bases

de outras. Pode inclusive ser inferido, neste exato ponto da análise, que a cumplicidade de ideias por detrás dos discursos de uma organização em relação ao discurso de outra denote um aceite resolutivo que dissiparia qualquer incongruência ou qualquer possível divergência estrutural ou derivada dentro dos discursos das organizações supranacionais em relação ao que tange à economia informal. Tal perspectiva pode ser explicada pelo fato de que o sistema de crenças e os aspectos derivados deste mesmo sistema, são relações discursivas construídas de maneira encadeada e coerente nos discursos de uma organização, logo se o complemento de uma organização se encaixa em outra, há uma congruência de aceite ao sistema de crença que precede este mesmo complemento.

No entanto, cabe ressaltar que, dentro do discurso do Banco Mundial, o seu posicionamento belicoso e de contrariedade à economia informal se faz evidente ao ser percebido que na figura 6 há um único momento no qual o discurso se conecta com outros discursos a partir de seu próprio ponto de vista e evidenciado no aspecto relacionado à paz. Nos demais ponto de interseção entre os discursos, os outros discursos é que buscam complementaridade ao discurso do banco mundial ou guardam idêntica semelhança entre eles. Tal comportamento belicoso do discurso da Banco Mundial se mostra mais evidente ao apresentar uma completa ausência de qualquer conteúdo discursivo em relação a transição informal-formal presente nos outros discursos. Todavia, isto denota coerência ao discurso desta organização, pois não poderia ser um discurso contrário à economia informal e ao mesmo tempo reconhecer tal economia como passível de formalização, pois isto seria negar toda a construção discursiva de contrariedade presente dentro do discurso do Banco Mundial.

Por outro lado, o fator de semelhança evidenciado dentro da análise do discurso realizada junto às organizações supranacionais, exemplifica o quanto estes discursos são convergentes e se articulam entre si. Há uma percepção de que, partindo de sistemas de crença diferentes, os discursos apresentam idêntica semelhança em pontos importantes que se relacionam com a economia informal. Deste modo, se precipita a validação de que tal idêntica semelhança dos discursos está imbuído do poder de negar possíveis traços de divergência entre os sistemas de crença presentes nos discursos destas organizações. Tal percepção, advém da possibilidade de ser afirmado que se a ordem dos fatores presentes nos sistemas de crenças e a natureza destes não incorrem em diferenciação discursiva sobre determinados aspectos presentes, é válido afirmar que os sistemas de crença se comunicam e se articulam entre si à ponto de chegarem aos mesmos discursos sobre os mesmos aspectos presentes em outros discursos. Neste sentido, de uma maneira geral, são discursos que defendem sistemas de crenças

diferentes pelas razões que movem suas respectivas organizações, mas, intimamente, são idênticos por sua própria condição de serem discursos construídos em sentido de convergência uns com os outros para conceber e determinar uma completa e abrangente submissão ideológica sobre os pilares que sustentam qualquer economia e que são o capital, o trabalho e a produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia informal representa uma grande parcela da economia que, apesar das dificuldades de uma mensuração precisa (DIXON, 1999; SCHNEIDER, 2006; BARBOSA FILHO, 2013), constitui um mercado que pode chegar à cerca de 40% de toda a movimentação econômica mundial, segundo estimativas de Williams (2015). Mediante impressionante volume econômico que as atividades informais movimentam, o estudo da economia informal é um importante chamado para o entendimento do mecanismo de funcionamento que movimenta tal economia. Um chamado ao estudo das causas e consequências da economia informal, e, também, um chamado para uma melhor compreensão de como a economia informal é visualizada por organizações que possuem um impacto global nos modos de operação da economia mundial. Nesse contexto, os discursos sobre a economia informal de organizações que representam a base de sustentação de uma economia (capital, o trabalho e a produção), definidos por Smith A. ([1776]1996) como os pilares econômicos que impulsionam o bem-estar e a riqueza das nações, compreende um universo de novas possibilidades de entendimentos sobre as relações que circunscrevem a economia informal. Este estudo assumiu essa perspectiva pouco explorada e a abraçou se propondo a constituir uma análise que fosse além da discussão ainda controversa sobre as definições que se referem à economia informal ao investigar como os discursos de organizações supranacionais (OMC, OIT e Banco Mundial), se articulam (ou não), se contradizem e convergem em relação à economia informal.

Diante de tal perspectiva de estudo e com o uso do ferramental metodológico proporcionada pela ACD de Fairclough (2003), a conclusão, após transcorrida análise do discurso de três diferentes organizações internacionais (Banco Mundial, OMC e OIT), é de que uma resposta à pergunta de pesquisa se apresenta com uma simplicidade natural, mas, ao mesmo tempo, carrega uma complexa teia de significados que perpassam estes mesmos discursos frente ao tema, que por si só, já denota uma complexidade de análise.

A simplicidade natural da resposta obtida frente à pergunta de pesquisa é de que este estudo demonstrou que os discursos da OMC, da OIT e do Banco Mundial são convergentes e se articulam estabelecendo relações de complementaridade de maneira indireta ou direta e, ainda, derivada ou não de seus próprios sistemas de crenças frente ao tema da economia informal. Por outro lado, os discursos das organizações supranacionais analisadas, em momento algum, apresentaram qualquer mínimo sinal de divergência ou se apresentaram como

contraditórios entre si no decorrer das análises. Ainda que os discursos possuam bases diferentes relacionadas ao capital, ao trabalho e à produção (comércio), os discursos das organizações analisadas em nada divergiram. Muito pelo contrário, pela convergência, semelhança e complementaridade que foram demonstradas em relação aos discursos, é possível afirmar que a ideologia por detrás destes é, também, convergente. Logo, os projetos de manutenção ou alcance de poder, que são sustentados pela interposição destes discursos manifestados pelas organizações analisadas, podem ser descritos como construídos sobre as mesmas bases ideológicas. A congruência presente nos discursos precipita a mesma sede de busca por poder, a mesma ideologia que argumenta em direção à tal busca e, também, se constitui como uma vertente de discurso que arregimenta corações e mentes em direção à uma completa concordância ideológica pela ótica do capital, do trabalho e da produção (comércio).

Neste sentido, tendo claro que um discurso sempre anda de mãos dadas à uma ideologia, seja ela qual for, e que esta ideologia tem a intenção de garantir vantagens e/ou acesso ao poder, a afirmação de que todos os discursos analisados bebem de uma mesma fonte ideológica não é gratuita, pois, segundo Althusser ([1969]2013), o discurso é uma manifestação material da sua própria ideologia constituinte. Logo, a análise do discurso empregada neste estudo, representou uma janela de verificação das verdades que se encontram escondidas por detrás dos discursos analisados. No decorrer da análise, a percepção da ocorrência de complementaridades e semelhanças junto à elementos presentes dentro de discursos provenientes de fontes diferentes perfaz uma ideia de como há interconexão destes mesmos discursos através de uma mesma construção de ideologia presente em todos. O parâmetro de que não há discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia (PÊCHEAUX, 1975 *apud* ORLANDI, 2009), nos demonstra que a semelhança e a complementaridade entre discursos sugerem, também, uma mesma fonte ideológica para estes discursos. Neste sentido, esta mesma fonte ideológica precipita uma característica de articulação entre estes mesmos discursos, com cada um procurando atingir e/ou manter o poder por parte de um grupo, por meios ideológicos comuns e que são manifestados por vias diferentes (capital, trabalho e produção).

Se a resposta é simples por um lado, por outro se caracteriza como por uma complexidade que reside exatamente na comprovação de que a ideologia é semelhante nas relações discursivas que foram evidenciadas nas análises do discurso em separado das organizações. Todavia, notadamente, as semelhanças do discurso emergiram com maior força nas relações de intertextualidade presente entre os discursos das organizações que foram analisadas. Somada à esta natural complexidade subjetiva inerente à análise do discurso para

formulação de uma resposta à pergunta de pesquisa, o próprio tema do estudo (economia informal) enseja uma carga de considerações que adentram em assuntos espinhosos carregados de conotações políticas, econômicas e sociais. Além disso, a economia informal, tramita em meio à uma análise que proporciona diversos ângulos e perspectivas pelas próprias características nas quais se consolidam suas atuações, suas causas e consequências. A questão do alívio à pobreza (ALVAREZ e BARNEY, 2014), do desemprego e inserção no mercado de trabalho (BRUTON & IRELAND, 2013; LOZANO & DÍAZ, 2015), da fuga ao tributo (MALONEY, 2004), do problema social e da atuação à margem da regulamentação (WILLIAMS, 2015), são algumas dentre outras afirmações que são referências constantes nos estudos acadêmicos sobre o tema da economia informal, mas que, ainda, não determinaram um avanço teórico consistente envolvendo todo contexto da informalidade. Isso por si só, adiciona uma carga descomunal de complexidade à resposta que se refere ao tema deste estudo, a economia informal. Nesse sentido, a complexidade é algo inerente à natureza do contexto da economia informal, algo que é reconhecido pela academia e pelas próprias organizações supranacionais como sendo uma economia de complexo trato, como foi verificado nos discursos analisados, notadamente no discurso da OIT.

Apesar das dificuldades inerentes ao tema, foi percebida semelhanças claras e complementaridades nos discursos das organizações que denotam uma forte convergência sobre as questões que envolvem a economia informal ou que se relacionam como causa ou consequência desta. Nesse sentido, as semelhanças e as complementaridades percebidas nos discursos analisados mostram uma convergência de posições mais forte do que poderia ser suposto pela simples constatação de que são organizações que atuam como partes integrantes de um mesmo sistema (ONU), ainda que sejam organizações independentes dentro deste sistema. A atuação em campos diferentes destas organizações (OMC, Banco Mundial, e OIT) faz do discurso convergente de cada uma destas um elemento de ligação entre elas por serem portadoras de argumentos eminentemente voltados para seus próprios campos, mas que se alinham e se complementam dentro das perspectivas do capital, da produção e do trabalho em relação à economia informal.

A demonstração de interconexões do discurso das organizações se mostra evidente na figura 6 que foi resultante da intertextualidade manifesta analisada dentro do escopo dos discursos das organizações.

Primeiramente, a busca da paz, presente no sistema de crenças da OIT, se demonstra como uma base de discurso que recebe complementaridades das demais organizações

supranacionais. Ainda que a paz, seja uma busca da OIT e que se encontra encrustada em suas bases fundantes, a paz é uma variável de extrema importância para que todos possam usufruir de um convívio produtivo, tolerante e socialmente saudável entre países, mercados e pessoas. Neste sentido, a manutenção e a busca da paz, em muito advoga em direção à distensão de conflitos que poderiam tomar maiores e mais perigosas proporções, afinal, historicamente as guerras civis e entre países se relacionam mais com a expansão, proteção e a conquista mercados do que com qualquer outra coisa. A situação beligerante descrita pela OIT (2006) que, no decorrer da 90ª conferência internacional do trabalho, se posicionou como mediadora do conflito entre representantes da economia informal e da economia formal demonstra como a paz é frágil mediante o pragmatismo do mercado e as consequências que este denota. Desta maneira, muito do que se entende por paz ou por busca da paz, presente no sistema de crença da OIT, diz respeito ao equilíbrio justo de competição entre mercados e para que condições propícias ao desenvolvimento se façam presentes conforme, respectivamente, são complementados pelos discursos da OMC e o Banco Mundial em relação à paz.

Em um segundo plano, a abertura de mercado se mostrou como uma importante convergência presente nos discursos analisados, pois os discursos da OMC e do Banco Mundial são interpostos de tal forma que um discurso sobre abertura de mercado de um poderia perfeitamente ser atribuído ao outro sem alterar em nada o sistema de crença de ambos. Em ambos os discursos, o desenvolvimento, das empresas e do mercado de trabalho está relacionado à abertura de mercado. Quanto a abertura de mercado, a OIT não se opõe ou diverge, pelo contrário, complementa a necessidade de que a abertura signifique trabalho decente e oportunidades de emprego. Para a OIT, o reconhecimento de que alguns países não possuem políticas de criação de emprego é crítica e esta realidade precisa ser tratada tendo em vista o desenvolvimento equitativo em um mercado aberto.

A convergência sobre a competição injusta imposta pela economia informal se mostra presente nos discursos do Banco Mundial, da OIT e da OMC de maneira semelhante, ou seja, todas as organizações enxergam a economia informal como um problema à economia formal e aos empregos que esta sustenta. A convergência dos discursos se mostra tão presente sobre a competição injusta proporcionada pela economia informal que, até mesmo, em uma manifestação conjunta da OIT com a OMC o tema é abordado de maneira argumentativa. A tributação, a regulamentação e os custos injustos envolvidos, são temas abordados de uma maneira ou de outra nos pontos de vista do capital (Banco Mundial), do comércio (OMC) e ou do trabalho (OIT). A mesma direção e sentido ao fazer referências, inferências ou afirmações

sobre a injusta competição proporcionada pela economia informal são posturas de todas as organizações analisadas.

Nas relações percebidas quanto ao papel do governo frente à economia informal, as organizações possuem discursos que se encontram baseados em suas respectivas perspectivas de atuação, mas possuem bases que se complementam e convergem. Nesse sentido, todas as organizações convergem para a importância do papel governamental na regulamentação, na fiscalização, na flexibilização das relações de mercado e na prevenção com políticas de resgate social. Esta convergência do discurso das organizações tem em vista que todos os fatores citados são determinantes nas condições de desemprego, pobreza e fuga ao tributo se mal administradas e conduzidas, logo, são determinantes, também, à expansão da economia informal.

Notadamente, nos discursos das organizações, o aspecto que poderia ter uma conotação menos convergente, é a que se relaciona com a transição da economia informal para a formal como forma de solução para o problema representado pela economia informal no discurso de todas as organizações. Esta transição é debatida consistentemente pela OIT sob diferentes ângulos que vão desde o emprego informal e a necessidade de resgate social passando pela reinserção no mercado de trabalho das pessoas que buscam sua subsistência na atividade informal e chegando até à empresa informal que necessita visualizar a relação custo-benefício como pendente para a formalização de sua atuação comercial. No caso da empresa informal, a OMC chega a ter uma postura de complementaridade superficial ao discurso da OIT, ao declarar que as instituições e as regras impactam no custo e na duração do desemprego (OMC^b, 2017), logo desregulamentar o mercado de trabalho significaria remover embaraços minimizando um reconhecido fator de incremento da economia informal. Em outro aspecto, a OMC parece fazer coro ao resgate social necessário por intermédio de programas sociais de proteção e reinserção no mercado de trabalhadores que perderam seus empregos, conforme sugerido no discurso da OIT em relação à transição informal-formal. Por outro lado, nada é encontrado no discurso do Banco Mundial sobre transição informal-formal, algo já esperado, visto que a postura desta organização se caracteriza como belicosa à economia informal. Logo, se em seu discurso houvesse traços de apoio à transição, seria uma surpresa que provavelmente entraria no rol de incoerências que foram apontadas no decorrer das análises do discurso realizados. E se fosse contra, entraria em divergência direta com a posição das outras organizações (OIT e OMC).

Apesar de extensa convergência e complementaridade que denotam uma articulação incontestada percebida dentro das análises de discurso empreendidas, houve alguns pontos que

pareceram colocar em conflito os discursos das organizações analisadas. Parte destes pontos são apontados como falhas de coerência interna dentro de um mesmo discurso conforme verificado nas análises feitas separadamente sobre os discursos da OIT, OMC e Banco Mundial. No entanto houve a ocorrência de um conflito percebido na ordem do discurso do Banco Mundial e da OMC, que precipitou uma consideração final um pouco mais elaborada na conclusão deste estudo. Nesse sentido, a convergência dos discursos nos diz mais sobre a ideologia por detrás destes do que os argumentos discursivos utilizados para fazer suas afirmações. Aqui cabe interpor um resgate conceitual de que discurso e ideologia estão conectados à um desejo de poder ou de manutenção deste (FOUCALT, 2012) e que, à ideologia, ainda está agregada a intenção de controle e dominação de um indivíduo ou grupo por parte de outro (ALTHUSSER, [1969] 2013). Feito esse resgate teórico, dentro do discurso da OMC, por exemplo, é possível perceber nitidamente a intenção de formação ideológica pelo fetichismo da mercadoria (LUKÁKS, 2003) e o uso deste como instrumento argumentativo de convencimento e aceite do sistema de crenças desta organização em sua base galgada no comércio entre livres mercados, ou seja, é uma argumentação pró-mercado. Já no discurso do Banco Mundial, há uma argumentação para o aceite da crença de que um sistema baseado em bancos e não no mercado, é interposta pela afirmação de que o mercado deixa de estabelecer uma relação positiva frente à pobreza e à desigualdade com o passar do tempo e o desenvolvimento das instituições. Claramente uma argumentação do Banco Mundial que pode ser definida como contra o mercado. Desse ponto de vista, os discursos parecem ser divergentes e conflituosos, pois um deseja fortalecer o mercado pelo livre comércio e o outro tem em vista o fortalecimento de um sistema financeiro baseado em bancos. Todavia, os discursos destas organizações em nada são divergentes, pois a forte convergência verificada em seus discursos advém de uma condição de caráter ideológico semelhante, logo, tem em vista a busca ou a manutenção de uma mesma condição de poder. Logo se, ideologicamente, estes são discursos que se demonstram convergentes pela semelhança e pela complementaridade entre ambos, a diferença entre um e outro está no campo que cada um visa atingir por meio de seu discurso, ou seja, um aponta e mira o mercado (OMC) o outro, o capital (Banco Mundial).

Tratada essa possibilidade de divergência entre os discursos da OMC e do Banco Mundial percebida na análise da ordem do discurso destas organizações, urge reafirmar que os achados deste estudo apontam que os discursos da OIT, OMC e do Banco Mundial, miram alvos diferentes (trabalho, produção e capital), mas utilizam os mesmas construções ideológicas para acertarem seus alvos, logo, se utilizam de seus discursos convergentes, complementares e

articulados entre si para atingir o seu intento comum de acesso ou manutenção de poder por intermédio de discursos galgados em uma mesma concepção ideologia.

Em última instância, no decorrer da análise do discurso da OMC, cabe fazer uma observação pertinente quanto à precariedade dos discursos desta organização em relação ao desemprego, algo que é, notoriamente, ligado à economia informal. O aspecto escorregadio, meticuloso, cuidadoso e, em alguns casos, até certo ponto omissivo, acarretaram uma dificuldade adicional na procura por textos que pudessem ser utilizados neste estudo. O próprio texto de 2017 que versa sobre comércio, tecnologia e trabalho parece quase todo voltado para se desculpar, dividir responsabilidades e/ou apontar outras direções ao problema do desemprego de maneira que o modelo atual de comércio, o qual a organização defende em seus discursos, permaneça em voga. Neste sentido, a impressão que este pesquisador teve foi de que os textos da OMC estão mais preocupados em se esquivar da palavra desemprego ou em transferir as responsabilidades deste mal social moderno para outros setores do que claramente argumentar sobre as causas, consequências e as relações diretas que o comércio interpõe no mercado em relação ao desemprego, conforme confessa o próprio discurso desta organização (OMC^b, 2017). Pode ser aventado que tal postura discursiva é devida à um pragmatismo diferenciado do discurso da OMC, que denota manifestações com extremo foco em sua área de atuação, algo compreensível, porém não justificável, pois há de se ter em vista que o emprego, a pobreza e a desigualdade social passam, definitivamente, por diversas questões que envolvem e se relacionam com o comércio e com o trabalho que este proporciona ou destrói em seu implacável e pragmático caminho.

6 REFERÊNCIAS

- ALDERSLADE, J.; TALMAGE, J.; FREEMAN, Y. **Measuring the Informal Economy – One Neighborhood at a time**. 2006. Disponível em: <<http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/5623/1/Measuring%20the%20Informal%20Economy%20One%20Neighbourhood%20at%20a%20Time.pdf>>. Acessado em 16 de janeiro de 2017.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado: Notas para uma investigação. In: ZIZEK, S. (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora. p.105/141. 2013.
- ALVAREZ, S. A.; BARNEY, J. B. Entrepreneurial Opportunities and Poverty Alleviation. **Entrepreneurship Theory and Practice**. p. 159-184. 2014.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.
- AZUMA, Y; GROSSMAN, H. I. A theory of the informal sector. **National Bureau of Economic Research**. n. 8823. 2002.
- BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN. M. Estética e criação verbal. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- BALALAI, R. Notas e subsídios para a análise do discurso: Uma contribuição à leitura do discurso da administração. **Fórum Educacional**. v. 13. n. 1-2. p. 56-80. 1989.
- BARBOSA FILHO, F. de H. An estimation of the underground economy in Brazil. **Fundação Getúlio Vargas-IBRE**. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**. v. 38. p. 17-48. 2010.
- BRITO, L. M.; XAVIER, A. F. Comportamento do consumidor e o mercado informal de produtos artesanais. In: 9º Congresso Latino Americano no Varejo - 2016, São Paulo. **Anais... Artigo 5700**. São Paulo: FGV-EAESP. 2016.
- BRUTON, G.; IRELAND, R. D.; KETCHEN, D. J. Toward a research agenda on the informal economy. **Academy of Management Executive**. v. 26, p. 1-11. 2012.
- BRUTON, G. D.; KETCHEN, D. J; IRELAND, R. D. Entrepreneurship as solution to poverty. **Journal of Business Venturing**. v. 28, 683-689. 2013.
- CABRAL, A. C. de A. Análise do discurso como estratégia de pesquisa no campo da administração: um olhar inicial. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO 23**, Anais... Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.
- CARDOSO, R. N.; MARIOTI, B. R. **O comportamento moral e suas implicações no mercado ilegal**. 2016. Disponível em: <<http://www.profiap.org.br/profiap/eventos/2016/i->

congresso-nacional-de-mestrados-profissionais-em-administracao-publica/anais-do-congresso/41407.pdf>. Acessado em 30 de maio de 2017.

CASTELLS, M. PORTES, A. World Underneath: The origins, dynamics, and effects of the Informal Economy. In: CASTELLS, M.; PORTES, M.; BENTON, L. A. (Org.). **The Informal economy: Studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. p. 11-37. 1989.

CHEN, M. A. Rethinking the Informal Economy: Linkages with the Formal Economy and the Formal Regulatory Environment. In: GUHA-KHASNOBIS, B.; KANDUR, R.; OSTROM, E. (Org.). **Linking the Formal and Informal Economy: Concepts and Policies**. New York: Oxford University Press. p. 75-92. 2006.

DAU, L. A.; CUERVO-CAZURRA, A. To formalize or not to formalize: Entrepreneurship and pro-market institutions. **Journal of Business Venturing**. v. 29, 668-686. 2014.

DE SOTO, H. **The other path: The invisible revolution in the third world**. London: Harper and Row. 1989.

DEY, I. **Qualitative data analysis: A user-friendly guide for social scientists**. London: Routledge. 2005.

DIXON, H. Controversy: On the use of the hidden economy estimates. **The Economic Journal**, v.109, p. 335-337. 1999.

EAGLETON, T. **Ideologia: Uma introdução**. São Paulo: Editora Boitempo. 1997.

FADAHUNSI, A.; ROSA, P. Entrepreneurship and Illegality: Insights from the Nigerian cross-border trade. **Journal of Business Venturing**. v. 17, p. 397-429. 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB. 2001

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: O estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, v.7. n.3, p. 510-515. 2009.

FERREIRA, R. C. A. **O comportamento do consumidor na economia informal da Região do Grande ABC Paulista**. 2013. 185 p. Dissertação de mestrado em Administração. Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2013.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: 2012.

GERXHANI, K. Informal Sector in Developed and less Developed Countries: A Literature Survey. **Tinbergen Institute Discussion Paper**. n. 99-083/2. 1999.

GIBSON, B.; KELLEY, B. A classical theory of informal sector. **The Manchester School**. v.62, n. 1, p. 86-96. 1994.

GODFREY, P. C. Toward a theory of the Informal Economy. **The Academy of Management Annals**. v. 5, n. 1, p. 231-277. 2011.

GOHMANN, S. F.; FERNANDEZ, S. M. Proprietorship and unemployment in the United States. **Journal of Business Venturing**. v.29, p. 289-309. 2014.

HART, K. Small scale entrepreneurs in Ghana and development planning. **Journal of Development Studies**. n. 6, p. 104-120. 1970.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**. v. 11. n. 1, p. 61-89. 1973.

HEINTZ, J. Informality, inclusiveness, and economic growth: An overview of key issues. **SIG Working Paper**. University of Massachusetts. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana 2003**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/horne/presidencia/noticiasipdfitabela4ecinfd.pdf>>. Acessado em: 26 agosto de 2016.

JOASSART, P. Measuring informal work in developed nations. In: MARCELLI, E.; WILLIAMS, C. C.; JOASSART, P. (Org.). **Informal Work in Developed Nations**. Nova Iorque: Routledge. p. 34-44. 2010.

KATALIN, G. **The informal economy**: Conceptual background and theoretical framework. 2015. Disponível em: <<http://www.upm.ro/ldmd/LDMD-03/Spi/Spi%2003%2005.pdf>>. Acessado em: 24 de janeiro de 2018.

KHAVUL, Susanna; BRUTON, Gary D.; WOOD, Eric. Informal Family Business in Africa. **Entrepreneurship Theory and Practice**. v.33, p.1219-1238. 2009.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, S. (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora. p. 97/104. 2013.

LA PORTA, R.; SHLEIFER, A. The unofficial economy and the economic development. **NBER Working Paper**. n. 14520. 2008.

LERNER, D.; HUNT, R. Sensation seeking and entrepreneurial behavior in the formal and informal economy. **Academy of Management Conference**. Boston. 2012.

LLANES, M.; BARBOUR, A. **Self-employed and micro-entrepreneurs**: informal trading and the journey towards formalization. Sheffield: Community Links - Shaef Graphics, 2007.

LOZANO, G. I. R.; DÍAZ, M. A. C. La economía informal y el desempleo: el caso de la ciudad de bucaramanga (colombia). **Revista Innovar**. v. 25, n. 55, p. 41-58, mar. 2015.

LUKACS, **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**: Uma introdução. Rio de Janeiro: LTC. 1987.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes. 1997.

MALONEY, W. F. Informality Revisited. **World Development**. Elsevier. 2004. Disponível em: <http://web.worldbank.org/archive/website00894A/WEB/PDF/INFORMAL.PDF>. Acessado em: 29 de outubro de 2017.

MCMANUS, P. A. Market, State and the quality of the new self-employment jobs among men in the U.S and in the western Germany. **Social Forces**. v. 78. n. 3, p. 865-905. 2000.

MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: Desdobramentos e interseções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. n.11. 2009.

MIRUS, S.; SMITH, R. S. Self-Employment, Tax Evasion and the Underground economy: Micro based estimate for Canada. **Working Paper**. n. 1002. Cambridge MA, Harvard Law School. 1996.

MOREIRA, A. M. Elisão e evasão fiscal – limites ao planejamento tributário. **Revista da Associação Brasileira de Direito Tributário**. v. 21, p.11-17. 2003

NANTO, D. K. **The global financial crisis: Analysis and policy implications**. The Congressional Research Service. CRS Report - prepared for members and committees of Congress. 2009. Disponível em: < <https://fas.org/sgp/crs/misc/RL34742.pdf>>. Acessado em: 29 de maio de 2017.

NEUMAN, W. L. **Social Research Methods: Qualitative and quantitative approaches**. 7. ed. Harlow: Pearson. 2013.

OLIVEIRA, G. Regulação pró-concorrencial e o novo ciclo de abertura comercial no Brasil. **FGV - Escola de Economia de São Paulo - Textos para Discussão** 132. 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1931/TD132.pdf?sequence=1>>. Acessado em 26 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^a. **Banco Mundial**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acessado em 05 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS^b. **OIT – Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>>. Acessado em 20 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Países Membros da ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acessado em 23 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A reforma da ONU e as organizações dos trabalhadores**. 2009. Disponível em: < http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/genericdocument/wcms_336960.pdf>. Acessado em: 25 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal**. 2006. Disponível em: < http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/genericdocument/wcms_336918.pdf>. Acessado em 19 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre a justiça social e uma globalização equitativa**. 2008. Disponível em: < http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/genericdocument/wcms_336918.pdf>. Acessado em 19 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO^c. **Decent work**. Disponível em: < <http://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm>>. Acessado em 12 de março de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO^a. **How the ILO works**. Disponível em: < <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/how-the-ilo-works/lang--en/index.htm>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO^b. **Origins and History**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO^c. **Mission and impact of the ILO**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/mission-and-objectives/lang--en/index.htm>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Statistical update on employment in the Informal Economy**. 2012. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/applv8/data/INFORMAL_ECONOMY/2012-06-Statistical%20update%20-%20v2.pdf>. Acessado em: 28 de julho de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Transiotining from the informal to the formal economy**. 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_218128.pdf>. Acessado em: 01 de outubro de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO^d. **World employment and social outlook: Trends**. 2018. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_615594.pdf>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Globalization and informal jobs in developing countries: A joint study of the International Labour Office and the Secretariat of the World Trade Organization**. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO^a. **10 Things we can do**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtocan_e.pdf>. Acessado em 28 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO^c. **Overview**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/wto_dg_stat_e.htm>. Acessado em 13 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Understanding the WTO**. 2015. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/understanding_e.pdf>. Acessado em 29 de novembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO^a. **Whose WTO is it anyway?** Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org1_e.htm>. Acessado em 13 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO^b. **Who we are**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm>. Acessado em 13 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO^b. **World trade report 2017: Trade, technology and Jobs**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/world_trade_report17_e.pdf>. Acessado em 28 de outubro de 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

OSHIMA, H. T. Labour Force Explosion and the Labour-intensive Sector in Asian Growth. **Economic Development and Cultural Change**. v.19. n.1, p. 161-183. 1971.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: Introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Campinas: Unicamp. p. 61-161. 1997.

RODRIGUES, M. S.; DELLAGNELO, E. H. L. Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na ciência da administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v.11. n.4, p. 621-635. 2013.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 5.ed. Edinburgh: Pearson Education. 2009.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27.ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

SCHNEIDER, F. The shadow economies of 145 countries all over the world: What do we really know? **Working Paper**. 2006. Disponível em: <http://www.brookings.edu/metro/umi/events/20060904_schneider.pdf>. Acessado em: 26 jun de 2016.

SCHNEIDER, F; WILLIAMS, C. C. **The Shadow Economy**. London: The Institute of Economic Affairs. 2013.

SCHUETZE, H. J. Profiles of tax non-compliance among self-employed in Canada: 1969:1992. **Canadian Public Policy/Analyses Politiques**. v. 28. n. 2, p. 219-238. 2002.

SILVA, E. L.; PIEDADE, F. S. A. **Um convite à cidadania**. Porto Velho: Leonora, 2003.

SILVA, M. F. O.; SILVA, J. F.; MOTTA, L. F. J. A vantagem competitiva das nações e a vantagem competitiva das empresas: o que importa na localização? **Revista da Administração Pública**. v. 43. n. 3, p. 701-720. 2012.

SMITH, A. **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, P. **Assessing the size of the underground economy: The statistics Canada perspectives**. Ottawa: Statistics Canada — Catalogue. n. 13-604. n. 28. 1994.

STRATHERN, P. **Uma breve história da economia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

TELLES, R. *et al.* Formalidade ou informalidade? Análise sobre os fatores presentes na decisão do microempreendedor brasileiro. **Revista Alcance – Eletrônica**. v. 23. n. 2. 2016

THE WORLD BANK^a. **Atlas of global development: A visual guide to the world's greatest challenges**. 2013. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/13089>>. Acessado em 15 de maio de 2017.

THE WORLD BANK^a. **Enterprise survey: What business experience – Lao PDR 2016 - profile country**. 2016. Disponível em: <<http://www.enterprisesurveys.org/~media/GIAWB/EnterpriseSurveys/Documents/Profiles/English/Lao-PDR-2016.pdf>>. Acessado em 15 de outubro de 2017.

THE WORLD BANK. **New structural economics: A framework for rethinking development and policy**. 2012. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/84797-1104785060319/598886-1104951889260/NSE-Book.pdf>>. Acessado em 07 de junho de 2017.

THE WORLD BANK^b. **Poverty and shared perspective 2016: Taking on inequality**. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25078/9781464809583.pdf>>. Acessado em: 21 de maio de 2017.

THE WORLD BANK. **What we do**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>>. Acessado em: 19 de janeiro de 2018.

THE WORLD BANK^b. **World development report 2013: Jobs**. Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/EXTNWDR2013/Resources/8258024-1320950747192/8260293-1322665883147/WDR_2013_Report.pdf>. Acessado em: 23 de outubro de 2017.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9.ed. Petrópolis: Vozes. 2011.

TODARO, M. P. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. **The American Economic Review**. v. 59. n.1, p.138-148. 1969.

VAN DIJK, T. A. Discourse, Context and cognition. In: _____. **Discourse Studies**. London: SAGE Publications. p. 159-177. 2006.

VELLOSO, R.R. **Do GATT à OMC**. 2007. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI39866,31047-Do+GATT+a+OMC>>. Acessado em: 25 de janeiro de 2018.

WEBB, J. W.; TIHANYI, L.; IRELAND, R. D.; SIRMON, D. G. You say illegal, I say legitimate: Entrepreneurship in the informal economy. **Academy of Management Review**. v. 34. n. 3, p. 492-510. 2009.

WILLIAMS, C. C.; HORODNIC, I. A. An institutional theory of the informal economy: Some lessons from the United Kingdom. **International Journal of Social Economics**. v. 43. n. 7, p.722-738. 2016.

WILLIAMS, C. C. **Small businesses in the Informal Economy**: Making the transition to the formal economy. London: Small Business Council, 2005.

WILLIAMS, C. C. **Explaining the informal economy**: An exploratory evaluation of competing perspectives. Québec: Département des relations industrielles. p. 741-765. 2015.

WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT: GLOBALIZING AND ORGANIZING. **Annual report 2017**. Disponível em: <<http://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Annual%20Report%202017%20English%20final.pdf>>. Acessado em: 19 de setembro de 2017.

WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT: GLOBALIZING AND ORGANIZING. **The informal economy debate**: Four dominant schools of thought. Disponível em: <<http://www.wiego.org/informal-economy/informal-economy-debate-four-dominant-schools-thought>>. Acessado em: 19 de setembro de 2017.

WOOD, L. A.; KROGER, R. O. **Doing Discourse Analysis**: Methods for studying and action in talk and text. London: Sage Publications. 2000.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora. p. 7/38. 2013.